



RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

INTRODUÇÃO

1. O QUADRO POLÍTICO, ECONÓMICO E SOCIAL E A ACÇÃO DA CGTP-IN

- 1.1. Expansão e aprofundamento do processo de globalização capitalista neoliberal e belicista
- 1.2. Aprofundamento da integração europeia e alargamento
- 1.3 A situação nacional

2. O TRABALHO E OS DIREITOS DOS TRABALHADORES

- 2.1. O direito do trabalho e o novo quadro jurídico-laboral
- 2.2. O emprego
- 2.3. Os salários
- 2.4 O tempo e a organização do trabalho
- 2.5 O ambiente de trabalho e a saúde laboral
- 2.6. A Igualdade no Trabalho
- 2.7. O Trabalho Infantil
- 2.8. A Garantia e a Efectividade dos Direitos dos Trabalhadores

3. AS POLÍTICAS SOCIAIS

- 3.1.A política fiscal
- 3.2.A segurança social
- 3.3.Desigualdades, pobreza e inclusão social
- 3.4. A saúde
- 3.5. A educação
- 3.6. A política de habitação
- 3.7. O ambiente
- 3.8. A cultura e os tempos livres

4. A NEGOCIAÇÃO COLECTIVA E O SISTEMA DE RELAÇÕES DE TRABALHO

- 4.1 A contratação colectiva
- 4.2. A negociação colectiva europeia
- 4.3. Diálogo social, concertação e participação institucional
- 4.4. A acção sindical transfronteiriça

5. ACTIVIDADES SINDICAIS INTERNACIONAIS, ASSUNTOS COMUNITÁRIOS, MIGRAÇÕES

- 5.1. A Confederação Europeia de Sindicatos, o Movimento Sindical Europeu e as Questões Comunitárias
- 5.2. A Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa (CSPLP)
- 5.3. Organização Internacional do Trabalho
- 5.4. Fóruns Sociais
- 5.5. Solidariedade, Paz e Cooperação
- 5.6. Migrações

6. A ORGANIZAÇÃO SINDICAL

- 6.1. Estado e Evolução da Organização Sindical
- 6.2. Organização de base
- 6.3. A estrutura e a reestruturação sindical
- 6.4. Comissões de trabalhadores
- 6.5. Bancários e Seguros
- 6.6. Campanha Nacional de Fundos
- 6.7. Campanha para a Efectivação dos Direitos
- 6.8. As mulheres trabalhadoras
- 6.9. Os jovens trabalhadores
- 6.10. Os reformados

7. A FORMAÇÃO SINDICAL

- 7.1. Acções de formação
- 7.2. Actividade integrada na Academia Sindical Europeia e outra internacional
- 7.3. Outras actividades realizadas

8. A INFORMAÇÃO E PROPAGANDA SINDICAL

- 8.1. Imprensa e propaganda sindical
- 8.2. Comunicação Social e Relações Públicas

9. OS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS E O CUMPRIMENTO DO MANDATO

- 9.1. O Plenário de Sindicatos
- 9.2. O Conselho Nacional
- 9.3. Secretariado do Conselho Nacional
- 9.4. Comissão Executiva do Conselho Nacional
- 9.5. Secretário-Geral
- 9.6. Apreciação Geral

ANEXOS

1. Novas Sindicalizações – 1999/2003
2. Evolução forma estatutária das organizações sindicais filiadas e não filiadas na CGTP-IN
 - A - Quadro das iniciativas temáticas
 - B - Quadro das acções sindicais promovidas a nível central

INTRODUÇÃO

O mandato conferido ao Conselho Nacional pelo 9º Congresso, realizado em 10 e 11 de Dezembro de 1999, decorreu num quadro político marcado por profundas mudanças a nível mundial, comunitário e nacional.

Nestes quatro anos, honramos a divisa “*CGTP-IN, o Sindicalismo do Século XXI*”, assumido no 9.º Congresso.

A CGTP-IN deu continuidade ao seu projecto sindical, com uma forte acção no plano nacional e uma significativa presença no plano internacional, afirmando um sindicalismo reivindicativo e proponente, assente numa intervenção regular e participada a partir dos locais de trabalho e numa intervenção firme e responsável nas Instituições e junto do aparelho de Estado.

A CGTP-IN consolidou-se como instrumento indispensável dos trabalhadores com um forte sentido de classe para defesa dos seus direitos e interesses e como força social aglutinadora e imprescindível à construção de um Portugal Democrático, Desenvolvido e Solidário.

Soubemos agir, no plano nacional, em dois contextos políticos distintos e de significativa diferenciação: um (Dezembro de 1999 a Março de 2002), marcado pela existência de um Governo do PS; outro (Março de 2002 a Dezembro de 2003), com um Governo PSD/PP.

Em cada situação concreta, registando naturais insuficiências face aos desafios com que nos deparamos, fomos capazes de agir, organizar, reivindicar, propor, negociar, resistir e lutar, nas empresas, nos sectores e a nível nacional, sempre com coerência, princípios e objectivos bem definidos, salvaguardando a independência e gerindo bem e sem fechamentos a autonomia do movimento sindical, unindo forças, construindo solidariedades e potenciando a vitalidade da acção colectiva dos trabalhadores portugueses.

Foi nesse quadro que a CGTP-IN desenvolveu uma intensa e excepcional actividade sindical, articulando as acções reivindicativas nas empresas e sectores e as movimentações de massas com uma responsável e qualificada intervenção institucional, em sede de concertação social, a nível dos organismos de participação sindical de âmbito nacional e comunitário e na sociedade em geral. Paralelamente promovemos um vasto conjunto de debates temáticos que permitiram uma reflexão profunda sobre os principais problemas com que nos defrontamos e dos quais retiramos importantes orientações para a acção sindical.

O excepcional envolvimento de milhares e milhares de trabalhadores nas lutas reivindicativas desenvolvidas nas empresas e sectores e a amplitude que alcançaram as grandes acções nacionais promovidas durante o mandato, comprovam a profunda ligação dos trabalhadores à CGTP-IN e a sua inequívoca adesão às suas propostas e aos objectivos prosseguidos.

Os resultados alcançados mais uma vez comprovam que vale a pena lutar.

Conseguimos defender muitos milhares de postos de trabalho na luta que desenvolvemos, por todo o país, em defesa do emprego, contra os despedimentos e encerramento de empresas. Impedimos o maior crescimento da precariedade do trabalho e dos contratos a prazo abusivos e reduziu-se o número de trabalhadores com falsos recibos verdes na Administração Pública.

Por via das lutas reivindicativas nas empresas e em sede de contratação colectiva, foram obtidos significativos resultados no plano das actualizações salariais, carreiras profissionais e condições de trabalho, contrariando-se, assim, embora insuficientemente, a chamada política de moderação salarial.

Em termos da redução do tempo de trabalho, registaram-se alguns avanços e houve progressos significativos no aumento dos dias de férias, quer na Administração Pública, quer em várias empresas privadas, sobretudo através de reivindicações nas empresas.

No combate à sinistralidade do trabalho, continuámos a bater-nos pela plena aplicação dos compromissos assumidos no Acordo subscrito na concertação social em 2001, que integra as principais reivindicações da CGTP-IN e dinamizámos, em muitas empresas, a eleição de representantes de trabalhadores, com resultados positivos, e foram constituídas várias comissões de SHST.

As políticas sociais, nas suas diversas vertentes, constituíram um espaço privilegiado e central da nossa actividade, tendo presente a sua fundamental importância para a vida dos trabalhadores e das suas famílias. Por isso, mantivemos uma intensa e prolongada luta em torno da Lei de Bases da Segurança Social que veio a ser aprovada pela AR, em 30 de Junho de 2000, o que constitui uma importante vitória dos trabalhadores. A intervenção da CGTP-IN no domínio das políticas da saúde e da educação, conheceu alguns resultados positivos mas, no fundamental, centrou-se na oposição que foi desenvolvida face aos recuos da governação PS e, principalmente, aos ataques que o Governo PSD/PP tem em curso contra as funções sociais do Estado.

Travámos uma luta intensa e dura contra o Código do Trabalho do Governo PSD/PP, consciente de que estava em curso a maior e mais violenta ofensiva jamais lançada depois do 25 de Abril contra os direitos individuais e colectivos dos trabalhadores. Com a nossa acção firme e determinada, agindo, em primeiro lugar junto dos trabalhadores, mas também em sede de concertação social, nas instituições e na sociedade em geral, conseguimos alertar para a gravidade dos objectivos do Governo e patronato, o que conduziu a significativos recuos no processo legislativo. Mas foi a Greve Geral de 10 de Dezembro de 2002, envolvendo cerca de um milhão e setecentos mil trabalhadores que teve um papel determinante para impedir que algumas das medidas mais gravosas fossem por diante. E, com a nossa intervenção, criamos condições para, no terreno, travarmos, nos tempos próximos, combates favoráveis aos trabalhadores.

Em sede de concertação social, contribuimos decisivamente para a construção de três acordos nas áreas do emprego e formação, sinistralidade laboral e segurança social, que subscrevemos. É porque os seus conteúdos correspondem, no essencial, a reivindicações justas dos trabalhadores, que o actual Governo, procura, por inacção, torná-los letra morta.

Estivemos, de forma exemplar, no desenvolvimento da acção sindical europeia e nos novos fóruns e debates que se vêm desenvolvendo na Europa e no Mundo contra esta

globalização capitalista neo-liberal e belicista e pela construção de caminhos alternativos.

Nesse quadro, promovemos a acção nacional “por emprego de qualidade contra a precariedade” (23.03.00) com cerca de 80 mil manifestantes por ocasião da Cimeira Europeia da Presidência Portuguesa e contribuímos decisivamente para a grandiosidade da manifestação convocada pela CES que teve lugar no Porto, em Junho do mesmo ano, no final da Presidência portuguesa. Delegações da CGTP-IN estiveram também presentes nas manifestações da CES que se realizaram em Nice (06.12.00), em Bruxelas (13.12.01), Barcelona (14.03.02) e em Roma (04.10.03), dando sentido à necessidade de alargamento, intensificação e coordenação da luta dos trabalhadores no seio da UE.

E, num quadro difícil, desenvolvemos um importante e decisivo trabalho de sindicalização e algum trabalho de reestruturação sindical, ao mesmo tempo que abrimos espaços de reflexão e debate que permitem, cada vez mais a todos os trabalhadores, estarem e agirem no seio da CGTP-IN. Consolidámos esta vertente do nosso trabalho, com o reforço orgânico da Central, em particular, através da filiação dos quatro Sindicatos dos Professores/FENPROF do Continente.

1. O QUADRO POLÍTICO, ECONÓMICO E SOCIAL E A ACÇÃO DA CGTP-IN

1.1. Expansão e aprofundamento do processo de globalização capitalista neoliberal e belicista

Constatou-se o aprofundamento do processo de globalização num quadro de expansão da economia de mercado capitalista, o aumento do domínio imperialista dos EUA, o recurso crescente à acção armada e o agravamento das desigualdades. Acentuaram-se neste período as tendências para o desenvolvimento das tecnologias de informação e de comunicação, para a crescente centralização do capital, para o domínio do capital financeiro e para a internacionalização da actividade produtiva dirigida pelas empresas multinacionais.

No plano económico, insistiu-se no mito de uma nova economia, a qual proporcionaria a elevação contínua da produtividade e do nível de vida. O forte crescimento da economia americana na segunda metade dos anos 90 foi utilizado para criar essa ilusão. No entanto, em Março de 2000 eclodiu a quebra bolsista seguida, um ano depois, pela recessão económica. Esta recessão é grave pela sua durabilidade e pelo facto de as três grandes economias do mundo (EUA, Alemanha e Japão) enfrentarem em simultâneo dificuldades.

A instabilidade marcou quase todo este período: aumento do desemprego, crise bolsista, situações de rotura nalguns países (como na Argentina). Só a partir do 3º trimestre de 2003 surgiram indicadores de recuperação, mas com fortes incertezas, em resultado, sobretudo, do forte défice da balança corrente dos EUA.

A globalização em curso acentuou as desigualdades entre as nações e, no interior dos países, entre pobres e ricos, como demonstram os Relatórios do Desenvolvimento Humano das Nações Unidas. A concentração de riqueza e o desperdício de recursos coexistiu com a fome em larga escala; as pandemias (SIDA, diarreia e outras); a regressão social em vários países; a escassez de água potável; as mudanças climáticas.

Os problemas ambientais agravaram-se com o aumento de catástrofes naturais e ecológicas (ex. Prestige em Nov. 2002), o elevado ritmo de consumo de energias não renováveis, a emissão de gases com efeito de estufa, o esgotamento progressivo de recursos. Houve uma maior consciencialização das opiniões públicas a nível mundial que teve reflexos na definição de objectivos e na aprovação de propostas, medidas e recomendações por organizações internacionais e por cimeiras mundiais. A Conferência de Joanesburgo sobre o desenvolvimento sustentável (Ago. 02) e a Declaração do Milénio (Set. 00) foram marcos importantes. Porém, as medidas tomadas não estão à altura das necessidades e o próprio Protocolo de Quioto está ameaçado.

O mundo tornou-se mais instável e perigoso. Com a chegada ao poder de George W. Bush (no início de 2001) e com o reforço das forças políticas mais à direita em grande número de países da U.E. e na maioria dos países do centro e leste Europeu candidatos à adesão, deu-se um novo e perigoso impulso às posições das forças mais conservadoras e até fascizantes e pôs-se em causa, crescentemente, o modelo social europeu.

A paz e a segurança foram crescentemente ameaçadas. Os trágicos acontecimentos do 11 de Setembro forneceram o pretexto aos EUA e seus aliados ou lacaios, para tentar justificar uma nova actuação à margem da ONU e do Direito Internacional que teve como efeitos imediatos o cerceamento das liberdades fundamentais em muitos países e serviu, também, para abrir o perigoso precedente do conceito de “intervenção preventiva”. As agressões militares unilaterais, conduzidas pelos Estados Unidos contra o Afeganistão (2001) e o Iraque (2003), e a actuação conivente que têm com Israel no massacre contínuo sobre a Palestina e o seu povo evidenciaram a sua clara pretensão de domínio imperial. Por outro lado, eclodiram ou mantiveram-se conflitos armados em diversas regiões do mundo, com destaque para o continente africano.

Todos estes desenvolvimentos têm encontrado a resistência dos povos e dos movimentos sociais e sindicais à escala nacional e global. Surgiu o processo do Fórum Social Mundial de Porto Alegre e o seu desenvolvimento para fóruns regionais e nacionais, como um espaço de diálogo entre movimentos sociais de natureza muito diversificada e de busca de alternativas ao neo-liberalismo que acompanha o processo de globalização em curso. Os países em desenvolvimento viram reforçada a sua posição na cena internacional ao nível da opinião pública, apesar do fracasso da Cimeira de Cancún da OMC (Out. 03).

Desenvolveu-se um movimento de contestação a nível mundial contra a guerra e a ocupação do Iraque. Na Palestina, o início de uma nova Intifada (Set. 00) testemunhou a degradação da situação decorrente do não cumprimento por Israel dos acordos de Oslo. Em Angola, terminou a longa guerra civil. Surgiram, ainda, nalguns países da América Latina e, em particular no Brasil, soluções políticas alternativas que constituem roturas relevantes com o poder oligárquico historicamente dominante naquela região e, também, um entrave ao poder hegemónico dos EUA.

A CGTP-IN acompanhou estes desenvolvimentos e teve uma intervenção cuidada e eficaz na actividade dos Fóruns, sendo uma das organizações que muito contribuíram para a dinamização deste processo em Portugal, e, assumiu uma acção dinâmica em defesa da paz.

1.2. Aprofundamento da integração europeia e alargamento

No plano comunitário, este período foi dominado pelas dificuldades económicas, pelo reforço da integração europeia, pelo alargamento e pela dimensão social.

Assistiu-se, a partir de 2001, a um forte abrandamento na actividade económica. O ritmo de criação de emprego, que nos anos anteriores tinha sido elevado, diminuiu e o desemprego voltou a crescer. Estas dificuldades estiveram associadas à situação da economia internacional, mas apresentaram também aspectos específicos decorrentes da aplicação do Pacto de Estabilidade e de Crescimento. O conflito entre a necessidade de os Governos impulsionarem o crescimento e a proibição de se ultrapassar o défice público de 3% foi uma constante e teve o seu desfecho em Novembro de 2003 quando o Pacto de Estabilidade e de Crescimento foi considerado “morto”. O motivo imediato foi o seu não cumprimento pela França e da Alemanha.

Registou-se, ao longo destes anos, uma aceleração tremenda na integração económica com a conclusão do processo da UEM. Em 1999, começou a 3ª fase da UEM com a moeda única, seguida em 2002 pela introdução física do euro. Este processo alterou o quadro das políticas económicas. A política monetária passou a ser definida pelo Banco Central Europeu, uma instituição de carácter supranacional sem estrutura e responsabilização democráticas. A política orçamental mantém-se na competência nacional, mas está condicionada pelas regras do Pacto de Estabilidade e de Crescimento. As políticas de emprego são nacionais mas foi estabelecida a sua coordenação no âmbito europeu. O euro passou a ser utilizado como argumento para a necessidade de novos avanços quer em domínios económicos quer para fundamentar a integração política.

As dificuldades deste processo foram evidenciadas: (i) pelo não cumprimento do Pacto de Estabilidade e de Crescimento e pela estagnação económica; (ii) pelas consequências no crescimento de uma política monetarista; (iii) pelo predomínio das teses neoliberais nos vários centros de decisão. A Cimeira de Lisboa (Mar. 00) espelhou-as. Por um lado, a Cimeira propôs-se criar um impulso novo com o objectivo de tornar a UE na economia mais competitiva em 2010. Por outro lado, apontou para a liberalização económica. No plano social, acentuou a necessidade de manter o Modelo Social Europeu mas sujeito a uma reforma com contornos ambíguos. Rapidamente se observaram contradições profundas na articulação destes objectivos e se constatou, mais uma vez, que não haverá políticas sociais positivas no quadro de políticas económicas desastrosas e de fechamento ao social.

Decorreu, ao longo destes anos, o processo de alargamento da UE. A partir de Maio de 2004, a UE terá mais 10 membros, provenientes sobretudo de países da Europa Central e Oriental. Trata-se do maior alargamento e o que coloca mais interrogações sobre a conciliação entre aprofundamento e alargamento; as consequências na coesão social; os riscos para o Modelo Social Europeu. Tem implicações imediatas na designada arquitectura institucional. A Cimeira de Laeken (Dez. 01) conferiu a uma Convenção o mandato para simplificar e unificar os Tratados da UE, verificando-se, porém, que foi elaborado um projecto de Constituição para o qual não havia legitimidade, nem de mandato nem de poder constituinte. Este processo, tendo até em conta a CIG 2003, é ainda tema dominante no debate político da UE.

O Modelo Social Europeu foi sujeito a uma forte pressão. A Europa social foi posta em causa pelo elevado desemprego e pelo seu crescimento a partir de 2001, pela pobreza e pelas desigualdades, pelo elevado número de trabalhadores com estatutos precários de emprego, pelas políticas de privatização, de empresas e de serviços públicos. Os condicionalismos resultantes do Pacto de Estabilidade e de Crescimento foram utilizados para pôr em causa direitos sociais por via da redução do papel do Estado em áreas fundamentais como a educação, a segurança social e a saúde e a restringirem o emprego e os salários na administração pública.

A CES e os seus sindicatos tiveram uma intervenção activa de resposta a estas políticas e intervieram também no âmbito do diálogo social europeu e da negociação europeia. Ao nível dos países houve lutas importantes que incluíram greves e acções nacionais, nomeadamente em Portugal, Espanha, França, Itália, Áustria, Alemanha e Grécia. A acção nacional “por emprego de qualidade, contra a precariedade”, promovida pela CGTP-IN, em 23 de Março de 2000, com cerca de 80 mil manifestantes, por ocasião da Cimeira Europeia sob a presidência portuguesa e a euromanifestação “por uma Europa de pleno emprego”, promovida pela CES e realizada no Porto, em 19 de Junho do mesmo ano, com forte empenho e mobilização da CGTP-IN, tiveram uma grande importância devido à sua expressão, tendo sido seguidas por outras manifestações europeias quer para pressionar a política da UE quer por uma outra globalização.

1.3 A situação nacional

1.3.1. Na governação PS

Na situação nacional distinguem-se dois períodos correspondentes aos Governos do PS e do PSD/PP. O PS, embora tendo ganho as eleições legislativas de Outubro de 99, por larga diferença, não atingiu a maioria absoluta que desejava como elemento estratégico para a sua governação e ficou com o mesmo número de deputados da oposição, o que lhes condicionou, num processo contraditório, a actividade governativa. Este período foi caracterizado no plano social por uma atitude mais aberta a um diálogo social efectivo mas a inconsequência, os erros e as contradições da política governativa avolumaram-se designadamente, na esfera económica. Daqui veio a resultar a convocação de eleições antecipadas, em Março de 2002, devido ao pedido de demissão do 1º Ministro, Engº António Guterres, numa atitude política de abandono do combate político que a situação estava a exigir.

O empenhamento activo e fortemente proponente da CGTP-IN nesse novo quadro de diálogo social, teve desenvolvimentos e resultados significativos na concertação social. No início de 2000, houve um acordo sobre as próprias regras da concertação social que permitiram ultrapassar práticas de corporativização e governamentalização deste órgão, particularmente na relação entre a concertação social e os poderes legislativos da Assembleia da República com a instituição de um modelo mais flexível de negociação por temas específicos. Entre 2000 e o final de 2001 decorreram importantes negociações das quais resultaram três acordos subscritos pela CGTP-IN: emprego e formação (Fev. 01), redução da sinistralidade laboral (Fev. 01) e protecção social (Nov. 01). Mas a CGTP-IN não subscreveu o acordo sobre a instituição de um tecto contributivo na segurança social. Este processo ilustrou bem uma política de “zig-zag” do Governo PS que reintroduziu esta matéria com o pretexto de que assim obteria um acordo da CIP.

Estes acordos foram muito importantes, quer pelo novo modo de fazer concertação social, respeitadora da convenção colectiva e dos poderes da Assembleia da República,

quer pela natureza dos temas, já que poderiam constituir um contributo fundamental para a ultrapassagem de obstáculos ao desenvolvimento do país, particularmente no que respeita à produtividade. Pode considerar-se que a intervenção da CGTP-IN nestes processos se inseriu, por um lado, na actividade desenvolvida pela CGTP-IN por um novo modelo de desenvolvimento em ruptura com o actual baseado em baixos salários, e, por outro, na defesa da segurança social pública, tendo a CGTP-IN tido uma intervenção muito activa e dinâmica, influenciando todo o processo, do qual resultou uma nova Lei de Bases (Ag. 00).

O Governo PS vinha acumulando erros, cedências a grandes interesses ou grupos e a políticas de direita, no plano económico. As dificuldades aumentaram por via do abrandamento internacional da actividade produtiva. Resultaram também, do impacto do euro na economia portuguesa, num processo em que o país não se preparou devidamente. O país teve sucessivas perdas de competitividade e a produtividade manteve-se baixa. Não obstante, as prioridades estabelecidas situaram-se nas finanças públicas e no cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento, e, foi prosseguida a política de privatizações. O Governo passou cada vez mais a considerar que o equilíbrio das contas públicas passava por compressões do lado das despesas, minimizando o facto de o país ter uma distribuição injusta da carga fiscal e uma elevada fraude e evasão fiscal. Depois de ter aprovado a reforma sobre o rendimento (Dez. 00), o Governo hesitou e recuou, deixando campo aberto aos inimigos da Reforma Fiscal.

O resultado foi o acentuar da pressão exercida pelo patronato e pela direita sobre um Governo cada vez mais enfraquecido. Esta pressão teve como alvos principais a questão do défice, a privatização de funções sociais do Estado e a liberalização da legislação de trabalho e da contratação colectiva.

Foi criada na concertação social uma Comissão de Análise e Sistematização da Legislação de Trabalho (Mar. 00), mas os seus trabalhos arrastaram-se e chegou-se ao Governo PSD/PP sem que se tenha feito qualquer aproveitamento útil da sua acção. Entretanto, o patronato que queria ir bem mais longe no ataque aos direitos dos trabalhadores e na revisão da legislação do trabalho ia boicotando a negociação colectiva. O capital estrangeiro, com destaque para o alemão, passou também a exigir uma mudança da legislação de trabalho e a referir como elemento de pressão que as economias dos países candidatos ao alargamento da UE eram mais competitivas. Em Julho de 2002, já com o Governo PSD/PP, esta ameaça implícita passou a chantagem descarada, como instrumento de apoio à ofensiva do novo Pacote Laboral (Código de Trabalho).

1.3.2. Na governação PSD/PP

Com o Governo PSD/PP, governo da direita e da extrema-direita, abriu-se um novo período caracterizado, desde logo, por uma ofensiva violenta dos sectores neoliberais para desregulamentar o trabalho e privatizar funções sociais do Estado, tendo como principais elementos a reforma da segurança social, a revisão da legislação de trabalho, a empresarialização de hospitais públicos, mudanças selectivas visando a segmentação do ensino, o Programa de Estabilidade e de Crescimento para 2003-2006 e “as reformas da Administração Pública”.

A necessidade de redução do défice público constituiu a justificação para fazer avançar uma política restritiva, com quebras salariais e cortes no investimento público, a qual transformou uma situação de abrandamento económico em recessão. Portugal foi (com

excepção da Holanda) o único país da UE em que tal ocorreu. Uma das piores consequências foi o forte crescimento quantitativo e qualitativo do desemprego.

O Governo fez tábua rasa do largo consenso social que havia suportado a Lei de Bases da Segurança Social avançada pelo PS e iniciou em Junho de 2002 a revisão desta lei com o objectivo essencial de abrir a segurança social pública ao capital financeiro, nomeadamente através da limitação de descontos obrigatórios a partir de um determinado nível salarial. A ofensiva contra a segurança social pública teve desenvolvimentos no novo regime do, agora chamado, rendimento social de inserção e nos processos em curso do subsídio de doença e subsídio de desemprego.

O Governo desencadeou a revisão da legislação de trabalho (Jul. 02), procurando responsabilizar os trabalhadores pelas dificuldades económicas e pelos défices de competitividade e produtividade. Não conseguiu muitos dos seus intentos, não foi tão longe quanto pretendia, mas é um facto de que os direitos individuais dos trabalhadores foram enfraquecidos, que o enquadramento legal da contratação colectiva passou a ser mais favorável ao patronato e que há direitos colectivos ameaçados.

A CGTP-IN teve um papel essencial no combate ao Código de Trabalho, aos seus fundamentos e objectivos e às suas medidas gravosas. Nessa luta intensa e prolongada destaca-se a Greve Geral realizada em 10 de Dezembro de 2002. Sem esta intervenção o Código seria, seguramente, bem mais desfavorável aos trabalhadores. Permanecem, entretanto, novas ameaças, por via da regulamentação em curso, o que tem vindo a exigir, da parte da CGTP-IN, uma intervenção firme que o X Congresso terá de apreciar.

Esta ofensiva abrangeu também os salários, sujeitos a uma forte contenção, com perdas de poder de compra, particularmente no salário mínimo nacional para 2003 e nos salários dos trabalhadores da Administração Pública.

O patronato mais retrógrado sente-se à vontade para precarizar, despedir, intensificar a exploração e até fraudulentamente encerrar empresas num autêntico acerto de contas com o 25 de Abril. A direita e extrema-direita social e política e o seu governo, agindo com políticas populistas, atacam os fundamentos sociais, económicos e políticos do Regime Democrático.

O défice público foi utilizado para fundamentar um vasto programa neoliberal, bem expresso no Programa de Estabilidade e de Crescimento (2003-2006) aprovado em Janeiro de 2003 e na chamada Reforma da Administração Pública.

O Governo pretende estender as privatizações a serviços básicos como a água, electricidade, saneamento e correios e reduzir a função social do Estado, através da cessão de gestão, a concessão e a delegação de serviços públicos a privados. As reformas na segurança social e na saúde têm como directriz essencial abrir partes rentáveis destes sistemas aos privados mas também põem em causa, o carácter público, universal e solidário destes direitos sociais fundamentais. Pretende-se generalizar situações que se iniciaram com a concessão da gestão do Hospital Amadora-Sintra e que a experiência tem mostrado ser negativa. No final de 2002, 33 hospitais públicos foram empresarializados. E, embora Portugal seja um dos países europeus onde as famílias mais contribuem para serviços públicos essenciais como a educação e a saúde,

agravaram-se esses encargos com o aumento brutal das propinas e com o aumento das taxas moderadoras na saúde.

O Orçamento de Estado para 2004, imposto pela maioria parlamentar, mantém o sentido das políticas erradas que têm sido seguidas, o que significa que se irão manter os problemas estruturais do país, que não haverá crescimento económico e se acentuará o ataque ao Estado social e aos direitos dos trabalhadores, como elemento de uma política que visa atingir o próprio Regime Democrático.

A actividade sindical desenvolvida no mandato, face a dois quadros políticos com contornos e práticas diferenciadas, traduziu-se, pois, numa intensa e excepcional acção, através de muitas e diversificadas pequenas e grandes lutas desenvolvidas, essencialmente, contra o pacote laboral e na defesa do sistema público, universal e solidário da segurança social. Mas foi também uma acção significativa com expressão pela defesa do emprego, na luta pela melhoria do poder de compra dos salários, por uma política fiscal justa, pela defesa dos sistemas públicos da saúde e do ensino.

2. O TRABALHO E OS DIREITOS DOS TRABALHADORES

2.1. Direito do Trabalho o novo quadro jurídico-laboral

2.1.1. Tomando como um dado adquirido que a alteração da legislação do trabalho é, desde há muito, objecto de um ataque muito violento da parte dos diferentes governos, é inquestionável que esse ataque, no mandato que agora se completa, foi desenvolvido em duas fases distintas, sendo que a segunda fase foi mais violenta que a primeira. Com efeito, durante a primeira fase – a do Governo do PS – a perspectiva de alterações à legislação laboral passava por um trabalho de sistematização do conjunto da legislação realizada por uma Comissão de Sistematização, constituída com o acordo da CGTP-IN. O Objectivo, que coincidia com o mandato da Comissão, era tornar as leis do trabalho mais acessíveis e o direito do trabalho mais efectivo. Esta Comissão produziu um trabalho que, não sendo consensual na forma como foi apresentado, constituía uma base de trabalho a partir da qual se poderia concluir o processo de sistematização sem grandes sobressaltos.

2.1.2. As eleições legislativas de Março de 2002 levaram à constituição de um Governo de direita em que a extrema-direita passou a determinar muitas das orientações em matéria laboral, nomeadamente, através da designação do Ministro do Trabalho que, desde o início do mandato, se mostrou determinado em fragilizar o direito do trabalho, desequilibrando as relações laborais a favor do patronato como forma de impor um modelo de relações laborais baseadas na precariedade e em baixos salários. O Código do Trabalho é representativo deste modelo porquanto, visa aumentar a precariedade e baixar a retribuição e ao contrário do que afirmam os seus promotores, não melhora a produtividade e a competitividade. Na verdade, o Código do Trabalho - e respectiva regulamentação ainda em fase de preparação - constitui uma peça fundamental de que o Governo se serve para concretizar esta estratégia. O patronato e o Governo sabem que a concretização dos seus objectivos de precarização e de baixos salários só é concretizável se lograrem conseguir a fragilização da actividade sindical, distanciando os dirigentes sindicais dos trabalhadores que os elegem, mediante a redução de direitos de protecção e do exercício da acção sindical nas empresas.

2.1.3. O Código do Trabalho foi apresentado como constituindo um meio de sistematizar a legislação laboral – objectivo também prosseguido pelo Governo anterior – bem sabendo o Governo que o processo e o modelo seguidos não contribuiriam para facilitar o conhecimento a aplicação das leis, antes pelo contrário. Na verdade, o Código do Trabalho com os seus 689 artigos, ao qual acrescem muitas centenas de outros para o regulamentar, somado aos contratos em especial que ainda não estão em projecto, não foi mais que um mero pretexto para atacar e fragilizar o direito do trabalho enquanto direito de protecção da parte mais fraca na relação do trabalho, uma vez que o resultado final é desastroso, quer pela quantidade de normas, quer pela sistemática encontrada, que o torna praticamente inacessível ao trabalhador comum.

2.1.4. Por outro lado, o Código do Trabalho tem sido um instrumento de confronto e de retrocesso social que visa satisfazer as reivindicações do patronato mais retrógrado, que irá ser um factor de conflitualidade social e que não contribuirá para a melhoria da produtividade e da competitividade das empresas, mas para a manutenção de um modelo errado baseado na mão-de-obra barata, precária e pouco qualificada. Por isso, a CGTP-IN tem vindo a desenvolver uma acção persistente e continuada de: esclarecimento, mobilização e organização dos trabalhadores para defenderem os seus direitos legais e contratuais; defesa da independência e autonomia sindicais nos termos definidos pela OIT; defesa do direito de acção sindical nos locais de trabalho e dos direitos a créditos de tempo e faltas justificadas para o exercício dessa actividade; direitos dos dirigentes e delegados sindicais para exercerem a sua actividade junto dos trabalhadores; direitos especiais de protecção da actividade sindical; e direitos de auto-organização sindical; tudo em conformidade com a Constituição e as normas da OIT.

2.1.5. A luta desenvolvida pela CGTP-IN, nomeadamente, a realização de uma Greve Geral contra o Código do Trabalho, traduziu-se na fragilização de alguns dos objectivos preconizados pelos patrões e pelo Governo. A declaração de inconstitucionalidade de algumas das normas do Código, em especial a forte censura a que foi sujeito o sistema preconizado para a contratação colectiva, constitui um rude golpe para os objectivos de “limpar” os contratos e os conteúdos dos mesmos, negociados com organizações da CGTP-IN. Todavia, o Código continua a conter normas lesivas dos interesses dos trabalhadores, que a CGTP-IN continuará a combater.

2.2. O Emprego e a Formação Profissional

1. No período que se seguiu ao 9º Congresso continuou-se a assistir à diminuição do desemprego. A partir do ano 2001 – mas, sobretudo, a partir do final de 2002 - verificou-se uma deterioração do mercado de emprego, acompanhando a situação económica, o que não foi contrariado mas antes agravado pela política macroeconómica do Governo PSD/PP. Entre 2001 e 2002 o desemprego aumentou 26,3%, sendo de 25,1% o aumento verificado em 2003 (média dos três primeiros trimestres). A taxa de desemprego passou de 3,9% em 2000 para 6,3% no terceiro trimestre de 2003.

Houve também uma alteração qualitativa do desemprego já que são agora os mais habilitados em termos escolares os que mais têm visto crescer o desemprego. Assinala-se, em particular, o aumento do número de desempregados com ensino superior (que representavam em Outubro de 2003 quase 10% do total de desempregados), fruto quer da política de não contratação de mais professores, quer

do congelamento das admissões na Administração Pública, sector que absorvia uma parte significativa do emprego dos recém licenciados.

Em 2003 verifica-se mesmo uma queda do emprego de 0,8% (média dos três primeiros trimestres), sendo de 0,9% no que toca aos trabalhadores por conta de outrem.

A precariedade tem-se mantido elevada, continuando Portugal a ser o segundo país da UE com a percentagem mais alta de contratos não permanentes (21,8% em Portugal face a 13,1% em média na UE, em 2002).

2. Na sequência das deliberações do 9º Congresso, a CGTP-IN desenvolveu uma acção constante pela qualidade do emprego e contra a precariedade. Em Março de 2000, coincidindo com a realização em Lisboa da Cimeira Europeia, teve lugar uma grande manifestação, com o lema Pela Qualidade do Emprego Contra a Precariedade, de grande impacto quer no país, quer no plano europeu. Também a manifestação europeia do Porto, promovida pela CES em 19 de Junho, teve como um dos seus lemas a luta pelo emprego e contra a precariedade do emprego. No início de Junho foi efectuado um debate que aprovou orientações específicas para o combate à precariedade. Obtiveram-se alguns resultados positivos da acção realizada: a IGT, ainda que de forma insuficiente, reforçou a sua acção contra o trabalho não declarado e contra os contratos a prazo abusivos; reduziu-se o número de trabalhadores com falsos recibos verdes na Administração Pública; etc.

A CGTP-IN denunciou ainda o carácter fortemente liberalizador das políticas económicas aprovadas na Cimeira de Lisboa, realizada em Março de 2000, sem deixar contudo de realçar e exigir a concretização dos aspectos positivos no que respeita ao emprego: a adopção do princípio do pleno emprego e a definição de metas a alcançar para as taxas de emprego; a fixação de um objectivo de crescimento económico de 3% ao ano, não obstante não terem sido tomadas medidas para o atingir.

Em Março de 2001, a campanha da Interjovem: Precariedade, Vergonha Nacional teve um impacto assinalável. Um resultado importante dessa campanha e da acção da CGTP-IN contra a precariedade foi a aprovação da Lei 18/2001 de 3 de Julho sobre os contratos a termo, que introduziu várias melhorias no regime em vigor, entretanto alterado para pior pelo Código do Trabalho.

A defesa dos postos de trabalho e a exigência de políticas económicas geradoras de emprego de qualidade foram ainda temas de uma Tribuna Pública realizada em Lisboa em Março de 2003. Denunciaram-se situações de empresas com salários em atraso, que despediram ou estavam em vias de despedir trabalhadores em resultado de encerramentos, falências e deslocalizações. Nesse contexto foi feito um levantamento das empresas encerradas ou em risco de encerrar, de forma a chamar a atenção do Governo, o Presidente da República e a sociedade portuguesa para as consequências de tais decisões. Foram ainda desenvolvidas lutas em diversas empresas alvo de deslocalização de que são exemplos a Clarks e a Bawo.

3. As reivindicações do 9º Congresso e em particular a Resolução sobre o Emprego, constituíram o nosso principal suporte na discussão na concertação social no que se refere ao Acordo sobre Política de Emprego, Mercado de Trabalho, Educação e

Formação, subscrito pela CGTP-IN em 9 de Fevereiro de 2001. Foram obtidos importantes compromissos do Governo e do patronato, no âmbito da formação, da qualificação, do combate à precariedade de emprego, do condicionamento dos apoios às empresas ao respeito pela legislação laboral, da aplicação de medidas activas de emprego, etc. Foram também incluídas medidas que poderiam impulsionar a negociação colectiva e estabelecidas metas precisas que poderiam constituir um instrumento importante da acção sindical a desenvolver.

No primeiro ano de implementação discutiu-se em concreto a forma de levar à prática certas matérias, tendo saído legislação sobre a cláusula de formação nos contratos de trabalho dos jovens dos 16 aos 18 anos, o certificado de formação profissional normalizado obrigatório para formação com apoios públicos e o diploma de competências básicas em tecnologias da informação e comunicação, embora no último caso não se conheça que aplicação foi feita. Quanto à cláusula de formação não teve qualquer execução até ao momento. O Governo PSD/PP, apesar de ter afirmado que daria seguimento à concretização do acordo, não convocou nenhuma reunião de acompanhamento desde que tomou posse em meados de 2002.

4. Ao longo do mandato acompanhámos a execução do Plano Nacional de Emprego (PNE) (instrumento que traduz ao nível nacional a estratégia europeia de emprego), nomeadamente no âmbito do Grupo Técnico do PNE, onde formulámos propostas com o objectivo de melhorar o seu conteúdo e tentando levar à prática a Resolução sobre o Emprego. Acompanhámos também os trabalhos da 2ª fase da referida estratégia, quer ao nível de propostas a incluir nas linhas directrizes de emprego, quer no PNE para 2003.

O PNE não pode ser desenquadrado do contexto das restantes políticas governativas, dado que estas têm reflexos directos no emprego, pelo que, a não ser que as mesmas se alterem, dificilmente se ultrapassará o modelo de baixos salários e baixas qualificações que o próprio documento refere.

Este plano contém medidas importantes que devem ser valorizadas e exigida a sua implementação, como as ligadas à aprendizagem ao longo da vida ou o combate ao trabalho não declarado. No entanto, tem graves insuficiências e problemas. Alguns dos aspectos mais negativos têm a ver com as políticas definidas pelo Governo para o País (política macroeconómica, Código do Trabalho, reforma da Administração Pública nos moldes preconizados, política de imigração, protecção social, etc.).

A CGTP-IN bateu-se pela tradução efectiva em medidas dos três objectivos gerais definidos a nível europeu (pleno emprego, melhoria da qualidade e produtividade no trabalho, reforço da coesão e inclusão social) e pela integração das medidas dos acordos de 2001 no PNE. Todavia, o Governo não acolheu a esmagadora maioria das nossas propostas, aceitando apenas as que tinham a ver com metas exigidas pela UE ou questões de pormenor, sendo de notar que fomos a única confederação que desde início fez um esforço de propor metas concretas. O mesmo não aconteceu com outras confederações, nomeadamente patronais. É por isso um plano com mais pontos fracos e aspectos gravosos do que os da primeira fase.

5. A CGTP-IN continuou a ter uma intervenção activa no âmbito da participação institucional na área do mercado de emprego, particularmente no que respeita ao Conselho de Administração do IEFPP, onde interveio no acompanhamento das

políticas activas de emprego e de formação profissional; no Sistema Nacional de Certificação Profissional; na Comissão Nacional de Aprendizagem; nos Conselhos Consultivos Regionais, Redes Regionais e pactos Territoriais para o Emprego; no Observatório de Emprego e de Formação Profissional; etc.

6. De notar, nesta última fase do mandato, a intensificação da utilização por parte de muitas empresas, de rescisões por mútuo acordo, forma encapotada de despedimento. Diversas lutas se têm desenvolvido e vão continuar a desenvolver-se pela defesa dos postos de trabalho, sendo exemplos recentes a Carris, a EDP, a Bombardier e a Gestnave.

2.3. Os Salários

Este período foi caracterizado por uma forte pressão no sentido da moderação dos salários. No período inicial, a moderação foi sobretudo justificada pelas consequências do euro, invocando-se que impunha um controlo mais rigoroso para impedir as perdas de competitividade da economia portuguesa. O Governador do Banco de Portugal teve uma intervenção muito activa no papel de “polícia” dos salários. A argumentação desenvolvida deu argumentos ao patronato para travar o crescimento dos salários, dificultar a contratação colectiva e manter um padrão de especialização da economia assente em baixos salários. Os salários dos trabalhadores da Administração Pública foram particularmente visados, registando-se uma forte campanha para mostrar que os salários eram excessivos em termos do seu peso no Produto.

Com o Governo PSD/PP intensificou-se a acção conjugada do Governo, do patronato e da maioria dos economistas e fazedores de opinião pública no sentido de impor maiores restrições à actualização salarial. A contratação colectiva teve maiores dificuldades e na Administração Pública o Governo impôs uma revisão salarial para 2003 que determinou uma forte quebra do poder de compra.

A fixação pelos Governos de referenciais de inflação desajustados (a inflação foi em todos os anos superior à prevista) teve consequências negativas na negociação colectiva e na fixação do salário mínimo nacional.

A CGTP-IN desenvolveu uma acção constante pela melhoria dos salários tendo como referências principais a evolução conjugada da inflação e da produtividade e a aproximação à média comunitária. Teve também uma intervenção activa na denúncia do modelo de baixos salários que todos diziam rejeitar mas que, na prática, se empenhavam em manter e reforçar.

Nível e evolução dos salários

	2000	2001	2002	2003	2004
Salário médio sem Administração. Pública (euro)	614,0	638,6*	662,8*	682,0*	
Salário mínimo nacional (euro)	318,2	334,2	348,0	356,6	
Salário mínimo/salário médio (%)	51,8				
Aumentos na contratação colectiva (%)	3,4	4,0	3,8	2,9	
Aumento do salário mínimo (%)	4,1	5,0	4,1	2,5	
Inflação (%)	2,9	4,4	3,6	3,3	
Inflação prevista pelo Governo (%)	2,0	2,8	2,7	2,5	2,0

O salário médio em 2000 é obtido pelos Quadros de Pessoal; a inflação de 2003 é uma estimativa

* actualização com base nos aumentos contratuais

Fonte: CGTP-IN

Teve-se uma preocupação essencial em relação aos trabalhadores com mais baixos salários e, em particular, com a actualização do salário mínimo nacional. Três aspectos merecem ser destacados:

- O salário mínimo nacional teve uma melhoria do poder de compra no conjunto do período, ainda que o seu valor se mantenha excessivamente baixo. Por outro lado, houve uma diminuição real em 2003;
- Foi assegurada a discussão, aprovação e publicação do decreto-lei de revisão antes de terminar o ano anterior ao da vigência, com excepção de 2003 quanto à publicação;
- Terceiro, o Governo PS comprometeu-se em 2000 a fazer convergir o salário mínimo do serviço doméstico com o montante mais elevado no prazo de três anos, o que o Governo PSD/PP não cumpriu.

Verifica-se assim que o Governo PSD/PP teve uma intervenção particularmente negativa na revisão do salário mínimo nacional.

Procurou-se complementar o salário mínimo nacional com a negociação de aumentos mínimos na contratação colectiva, o que foi obtido em muitas convenções e em acções reivindicativas de empresas. Na Administração Pública foram igualmente fixados aumentos mínimos. Estes importantes resultados obtidos levaram à melhoria do poder de compra dos salários mais baixos, minimizando assim o crescente alargamento do leque salarial em Portugal que se verifica com o aumento progressivo do número de trabalhadores a auferirem baixos salários.

2.4. O tempo e a organização do trabalho

A CGTP-IN procurou concretizar as principais reivindicações sobre a duração e os horários de trabalho e sobre a melhoria da organização do trabalho. Após a conquista da semana de 40 horas, definiu-se a reivindicação da semana de 35 horas sem redução salarial. Foram apresentadas propostas ao patronato na contratação colectiva e nas reivindicações nas empresas e nos locais de trabalho. No entanto, na larga maioria dos casos a negociação não foi possível devido à posição intransigente do patronato. Apesar disso, há alguns avanços, sobretudo em reivindicações de empresa.

Os progressos foram mais significativos em relação ao aumento da duração das férias. Na Administração Pública foi publicado em 2001 um novo regime de férias, que alargou a sua duração para 25 dias úteis de 2001 a 2003, sem prejuízo dos dias adicionais que já vigoravam. Em diversas empresas, foi acordado o aumento do número de dias de férias para além dos 22 dias, ainda que com formas que são, nalguns casos, diferenciadas.

Uma frente de luta importante foi a manutenção das pausas no trabalho, face às intenções do patronato para a sua liquidação.

Desenvolveu-se também uma importante acção em relação aos trabalhadores por turnos em laboração nocturna, sendo a sua reivindicação muito sentida a antecipação da idade de reforma. As principais reivindicações foram definidas no Encontro de Trabalhadores por turnos realizado em 2001. Este processo conduziu à apreciação na Assembleia da República, em Outubro deste ano, de uma petição organizada pelo movimento sindical com cerca de 15 mil assinaturas.

2.5 O ambiente de trabalho e a saúde laboral

A intervenção da CGTP-IN nas instâncias onde exerce o direito de participação (Conselho Geral do IDICT, Conselho Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho, Centro Nacional de Protecção de Riscos Profissionais) e em outros espaços onde também foi chamada a participar, tais como conferências, seminários, debates, etc., pautou-se pela denúncia permanente da dramática situação existente no país, no que respeita à sinistralidade laboral, da denúncia das suas causas e dos seus responsáveis e pela exigência de uma efectiva política de prevenção dos riscos profissionais, na qual se integra também o reforço da acção fiscalizadora da IGT e D.G. Saúde.

No âmbito da concertação social efectuou-se em 2001 um Acordo sobre condições de trabalho, higiene e segurança e combate à sinistralidade, o qual integra os principais conteúdos reivindicativos nesta matéria e pelos quais a CGTP-IN se tem batido ao longo dos anos. A exigência pela aplicação dos compromissos estabelecidos neste acordo constituiu uma frente prioritária da nossa intervenção, designadamente quanto aos dois principais instrumentos nele contidos: a) a execução dum plano de intervenção imediato com vista à redução dos acidentes de trabalho nos sectores de maior sinistralidade laboral e de doenças profissionais nos sectores de maior incidência; b) o plano nacional de acção para a prevenção (PNAP), concebido como um instrumento de política global da prevenção dos riscos profissionais.

No plano geral, foram dinamizadas em muitas empresas a eleição de representantes de trabalhadores na área de SHST, com resultados bastante positivos, bem como foram constituídas várias comissões de SHST. Também se desenvolveram iniciativas para a inclusão de disposições sobre SHST na contratação colectiva e foram desencadeadas acções reivindicativas em empresas para exigir o cumprimento da legislação sobre SHST e a implementação de medidas necessárias à melhoria das condições laborais nos locais de trabalho.

Quanto à formação específica, para além das acções promovidas por algumas Federações, no plano central foram realizados, através do IBJC, cursos para representantes já eleitos ou candidatos a representantes, que foram descentralizados por vários Distritos. Foi também iniciado em 2000 um curso de Formação Pedagógica de Formadores de SHST, com duração de sete meses, utilizando novas metodologias e tecnologias de formação (formação à distância).

Ao nível sectorial, no âmbito das acções promovidas pelo IDICT e dirigidas aos parceiros sociais, há a salientar a participação de algumas federações em campanhas de formação e sensibilização destinadas a trabalhadores e responsáveis das empresas, com

elaboração de materiais de divulgação específicas para cada sector, nomeadamente nos sectores da Construção Civil, Têxteis, Cerâmica, entre outros.

É ainda de sublinhar, como resultado da acção sindical nas indústrias eléctricas, a criação em 2000 de uma Comissão de Estudo das Lesões por Esforços Repetitivos, integrada por autoridades de saúde e por um representante sindical, que intervirá em toda a região de Lisboa e Vale do Tejo. Esta comissão estudou as condições de trabalho na Ford Electrónica e na Lear, empresas sedeadas no concelho de Palmela, com vista a apresentar e aplicar medidas preventivas de tendinites e de outras doenças músculo-esqueléticas.

No plano internacional, a CGTP-IN participou regularmente nos trabalhos do Comité Consultivo da União Europeia (CCHST) e também participou na Conferência Anual da OIT que, em 2002, incluiu um ponto sobre “registo e notificação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais” e, em 2003, um ponto sobre “actividades normativas da OIT no âmbito da segurança e saúde no trabalho.”

2.6. A Igualdade no Trabalho

No âmbito da actividade desenvolvida, destaca-se a realização da *Marcha Mundial contra a Pobreza e a Violência contra as Mulheres*, cuja preparação, com iniciativas diversas – conferências de imprensa, um seminário, bancas e outras iniciativas de rua, abaixo-assinado, audiências com órgãos de soberania, etc. - se desenrolou ao longo de quase todo o ano 2000. Participando activamente no secretariado executivo da plataforma portuguesa da *Marcha* (que integrou mais de 100 organizações), a CGTP-IN deu um contributo decisivo para o êxito da Manifestação Nacional contra a Pobreza e a Violência, que teve lugar em 7 de Outubro, em Lisboa; fez-se representar com uma delegação de mais de 30 mulheres e homens sindicalistas na Manifestação Europeia da *Marcha*, em 14 de Outubro, em Bruxelas, e na Manifestação Mundial, através de 2 mulheres sindicalistas, em 17 de Outubro, em Nova Iorque. Ainda em 17 de Outubro, foi lançado, pela plataforma da *Marcha*, um *Guia dos Direitos das Mulheres*, que contou com o contributo relevante da CGTP-IN.

Em 29 de Janeiro de 2001, na sequência de um questionário dirigido aos serviços de contencioso e pré-contencioso dos sindicatos, teve lugar, em Lisboa, um Seminário subordinado ao tema: “*A lei, a igualdade e a sua efectivação*”, o qual debateu a temática da igualdade entre mulheres e homens, abarcando também outras dimensões (discriminações sofridas por imigrantes, dirigentes e activistas sindicais, etc.).

Ainda em 2001, foi elaborado clausulado-tipo sobre igualdade de oportunidades e direitos de maternidade e paternidade, aprovado pela Conferência sobre objectivos reivindicativos para 2002. Clausulado que, ainda nesse ano, veio a ser parcialmente integrado em duas convenções colectivas de trabalho.

No mesmo ano, foi apresentada pré-candidatura, enquadrada na iniciativa comunitária EQUAL, dando lugar a um novo projecto no âmbito da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens: o projecto *Equal/Agir para a Igualdade*. Consolidadas as parcerias de desenvolvimento nacional e transnacional, o projecto tem vindo a desenrolar-se, no plano nacional, a partir dos seguintes objectivos: implementar acções positivas que contrariem e corrijam discriminações em 14 empresas e serviços e 4 atarquiadas; promover a inserção de mulheres e homens em sectores e profissões onde se

encontrem subrepresentadas/os; integrar e reforçar a igualdade e os direitos de maternidade e paternidade na contratação colectiva; estudar as condições de trabalho e a sua implicação nas doenças profissionais; inserir a temática da igualdade de oportunidades no mundo laboral; informar e formar sobre a matéria. Realizados os estudos de diagnóstico nas empresas e serviços abrangidas pelo projecto, decorrem negociações com as respectivas direcções de recursos humanos, com vista à implementação de acções positivas. Tiveram ainda lugar, até ao momento, 5 acções de sensibilização em igualdade de oportunidades, destinadas a dirigentes e delegados sindicais, que abrangeram 34 homens e 33 mulheres; foram editados 3 boletins “*Interagir*” e foi finalizada a edição de um videograma de divulgação do projecto, a exhibir em futuras acções de sensibilização.

2.7. O Trabalho Infantil

O trabalho infantil, apesar os números oficiais revelarem uma diminuição nos locais de trabalho, mereceu sempre por parte da CGTP-IN atenção, denúncia e participação nas estruturas que existem tendo em vista a adopção de medidas para a sua erradicação.

Assim, participamos na CNAsti (CE e CG) bem como em todas as iniciativas levadas a cabo por esta Confederação.

Participamos também no Conselho Nacional Contra a Exploração do Trabalho Infantil, onde demos contributos valiosos relativos a pareceres que este Conselho produziu.

Respondemos a todas as solicitações da OIT relativas a este problema social que atinge Portugal, a Europa e o Mundo.

2.8. A Garantia e a Efectividade dos Direitos dos Trabalhadores

2.8.1. A efectivação das leis do trabalho ao nível das empresas e locais de trabalho, foi um dos grandes desafios que se colocou aos sindicatos e ao próprio regime democrático. Com efeito, o défice de direitos no mundo do trabalho, decorre do baixo índice de efectivação da legislação do trabalho, em muito devido às políticas dos governos e ao mau funcionamento dos órgãos de fiscalização e punição das infracções às leis do trabalho, em especial devido ao mau funcionamento dos Tribunais de Trabalho e da IGT. A CGTP-IN e os sindicatos que a compõem desenvolveram todo um trabalho no sentido de aumentar o grau de efectivação das leis laborais, mas tendo a consciência que a grande responsabilidade pela situação actual é dos patrões mais retrógrados e do Governo, este porque cria o ambiente propício à violação das leis e aqueles porque apenas se preocupam em enriquecer o mais rapidamente que lhes for possível.

2.8.2 A IGT continuou a não cumprir a sua missão. A CGTP-IN continuou a bater-se para que a IGT fosse dotada dos meios humanos e técnicos necessários á realização de uma intervenção independente e eficaz de modo a potenciar os resultados da sua intervenção, mas também pela sua responsabilização enquanto órgão da administração responsável pela fiscalização e punição das infracções. A IGT vem revelando falta de sensibilidade para assegurar uma resposta urgente a situações graves, como as de despedimento ilícito manifesto, de proibição pelos patrões da realização de actividades sindicais, de acidentes de trabalho ou realização de trabalhos em situação de risco eminente, dentre outras o que tem contribuído para a criação e um clima de desconfiança relativamente à sua isenção. Continua a verificar-se uma incapacidade de

coordenação da acção de IGT com a acção de outros sistemas de inspecção, nomeadamente as Inspecções Fiscais, a Inspecção das Actividades Económicas, a Inspecção da Segurança Social e o Serviço de Estrangeiros o que não permite potenciar os efeitos da acção da IGT (e das outras inspecções).

2.8.3. A efectivação exige a melhoria da qualidade e adequação das instalações dos Tribunais de Trabalho aos fins a que se destinam, coisa que não ocorreu no período do mandato que agora termina; a promoção das eleições dos Juizes Sociais, bem como da sua formação e dignificação; a formação específica dos Magistrados dos Tribunais de Trabalho (Judiciais e do Ministério Público) e das secções sociais das Relações e do Supremo, privilegiando o conhecimento e proximidade com o mundo do trabalho. Em todas estas áreas, o menos que se pode dizer é que não houve qualquer evolução positiva.

A morosidade com que se desenrolam os processos de graduação, liquidação e pagamento dos créditos laborais nos processos de falência é, porventura, das situações que melhor exemplificam a inoperância do sistema judicial, com prejuízos, muitas vezes irreparáveis, para os trabalhadores afectados. Os processos de falência não podem continuar a constituir um negócio para “os profissionais de falências”, à custa da acentuação da miséria dos trabalhadores. Os créditos laborais, como créditos de natureza alimentícia, devem passar a ser pagos em tempo adequado a satisfazerem necessidades dos trabalhadores e das respectivas famílias. A CGTP-IN defendeu e continuará a defender a responsabilização dos patrimónios pessoais dos administradores e gerentes das sociedades pelas dívidas emergentes da violação ou cessação dos contratos de trabalho, nos mesmos termos em que o são para as dívidas fiscais. O Fundo de Garantia Salarial, já desenvolvido neste mandato, constituiu um instrumento muito importante para os trabalhadores e significa a concretização, ainda que parcial, de uma reivindicação da CGTP-IN. Mas a CGTP-IN continuou a bater-se por um FGS integralmente financiado por contribuições das empresas, tal como aponta a Directiva Comunitária, destinado a assegurar o pagamento de todos os créditos emergente da violação ou cessação dos contratos de trabalho (salários em atraso e indemnizações) em caso de inexistência ou insuficiência de bens das empresas.

2.8.4 A crescente generalização nas empresas de fenómenos de violência psicológica (conhecidos como assédio moral), sob a forma de comportamentos e práticas abusivas, que visam atentar contra a dignidade e a integridade física e psíquica dos trabalhadores, degradam as condições e o ambiente de trabalho e força-os a pôr termo à relação de trabalho. As actuais formas de organização do trabalho, caracterizadas por uma forte desumanização, pela intensificação dos ritmos e dos horários de trabalho e técnicas de gestão geradoras de grande competitividade entre os trabalhadores, designadamente pela manutenção dos seus postos de trabalho, tendem a favorecer o surgimento de situações de violência psicológica. A violência psicológica é cada vez mais utilizada pelos empregadores como uma verdadeira estratégia empresarial, visando a reorganização, a redução de pessoal ou a eliminação de trabalhadores incómodos ou indesejados. A CGTP-IN defende a criação de um regime legal de protecção contra a violência psicológica nos locais de trabalho que: responsabilize as entidades empregadoras pela prevenção de situações internas que possam gerar situações de violência psicológica; penalize adequadamente as práticas e os comportamentos abusivos característicos destes fenómenos; e preveja a reparação adequada das vítimas de violência psicológica no trabalho.

3. AS POLÍTICAS SOCIAIS

O 9º Congresso desenhava uma situação social do País muito complexa, com atrasos estruturais em áreas fundamentais para o bem-estar dos trabalhadores e da população; com as maiores desigualdades da União Europeia na distribuição dos rendimentos da riqueza, etc.

Passados que são quatro anos, o País foi governado por partidos diferentes. O balanço é que o País não só não melhorou como piorou do ponto de vista social.

A governação do PS foi cheia de contradições. Por um lado, desenvolveu algumas reformas no plano social que podiam ter tido efeitos positivos, por outro lado, não conseguiu concretizá-las na prática pelas cedências que fez aos interesses económicos como foi, por exemplo, com a saúde XXI e a política fiscal.

A ofensiva neo-liberal com o Governo PSD/PP atingiu níveis que, até então, não tinha acontecido no país. As desigualdades aumentaram; a injustiça em todos os planos; a precariedade laboral; a redução do poder de compra de vastíssimas camadas, tanto dos trabalhadores como dos reformados; deu-se uma desvalorização do SMN; aprofundaram-se as políticas selectivas que protegem os que subdeclaram ou não declaram os rendimentos; a fraude e a evasão fiscais campeiam; há um ataque generalizados aos serviços públicos e ao aparelho de Estado; a reforma de Administração Pública enquadra-se na estratégia de reduzir o papel do Estado aos mais diversos níveis.

As políticas sociais (segurança social, saúde, ensino) vêm-se confrontadas com “reformas” que visam claramente diminuir o papel do Estado como prestador e abrir caminho para o sector privado, que até agora tem sido complementar, reservando-se ao Estado o papel de financiador e regulador.

3.1. A Política Fiscal

No 9º Congresso da CGTP-IN, uma das resoluções mais importantes aí aprovadas foi a que se refere à política fiscal, em que se reclamava uma reforma do sistema fiscal que promovesse o desenvolvimento económico e o emprego, que assegurasse as receitas necessárias para assegurar as políticas sociais, fazer investimentos para a sua melhoria e aumento da qualidade e que promovesse a solidariedade, que desagravasse a tributação sobre os rendimentos do trabalho e combatesse a fraude e evasão fiscal.

O Estudo que serviu de base a esta resolução foi um instrumento importante para toda a acção que a CGTP-IN desenvolveu e para credibilização das 15 medidas aprovadas.

A CGTP-IN, com este seu trabalho, introduziu na sociedade uma discussão de um grande significado, até então muito enraizado, o das receitas do Estado e a importância de todos contribuírem com os seus impostos, contrariando a corrente existente no plano geral “que o herói era quem não pagava impostos”. E com as políticas de fortes restrições orçamentais do Governo PSD/PP, foi, mais uma vez, muito importante a CGTP-IN ter centrado a questão nas receitas do Estado, o que obrigou o Governo, e mesmo parte da oposição, a reconhecer a necessidade de combater a evasão e fraude fiscal.

A CGTP-IN teve um papel muito interventivo no plano político-sindical e também no plano técnico, sem dúvida nenhuma, para a reforma fiscal realizada pelo Governo do PS nos finais de 2000.

Intervimos, fortemente, para que a mesma reforma fosse concretizada na prática, perante os ataques que lhe moveram o capital e as forças de direita. As mais valias passariam a ser tributadas, os benefícios fiscais diminuídos, uma maior abertura ao sigilo bancário, inversão do ónus da prova.

Em Janeiro de 2001, Belmiro de Azevedo, secundado por as Confederações Patronais, ameaçava transferir as sedes das empresas para Holanda pelo facto da reforma fiscal acabar, em particular, com os privilégios da SGPS. Aliás, essa ameaça veio a concretizar-se e várias foram as empresas a deslocar a sua sede para “paraísos fiscais”.

Esta pressão foi marcante para que o Governo do PS recuasse a toda a linha na concretização da Reforma Fiscal. A CGTP-IN tomou diversas posições públicas a condenar estas atitudes do capital e as falhas e atrasos na implementação no terreno pelo Governo das medidas fiscais aprovadas.

O Orçamento de Estado para 2002 representou, em termos fiscais, um retrocesso e acabou por consagrar muitas das posições reivindicadas pela direita e ficaram adiadas, entre outras, a tributação sobre o património, sobre veículos automóveis, sobre benefícios fiscais, sobre o IVA e a fixação dos índices de base científica.

A reforma fiscal que traduziria mais justiça e combate à evasão e fraude fiscal estava, assim, definitivamente metida na gaveta.

No entanto, não se pode deixar de registar que a intervenção da CGTP-IN no Debate da Reforma Fiscal, deixou marcas quanto à discussão da política fiscal e das receitas do Estado, como está referido mais atrás. Por outro lado, conseguiu-se um claro desagravamento na tributação dos rendimentos mais baixos e melhorar a dedução específica, muito importante para os trabalhadores por conta de outrem (indexou ao SMN). A taxa normal de 15% foi desagravada para 13%, criou-se mais taxas, o que levou ao desagravamento de determinados rendimentos.

Com o Governo PSD/PP a injustiça fiscal acentuou-se fortemente. Com o objectivo de obter receitas para diminuir o défice e pelo descalabro das receitas do IRC e do aumento das despesas com os benefícios fiscais, nomeadamente à Banca, o Governo aumentou o IVA de 17% para 19%, tendo aumentado grande parte dos serviços e bens, penalizando, severamente, os reformados e os trabalhadores com rendimentos mais baixos.

Quanto ao IRS, o grande suporte das receitas do Estado, que é pago, essencialmente, pelos que trabalham por conta de outrem, o Governo PSD/PP aumenta a carga fiscal actualizando os escalões e os abatimentos muito abaixo da inflação e, para além disso, penaliza os aumentos salariais.

Já quanto ao IRC, este sofre uma forte diminuição, ao ver as suas taxas diminuírem de 30% para 20%, entre 2002 e 2006. Por outro lado, em finais de 2002, o Governo aprova um diploma (o chamado perdão fiscal) que premiou os não cumpridores, pois as receitas das dívidas arrecadadas representou cerca de 10% do total da dívida.

O Governo, perante a denúncia, nomeadamente da CGTP-IN, sobre a evasão e fraude fiscais, fez promessas de agir sobre as empresas devedoras há vários anos que tinham sinais exteriores de riqueza, mas não consegue mostrar quaisquer resultados palpáveis sobre a matéria.

Há uma total falta de transparência. Não são publicadas estatísticas, nem relatórios da administração fiscal. Em termos organizativos, a máquina fiscal continua emperrada em termos informáticos de formação dos trabalhadores.

A política fiscal é marcadamente elitista e, nesse sentido, o Governo, por sua iniciativa, não vai tomar medidas sérias para aumentar as receitas. Para isso, era necessário desenterrar da gaveta a reforma fiscal.

Os riscos desta política são profundos, dado que se não há receitas, corta-se nas despesas e, como dizíamos no 9º Congresso, 56% das receitas na altura eram para financiar políticas sociais, e o que paira é uma profunda ameaça sobre as políticas sociais e a solidariedade. O desafio é que, para a CGTP-IN, a política fiscal tem que estar no centro da sua acção.

3.2. A Segurança Social

3.2.1. A Acção da CGTP-IN e a aprovação da Lei de Bases da Segurança Social

Este mandato ficou marcado, mais uma vez, por uma forte intervenção da CGTP-IN nesta área social.

Quando se realizou o 9º Congresso, constatávamos que os últimos 4 anos tinham sido dominados pelo debate sobre a reforma da segurança social, e que o sector financeiro exercia uma pressão sem precedentes, para fazer aprovar uma Lei de Bases de Segurança Social que abrisse espaço aos fundos de pensões e diminuísse as pensões no sector público.

A CGTP-IN continuou a travar uma batalha em condições particularmente difíceis, pois estávamos perante uma ofensiva ideológica, de grande escala, à política de protecção social.

O Governo do PS não conseguiu, face à contestação social, aprovar na 1ª legislatura a sua Lei de Bases, mas todo o 1º trimestre do ano 2000 ficou marcado por uma intensa actividade da CGTP-IN, tanto institucional como de esclarecimento e mobilização da nossa estrutura e dos trabalhadores, tendo como objectivo que, da nova proposta de Lei de Bases de Segurança Social, apresentada na Assembleia da República pelo PS, fossem retirada as matérias que atacavam o sistema público de segurança social e abriam portas ao sector financeiro, nomeadamente nas pensões e se demarcassem das pressões dos partidos da direita.

Realizaram-se, então, várias acções de massas, a nível distrital e nacional. Há a destacar, ainda, o Manifesto Cidadãos pela Defesa da Segurança Social, subscrito por várias personalidades de vários quadrantes políticos e sociais.

Uma forte e bastante interventiva acção da nossa parte, nestes anos todos, foi determinante para levar o Governo a recuar no seu posicionamento inicial e no dia 30 de

Junho de 2000 foi aprovada a Lei de Bases da Segurança Social que, apesar das críticas a alguns dos seus conteúdos, constitui uma importante vitória dos trabalhadores.

3.2.2. A regulamentação e a negociação do Acordo sobre Modernização da Segurança Social

A regulamentação da Lei de Bases teria de ser efectuada até Agosto de 2001 e, como a CGTP-IN referia, esta era fundamental e constituía a batalha seguinte à sua aprovação.

O prazo previsto para a regulamentação da Lei de Bases da Segurança Social não foi cumprido pelo Governo, situação que não é alheia ao facto de se ter aberto um processo de negociação no âmbito da concertação social sobre a Modernização da Segurança Social. Esse processo negocial, que foi difícil e exigiu uma acção muito forte da CGTP-IN, foi todo ele atravessado pela regulamentação da Lei de Bases, nomeadamente no que toca ao novo cálculo de pensões, financiamento, tecto contributivo, Fundo de Capitalização.

A “pressão” sobre este processo de negociação foi forte por parte do PSD e PP, derrotados na aprovação da Lei de Bases, o que levou a que, durante meses, a CIP não comparecesse nas negociações e afirmasse “*que não queria dar cobertura à Lei de Bases aprovada.*”

Há a realçar, desde logo, os efeitos positivos da nova Lei de Bases, relativamente ao financiamento, por um lado na proposta de Orçamento de Estado 2002, por outro a da publicação de um diploma, em 20 de Dezembro de 2001, regulamentador sobre o financiamento da segurança social.

Durante o processo de negociação, foram diversas as iniciativas realizadas pela CGTP-IN, com plenários nacionais e manifestações, tendo em conta as posições vacilantes do Governo PS, perante o patronato que exigia o abaixamento da Taxa Social Única e afirmava fazer depender daí a assinatura do Acordo e, também, a questão do tecto contributivo. Por outro lado, colocava-se a questão do novo cálculo das pensões e as propostas do Governo eram bastantes insatisfatórias.

Em Novembro de 2001, é finalizado o Acordo. A proposta sobre os cálculos das pensões, apresentado pela CGTP-IN é, na essência, aceite, depois de uma dura batalha, assim como é dado grande relevância às questões do financiamento como vector essencial para garantir a sustentabilidade financeira e o Fundo de Reserva.

O Governo, na mira de uma assinatura da CIP, que não conseguiu, cede no tecto contributivo fixando-o em 12 vezes o SMN e optativo, o que teve a oposição da CGTP-IN. Em resultado disso, o Governo teve de apresentar dois textos do Acordo. Sendo em 20 de Novembro assinado só um pela CGTP-IN, fechando-se aqui um ciclo dos mais difíceis da história da protecção social dos trabalhadores portugueses com resultados bastantes positivos.

A CGTP-IN iniciou, após a assinatura do Acordo, uma das maiores batalhas de esclarecimento junto dos trabalhadores sobre o novo cálculo das pensões, dado que a direita derrotada com todo esse processo desencadeou uma grande ofensiva para denegrir o acordo e criar desconfianças sobre o mesmo.

3.2.3. A Lei de Bases da maioria PSD/PP – ofensiva contra a Segurança Social sem precedentes

Com a entrada em funções do novo Governo PSD/PP, o 2º semestre de 2002 é marcado por uma forte acção sindical contra a violenta ofensiva que recaiu sobre os trabalhadores. O novo Governo põe em causa a Lei de Bases e o Acordo sobre a Modernização da Segurança Social. Ignorando a contestação social, a maioria aprova uma nova Lei de Bases, sendo publicada em 20 de Dezembro, na qual se prevê dois tectos contributivos: um optativo, outro obrigatório e introduz a selectividade nas prestações substitutivas dos rendimentos de trabalho.

Há que registar que o Governo PSD/PP dá com esta Lei de Bases uma machadada profunda no sistema da segurança social e abre as portas ao sector financeiro e fragiliza as prestações e degrada a sustentabilidade financeira.

O Governo iniciou a regulamentação da Lei de Bases com o subsídio de doença. O alvo do ataque é o combate ao “absentismo”. O Governo desvirtua a prestação, fazendo depender os valores do número de filhos e reduz substancialmente os montantes nas baixas de curta duração, que são a maioria. E já ameaça com alterações ao subsídio de desemprego para o 2º semestre de 2004.

Quanto ao subsídio de desemprego, a despesa nos últimos dois anos aumentou substancialmente, o que se deve, em parte, às “reestruturações” de empresas. A Segurança Social é a grande almofada que serve de amortecedor dos conflitos sociais. O Governo e o patronato utilizam este artifício para atenuar os efeitos do desemprego. As ditas rescisões por mútuo acordo são, em grande parte, despedimentos colectivos camuflados.

O certo é que um número elevado de trabalhadores saem para a reforma em idade precoce, o que constituiu um factor de desequilíbrio no sistema financeiro da segurança social e, por outro lado, está-se a desperdiçar saberes e experiência, para além de pôr problemas em termos de solidariedade.

Quanto ao tecto nas contribuições, o Governo PSD/PP refere que não deve haver precipitações, que o mercado financeiro tem de se preparar primeiro e aponta para 2004 a sua regulamentação. Esta área exige uma forte acção da CGTP-IN, dado que é o grande objectivo do capital que está em jogo: acabar com a universalidade em matéria de pensões e transferir grandes recursos da segurança social para o sector financeiro.

3.2.4. Pensões e prestações familiares

A melhoria das pensões e prestações sociais foi um grande objectivo da acção reivindicativa da CGTP-IN.

Durante o Governo PS, as pensões foram actualizadas, na generalidade, em valores acima da inflação, nomeadamente as pensões mínimas do regime previdencial, dada a valorização do SMN. Com o Governo PSD/PP, pelo facto de este ter desvalorizado o SMN, as pensões mínimas cresceram menos que a inflação e as pensões acima das mínimas têm sido desvalorizadas, o que se traduziu numa diminuição do poder de compra dos reformados. As promessas eleitorais do PSD e PP de igualizar as pensões mínimas ao SMN, foram um autêntico logro que importa denunciar.

A Lei de Bases da actual maioria prevê, no regime previdencial, a existência de 4 escalões para a pensão mínima, a concretizar até 2008.

3.2.5. Financiamento da Segurança Social

Na governação do PSD/PP, as contribuições, que constituem a espinha dorsal do financiamento, cresceram menos que as previsões e registou-se um aumento da despesa com o desemprego.

A situação financeira tem vindo a deteriorar-se, as dívidas do patronato a aumentar, mas não se sabe nada sobre o evoluir da dívida. O que se sabe é que o Governo decidiu fazer uma cessão de créditos a um banco estrangeiro sem concurso público, que abrangerá 2,445 milhões de contos. Por outro lado, não há transparência nas contas, não são fornecidos elementos, as contas de 2002 estão atrasadas.

O regime previdencial continua a gerar saldos positivos mas de montantes mais baixos. Começa a haver sinais claros de que as transferências do Orçamento de Estado para a Segurança Social não se efectuam na globalidade, nomeadamente no regime de protecção à família e com as políticas activas de emprego e formação profissional, o que penaliza o regime previdencial.

O Governo não cumpre o estabelecido em relação à transferência de verbas para o Fundo de Reserva da Segurança Social. Já é inferior, em 2003 e 2004, a verba resultante da aplicação dos 2 dos 11 pontos percentuais das contribuições dos trabalhadores.

Esta situação é de todo inaceitável. A CGTP-IN já reagiu por diversas vezes pelo facto do Governo não enviar, desde Março de 2003, os montantes previstos. No entanto, a nossa intervenção levou a que o Governo, em Agosto, transferisse mais 28 milhões de euros e já tenha afirmado que enviará os resultados que obtiver da cessão de créditos da segurança social.

3.2.6. Participação na Segurança Social

A participação nos múltiplos órgãos de consulta de segurança social foi um fracasso total neste mandato, visto que não se conseguiu, apesar das denúncias feitas pela CGTP-IN, a sua concretização. A gestão do Centro de Riscos Profissionais e o Conselho Consultivo do Fundo de Capitalização foram uma excepção à regra, assim como o funcionamento do Conselho Nacional do RMG, até à tomada de posse do Governo PSD/PP em que deixou de funcionar.

3.2.7. Reparação dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais

Quando se realizou o 9º Congresso da CGTP-IN, não tinha passado muito tempo sobre a publicação do novo regime jurídico de reparação dos acidentes de trabalho e doença profissionais, que pôs fim a um regime obsoleto que vigorava há 35 anos e sobre a qual a CGTP-IN há muito exigia a sua alteração.

O novo regime colocou um conjunto de questões que levou a que, no 9º Congresso, a CGTP-IN considerasse urgente serem tomadas um conjunto de medidas.

A regulamentação da Lei 100/97 era um objectivo central. O certo é que, passado 6 anos, após a sua publicação, a regulamentação não foi concluída.

Com o Código do Trabalho, coloca-se uma nova fase quanto à reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais uma vez que este revogou a Lei 100/97.

Um outro grande objectivo para este mandato era a integração da reparação dos acidentes de trabalho no regime da segurança social, tanto mais que a Lei de Bases da Segurança Social, publicada em 2000, previa essa integração, o que teve, logo de imediato, a oposição do sector segurador.

A Associação Portuguesa de Seguros boicotou o funcionamento do grupo de trabalho que foi constituído por um despacho governamental para estudar a integração. A CGTP-IN fez uma forte denúncia de toda esta manobra, assim como à inércia do Governo PS. O grupo de trabalho nunca chegou a reunir.

Entretanto, a Lei de Bases da Segurança Social do PSD/PP veio eliminar do seu texto esta importante questão, apoiando claramente as pretensões do sector segurador.

As reivindicações preconizadas no 9º Congresso quanto à Reparação dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais não tiveram respostas por parte dos responsáveis políticos, o que foi bastante penalizador para os trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Outro grande objectivo, era de não haver obrigatoriedade da remissão das pensões inferiores a 30% e deixá-las voluntárias, o que não foi atingido.

A CGTP-IN reivindicou, ainda, por diversas vezes, junto do Governo PS, sem qualquer êxito, alterações nos órgãos de gestão do Centro dos Riscos Profissionais, dado que a mesma estava a ser totalmente inoperante. Exemplo dessa paralisia foi o facto das comissões permanentes, tanto da Revisão da Tabela de Incapacidades como a das Doenças Profissionais, não terem realizado qualquer trabalho durante 6 anos, pelo facto das mesmas nunca terem funcionado. Aliás, o Centro de Riscos Profissionais é uma instituição bastante inoperante, nomeadamente do seu corpo clínico. Há atrasos de cerca de dois anos para ser reconhecida uma doença profissional, o que exige uma forte intervenção da nossa parte.

No vasto processo “tendinites”, nomeadamente do sector das indústrias eléctricas, que envolve centenas de trabalhadores, verificou-se dificuldades da instituição para responder eficazmente, e só uma acção forte dos sindicatos do sector permitiu resolver muitos dos problemas existentes.

A Reparação dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais vai exigir uma maior atenção no próximo mandato. Há que reconhecer a existência de grandes lacunas em toda a estrutura para acompanhar os problemas dos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho e doenças profissionais. Neste campo vai ser necessário fazer um trabalho profundo!

3.3. Desigualdades, Pobreza e Inclusão Social

Com o Governo PSD/PP as desigualdades acentuaram-se em consequência das suas políticas económicas, sociais e laborais.

Desde o 9º Congresso, o desemprego atingiu os valores mais altos, com tendência para crescer, sendo as mulheres as suas principais vítimas. Esta situação, aliada à precariedade do emprego, constituiu um flagelo, mas neste momento não é possível determinar a influência que possa vir a ter no aumento da pobreza em Portugal.

No quadro da U.E., Portugal é dos países onde há mais risco de pobreza e aquele que está em primeiro lugar na pobreza persistente.

O Rendimento Mínimo Garantido, a aproximação das pensões mínimas ao SMN e o Plano Nacional de Inclusão lançado em 2001, constituíram certamente contributos para a inclusão de diversas camadas da população, dado o número de pessoas atingidas, mas globalmente não existe uma avaliação destas medidas e dos seus efeitos em relação aos beneficiários, que é fundamental realizar.

Outro dos factores que tem contribuído para o aumento das desigualdades e para o empobrecimento das famílias são os baixos salários, de parte significativa dos trabalhadores, que têm tido, nestes dois últimos anos, uma quebra acentuada no seu poder de compra. Com a governação PSD/PP houve uma regressão quanto à evolução que o SMN vinha a ter, para além das consequências que teve para os trabalhadores atingidos e para a evolução dos salários em geral, esta situação teve uma repercussão sobre o valor das pensões mínimas visto estas estarem indexadas a este.

Outro dos traços das desigualdades, como a CGTP-IN tem referido, é o fosso entre os que nada têm e os que têm muito. A repartição da riqueza é cada vez mais injusta., assim como a política fiscal. A forte evasão e fraude fiscal e a tributação injusta sobre determinados rendimentos, nomeadamente os do capital e financeiro invertem as políticas de solidariedade nacional. Há ainda aspectos estruturais, como seja, a educação e a qualificação por resolver, e é tanto mais preocupante a política de educação prevista pelo Governo que ainda iria acentuar ainda mais o elitismo e as clivagens sociais entre as crianças e os jovens.

Uma política de inclusão é essencial para diminuir a pobreza e a exclusão social que atinge diversas vastas camadas da população, onde se incluem, nomeadamente deficientes, emigrantes, pessoas idosas, toxicodependentes, minorias étnicas.

O PNAI 2003/2005, apresentado pelo Governo, contém objectivos definidos com múltiplas prioridades mas conforme a Comissão Europeia refere, é difícil apurar as verdadeiras prioridades, que são agravadas quando não são identificadas as fontes de financiamento e orçamentos para as principais medidas e a falta de participação dos actores sociais.

Estas críticas foram, desde o início, levantadas pela CGTP-IN que, como denunciou na altura, não teve qualquer participação neste processo, só depois de ir para Bruxelas é que o Governo ouviu o CPCS.

O Governo PSD/PP, que tem uma intervenção populista de falar em nome dos pobres e dos mais desprotegidos, não se inibiu de alterar o RMG (instrumento importante para a inclusão), por um outro instrumento Rendimento de Inserção Social, que é muito mais restritivo, nomeadamente para a população até 30 anos de idade, assim como alterou o subsídio de doença até 90 dias de baixa, fragilizando a protecção social de quem está doente.

3.4. A Saúde

3.4.1. A política de retrocesso do governo PS

A CGTP-IN no seu 9º Congresso traçou como objectivo uma política de saúde centrada nos cidadãos.

Tinham sido produzidos pelo Governo PS inúmeros documentos de diagnóstico e de estratégia importantes, assim como um conjunto de diplomas que tiveram o empenhamento da CGTP-IN e dos sindicatos do sector da saúde, como seja, os sistemas locais de saúde, os centros de saúde de 3ª geração e as agências de contratualização.

No entanto, era já reconhecido na altura da realização do nosso Congresso que, em termos do terreno, ou seja, na prática, os grandes problemas do SNS permaneciam. O acesso (listas de espera) em prazos razoáveis da população a cuidados de saúde não estava resolvido, assim como não estava resolvida a situação financeira do SNS e os investimentos nos cuidados primários de saúde, dos medicamentos genéricos, etc.

Continuavam a não ser usadas as potencialidades do SNS em resultado de uma política de cedência do PS aos lobbies privatizadores que tudo fizeram para pôr em causa medidas estruturantes que eram importantes para o desenvolvimento do sistema público de saúde.

A CGTP-IN, por diversas vezes, denunciou esta política de cedências que veio a traduzir-se no segundo Governo do PS a um retrocesso a toda a linha e, tudo que havia de positivo, foi totalmente abandonado.

Houve diversas conflitualidades, nomeadamente sobre os novos modelos inovadores de gestão hospitalar do Hospital da Feira e da Unidade de Matosinhos que o Governo estendeu ao Barlavento.

Quanto às listas de espera, a CGTP-IN exigiu transparência. Pretendíamos saber quantos utentes estavam sem acesso a cirurgias e a consultas de especialidade e quais os hospitais aderentes ao Programa de Acesso, mas o Ministério da Saúde na altura nunca foi claro sobre a matéria, nem sobre o Programa, nem sobre a estratégia política para resolver o acesso dos utentes.

Quanto mais se acentuava o desgaste político do PS e as remodelações governamentais nesta área, mais eram evidentes as cedências à Associação Nacional de Farmácias e à Apifarma sobre a política de medicamentos e a todo restante sector privado que vive em larga escala à custa da ineficiência do SNS e de não desenvolver as suas capacidades. Por outro lado, o diálogo social existente com a CGTP-IN e com os sindicatos foi abandonado.

3.4.2. Movimento pelo aumento das participações nas próteses

Em 2000, efectuámos um amplo abaixo-assinado sobre uma reivindicação antiga da CGTP-IN “Aumento das participações do Estado para as próteses”, que recolheu 65 mil assinaturas e que foi entregue à Ministra Manuela Arcanjo. Há a salientar que, pelo facto de se ter desenvolvido esta acção, o Orçamento de Estado para 2001 e de 2002, referia no seu articulado, depois de tantas reivindicações na Assembleia da República, “*que o Governo deve aumentar estas participações de forma gradualista.*”

O facto é que, em termos práticos, as participações vergonhosas que os utentes do SNS não vêm actualizadas, muitas delas há mais de 20 anos, não foram alteradas, o que exige atenção novamente da nossa parte.

3.4.3. Escândalo Amadora-Sintra – Tribunal Arbitral

No final de 2001, a CGTP-IN apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça, Procurador-Geral da República e Tribunal de Contas, apresentando documentos sobre a gestão danosa do Hospital Amadora-Sintra, em que o Estado tinha sido lesado em vários milhões de contos pelo Grupo Mello. O que incomodou e apanhou de surpresa o Ministro da Saúde, que foi obrigado a pedir, depois de posições contraditórias, a intervenção do Procurador-Geral da República.

Esta posição da CGTP-IN teve muito impacto na altura mas, de igual modo, a outros processos de corrupção e de falta de transparência, nada aconteceu para apurar a situação. Com o PSD/PP já no Governo, foi “resolvido” este diferendo “de quem deve a quem” por um vergonhoso Tribunal Arbitral, criado para o efeito, ficando o Estado mais uma vez, penalizado.

3.4.4. PSD/PP querem o assassinato do SNS

Com o PSD/PP foi declarado o assassinato ao SNS, quando no seu Programa diz claramente que o objectivo é uma mudança global na política de saúde, ainda que por etapas, ou seja, pôr de pé uma medicina convencionada privada sobre os escombros do SNS.

A filosofia é o Estado financiar e regular, e os privados, as instituições de solidariedade social e misericórdias prestarem os serviços aos utentes.

Para atingir este objectivos o Governo PSD/PP já pôs de pé toda a estrutura legislativa sobre:

- *Cuidados Primários de Saúde*, para entregar os Centros de Saúde a cooperativa de médicos ou a privados, apagando a figura do médico de família, ou seja, deixar a prevenção da saúde de lado para voltarmos à medicina curativa. Esta questão levou a fortes contestações de todos os profissionais, nomeadamente dos médicos de clínica geral e familiar.
- *Gestão Hospitalar* – permitiu que 34 hospitais públicos passassem a ter uma gestão empresarializada e fossem transformados em sociedades anónimas para os retirar da tutela da Administração Central. Este processo está intimamente ligado à política orçamental deste Governo e ao cumprimento do PEC. O economicismo vai imperar neste modelo de gestão, sendo, em primeira linha, atingidos os profissionais da saúde precarizando as suas condições de trabalho e a qualidade dos cuidados prestados que não estão dissociados.
- *Novos hospitais, parcerias público-privado* – os novos hospitais das áreas metropolitanas de Lisboa, Porto e outros, vão ser construídos e equipados por privados, garantindo-se a gestão por dezenas de anos, a quem “ganhar” essa parceria, comprando o Estado serviços a estes hospitais para os utentes do SNS. Aliás, este modelo já é mais avançado que o adoptado para o Amadora-Sintra, tendo presente que o Estado, neste modelo, pode recuperar o Hospital, porque ele é público, quando terminar o contrato ou se ele não for cumprido. Nos que vão ser

construídos, o Estado fica totalmente refém do sector privado porque nem sequer é detentor da propriedade.

- *Entidade Reguladora da Saúde* – é um super órgão a criar com mais poderes que qualquer Ministro da Saúde que vai promover a competitividade entre o público e o privado e regular o comportamento dos diversos prestadores. É um órgão sem independência do poder político. A CGTP-IN e os sindicatos manifestaram-se claramente contra a organização deste e apelaram ao Presidente da República para não promulgar este diploma, o que não veio a acontecer.

3.4.5. Política do Medicamento

Sobre a política do medicamento foram introduzidos no mercado mais medicamentos genéricos, elevando a percentagem destes na comercialização. Esta situação teve o efeito de fazer baixar o preço dos outros medicamentos. Para “pressionar” os médicos a prescrever os genéricos, dado a contracção de muitos, o Governo introduziu o preço de referência nas comparticipações que poderá ser penalizador para o utente se o medicamento prescrito pelo médico for de valor superior ao valor do medicamento genérico mais caro.

Ainda não se verificou claramente se esta medida trouxe efeitos sobre as despesas com os medicamentos, que é das mais elevadas no Orçamento da Saúde.

3.4.6. O populismo do Governo PSD/PP

O Governo PSD/PP usa do populismo mais refinado para desenvolver a sua política de saúde. Promete que vai ser tudo gratuito, mas entretanto já aumentou substancialmente as taxas moderadoras, que vai haver mais acesso aos cuidados de saúde e que vai acabar com as listas de espera, porque os doentes vão para o privado quando o tempo aceitável de espera para o doente terminar. No entanto, o Governo não refere como vai suportar estas promessas com menos dinheiro no Orçamento da Saúde e nas mãos dos privados.

3.4.7. Intervenção Sindical

Há que reconhecer, nomeadamente no período da governação do PSD/PP, que nem tivemos uma intervenção ofensiva nem capacidade para reagir. Para além de algumas denúncias, não fomos capazes de realizar, seja a nível nacional, distrital ou sectorial, acções concretas para potenciar as importantes conclusões da Conferência Sindical Nacional sobre a Saúde, realizada no dia 28 de Junho de 2002.

A Comissão da Saúde reuniu e discutiu os aspectos mais relevantes da política de saúde, mas sempre com ausências, nomeadamente por parte dos médicos.

Era necessário outra dinâmica, e não apenas uma ou outra iniciativa a nível distrital.

3.5. A Educação

3.5.1. O ensino como vector estratégico para o desenvolvimento dos cidadãos e da sociedade

A CGTP-IN, no seu 9º Congresso, considerou a formação do capital humano como um factor de importância decisiva do desenvolvimento económico e social. Nesse sentido, denunciou a grave situação dos recursos humanos em matéria de formação escolar e profissional, fruto não só de atrasos acumulados do passado mas também das desastrosas políticas que foram levadas a cabo por sucessivos governos constitucionais.

Por outro lado, a CGTP-IN considerava também que a questão da educação devia ser assumida basicamente pelo Estado porque a ele cabe a promoção da igualdade de oportunidades e a garantia dos direitos fundamentais, nesta área, da criança, do jovem e do cidadão.

3.5.2. *As políticas de sentido contrário*

No decurso destes últimos quatro anos e particularmente depois da tomada de posse do actual Governo, em Março de 2002, assistiu-se a um desenvolvimento de políticas educativas que em nada contribuíram para uma verdadeira democratização do ensino e para o incremento de um ensino profissional de acesso universal e gratuito. A CGTP-IN tomou posição e denunciou criticamente uma situação que põe em causa o desenvolvimento e o futuro do país.

Foi também preocupação da CGTP-IN a produção de estudos que tematizassem com objectividade a problemática das habilitações escolares da população activa e suas consequências nos domínios económico, social, cultural e no da cidadania.

3.5.3. *A persistência do insucesso educativo e do abandono escolar precoce*

A CGTP-IN expressou de múltiplas formas as suas preocupações, condenando a existência de significativas bolsas de trabalho infantil e a manutenção de preocupantes índices de insucesso e abandono escolares, problemas que foram afluídos em diversos níveis da estrutura e sobre os quais houve declarações públicas de dirigentes da Central.

3.5.4. *A desresponsabilização do Estado na área da educação e a defesa de uma escola pública de qualidade para todos*

Em obediência aos comandos da política neoliberal o(s) Governo(s) desenvolveu(eram) uma estratégia, no âmbito da educação, caracterizada pela progressiva desresponsabilização do Estado traduzida no abandono de um verdadeiro esforço de expansão da rede pública da educação pré-escolar e de medidas que garantissem o aumento da qualidade dos ensinos básico, secundário e superior.

A CGTP-IN e as estruturas regionais promoveram um alargado conjunto de Encontros distritais onde foram debatidos os problemas relativos às principais áreas sociais e nos quais se defendeu intransigentemente uma escola pública de qualidade para todos e se condenou o favorecimento, ao arpejo do texto constitucional, do sector privado tratado em pé de igualdade com o sector público.

A CGTP-IN condenou ainda a política governamental conducente à degradação da imagem social da escola pública e a teoria dos *rankings* de escolas como pressuposto da garantia da qualidade do ensino.

3.5.5. *Uma inconsequente política de “reformas” curriculares*

A CGTP-IN abordou as questões relativas à “reforma” curricular do ensino secundário implementada pelo Governo socialista não só em debates mas também em diálogo com diferentes órgãos de soberania e condenou as decisões do actual Governo que meteu na gaveta uma reforma que urge fazer de forma aberta, participada, ponderada e realista de modo a tirar Portugal da cauda da EU no que respeita à taxa da população com o ensino secundário como habilitação escolar.

3.5.6. O(s) Orçamento(s) do Estado para a Educação

Nestes quatro anos assistiu-se a uma política que, em termos do Orçamento do Estado, não teve em conta as necessidades do sistema educativo nem as suas precariedades mais gritantes, em todos os níveis de ensino. Esta política atingiu contornos inaceitáveis com as restrições e retrocessos exibidos no Orçamento para 2004.

A CGTP-IN tem defendido com clareza que a educação não é uma despesa mas um investimento e uma salvaguarda do futuro e por isso tem condenado a orientação economicista nesta área e o descarado apoio financeiro ao ensino privado em detrimento de um tão carenciado ensino público.

3.5.7. Lei de Bases da Educação: uma proposta do Governo extremamente negativa

O próprio título da proposta de lei do Governo revela que este se coloca numa posição errada ao conceber uma Lei de Bases da Educação desligada da Formação Profissional. Não tem sentido elaborar duas leis distintas sobre matérias que deveriam ser articuladas. Essa concepção da CGTP-IN foi significativamente acompanhada pelo Conselho Nacional de Educação, no seu parecer sobre a referida proposta de lei.

Fiel ao pensamento neoliberal que enforma a acção do actual Governo, o Ministério da Educação apresenta esta proposta de lei assente na desresponsabilização do Estado nesta área, na defesa das políticas de livre escolha educacional e da implementação do mercado na educação. Por outro lado, a proposta de lei abre perigosamente as portas a uma progressiva degradação do sistema público de ensino porque o Estado passará a tomar como sua a obrigação de apoiar financeiramente o ensino privado de forma equivalente à do ensino público.

O Governo pretende ainda reduzir para seis anos o ensino básico de modo a proceder a uma precoce separação de vias de ensino, numa descarada aposta na elitização do sistema educativo. Teremos assim um ensino de excelência para os filhos de uma minoria e um ensino de muito menos qualidade para os filhos dos trabalhadores e das camadas sociais mais desfavorecidas. O Governo pretende criar um sistema educativo em que as escolas passarão a ser centralmente mais seguramente controladas, em que a gestão democrática será substituída pelo recurso à nomeação de gestores, em que a autonomia será um conceito vazio, em que uma apertada selecção de alunos terá lugar com base em exames nacionais estandardizados.

Atendendo aos aspectos de grande relevância política, ideológica e social que decorrem da aprovação desta proposta de lei, a CGTP-IN promoveu um importante debate, em Novembro de 2003, em torno das principais questões implicadas numa lei desta natureza, com a participação de deputados e especialistas na matéria. O número de presenças nesse debate exige que ele se reproduza pelo país enquanto não se esgota o período de debate público.

3.5.8. A Marcha pela Educação

A CGTP-IN encara a educação como um factor imprescindível ao desenvolvimento do país, ao fortalecimento do papel dos trabalhadores na construção de uma sólida democracia política, económica, social e cultural e por tal razão foi uma das entidades promotoras da Marcha pela Educação que se realiza, em Lisboa, no dia 23 de Janeiro de 2004.

3.5.9. Considerações finais com vista ao futuro

Há ainda a assinalar que alguns nefastos propósitos anunciados pelo Governo para a Educação ainda não foram concretizados; que os debates travados em torno da Lei de Bases da Educação a poderão alterar para melhor; que os estudantes têm tido uma voz activa e forte na denúncia de medidas atentatórias da qualidade do ensino e sua democratização; que o movimento sindical docente e a CGTP-IN vão abrindo lúcidos caminhos de diálogo com as estruturas de pais e encarregados de educação; que é já uma realidade em funcionamento o sistema de certificação de competências adquiridas pelos adultos.

Apesar da acção desenvolvida, é um facto que há um grande atraso na nossa estrutura quanto ao conhecimento dos problemas existentes nesta área e, também, no debate com os trabalhadores. Há a registar que, por dificuldades diversas, não foi possível constituir a Comissão Especifica da Educação neste mandato. O facto de terem aderido à CGTP-IN, durante este mandato, quatro dos maiores sindicatos de professores, abre perspectivas no reforço e aprofundamento da acção da CGTP-IN na área da Educação, tanto a nível central como regional.

3.6. A Política de Habitação

Durante este mandato, aliás como noutros, a CGTP-IN pouca intervenção teve na política de habitação. As prioridades do trabalho têm recaído sobre outras áreas sociais.

Tomámos posições públicas, nomeadamente quando os Governos aumentaram as rendas de casa. Aliás, quanto a este assunto o CPCS tem de ser ouvido.

Esta matéria suscita sempre reacções da CGTP-IN porque acarretam mais encargos para as famílias, nomeadamente as de baixos rendimentos onde se incluem os reformados. Mas o que é maior factor de contestação são os critérios usados pelos governos para aumentar as rendas, que são contrários àqueles que são usados para aumentar os salários, o SMN e as pensões de reforma. Para estes, os governos têm usado a taxa de inflação esperada para cada ano e, como se tem verificado, esta fica aquém das previsões, o que tem penalizado fortemente o poder de compra dos trabalhadores e reformados.

Tomando por exemplo o ano de 2003, o desnível é de 1,2% e em 2000 foi de 0,9%, enquanto para o aumento das rendas de casa, o critério é a inflação passada. Esta política de aumentos é manifestamente penalizadora para os inquilinos.

Ainda quanto à habitação, a CGTP-IN e a Interjovem tiveram uma posição totalmente contrária à eliminação do crédito bonificado por parte do Governo PSD/PP, para cumprir o PEC que acarretou pesados encargos para os jovens e para as famílias com menores rendimentos.

Certamente que esta política está a contribuir para que muitas famílias não paguem à Banca os seus compromissos, como tem sido tornado público por estas entidades.

Para além desta situação concreta, há outras situações que leva a que as famílias não paguem à Banca os seus compromissos, o que tem a ver nomeadamente com o endividamento destas. O facto das taxas de juro terem baixado bastante, o que foi positivo para as famílias porque representava uma diminuição de encargos no

orçamento familiar, levou, no entanto, a situações contraditórias, pois o que se observou foi a uma corrida à compra de novas habitações e segunda habitação a preços especulativos, originando um aumento substancial de encargos para as famílias e não à sua diminuição.

Esta situação atravessa vários extractos da sociedade e mesmo nas classes médias há situações alarmantes de endividamento.

A política do PSD/PP de contenção orçamental, que tem reflexos nos orçamentos do poder local, poderá estar a comprometer, seriamente, os projectos de recuperação da habitação antiga, nomeadamente nos bairros antigos das cidades, onde há uma grande degradação, que tem levado a desmoronamentos, como aconteceu recentemente em Olhão e, por outro lado, leva a que famílias vivam em situações totalmente inaceitáveis.

Esta política suicida pode vir ainda a comprometer os projectos de eliminação das barracas que têm sido importantíssimos para banir este flagelo da sociedade.

3.7. O Ambiente

Na área do ambiente, a CGTP-IN esteve representada em vários eventos, no plano nacional e internacional.

A nível nacional, em diversos debates promovidos por organizações ambientais, a solicitação dos governos/ministérios do ambiente para a discussão de vários temas e planos previstos e em execução no país.

No âmbito internacional, destaca-se a nossa participação na conferência promovida pela CES, em Sevilha, para preparar a cimeira mundial do desenvolvimento sustentável de Joanesburgo 2002.

A participação em várias iniciativas e manifestações de protesto promovidas pelas nossas congéneres galegas, depois da catástrofe do navio “Prestige”.

No plano interno, o encaminhamento para as respectivas Uniões dos pareceres solicitados no âmbito das consultas públicas das mais diversas obras públicas nas regiões.

A CGTP-IN continua representada no Conselho Nacional do Ambiente.

No decorrer deste mandato, o Departamento do Ambiente desenvolveu esforços junto do MSU no sentido das respectivas estruturas indicarem possíveis especialistas que façam parte dos seus quadros para colaborarem nesta área, acção fundamental para um desempenho eficaz nesta área e que ainda não está concluída.

3.8. A Cultura e os Tempos Livres

Durante este mandato, a acção nesta área só teve algum desenvolvimento neste último ano, depois de ser atribuído a responsabilidade a um membro da CECO.

Iniciou-se um conjunto de iniciativas que visam dar corpo ao Departamento de Cultura, Desporto e Tempos Livres, bem como ao desenvolvimento de um Torneio Nacional de

Futsal, com várias fases a decorrerem nos sindicatos e uniões, culminando com a fase final a organizar pela CGTP-IN.

As iniciativas do concurso de poesia e concurso de fotografia, não tiveram execução prática devido a razões de ordem material e financeira.

A nível do INATEL, a intervenção da CGTP-IN através, nomeadamente dos seus representantes, foi no sentido de pôr esta instituição e todo seu vasto património ao serviço dos trabalhadores e reformados e para que os sindicatos pudessem vir a ter uma maior participação na vida da instituição com reflexos no tempo de lazer dos associados.

A mudança dos estatutos foi um objectivo que mereceu uma intervenção muito activa da nossa parte, no sentido de transformar a instituição numa Fundação. Mas os estatutos acordados com a Direcção da Instituição não chegaram a ser publicados pelo Governo PS.

O Governo PS, depois de quase dois anos de poder, só no Plano de Actividades para 2004, apresentado em Dezembro, é que levanta o véu em relação à estratégia a seguir: alteração dos estatutos; parcerias com as centrais sindicais e um conjunto de entidades de carácter sociais e autarquias; prioridade para os centros de férias em investimento; ocupação, porque é a área que dá lucros; menos importância para o desporto; turismo social.

Os nossos representantes têm tido uma articulação boa com a CGTP-IN e são muito críticos pelo facto das nossas estruturas sindicais não terem uma preocupação com o lazer dos associados e não intervirem no INATEL que tem estruturas que podiam servir esses associados.

4. A NEGOCIAÇÃO COLECTIVA E O SISTEMA DE RELAÇÕES DE TRABALHO

4.1 A contratação colectiva

A actividade sindical desenvolvida nos 4 anos, conforme deliberações do 9.º Congresso, deu prioridade à luta reivindicativa a partir do local de trabalho, impulsionando-se as reivindicações de empresa em articulação com os contratos colectivos sectoriais, melhorando-se assim os salários dos trabalhadores e defendendo-se os direitos constantes nos contratos colectivos.

Foram realizados debates anuais sobre contratação colectiva e acção reivindicativa, como orientação geral da CGTP-IN, onde foram anualmente definidas as prioridades reivindicativas, realizaram-se duas Conferências Sindicais sobre Contratação Colectiva, sendo a primeira realizada em 20 de Setembro de 2001 e a segunda em 1 de Outubro de 2003, tendo como finalidades a dinamização da luta reivindicativa e a resposta aos problemas fundamentais.

A contratação colectiva impulsionada pela luta dos trabalhadores nas empresas e locais de trabalho teve um papel essencial na actualização dos salários, na manutenção e melhoria dos direitos sociais e no aprofundamento da unidade e da solidariedade entre

os trabalhadores, apesar do bloqueio movido por algum patronato mais retrógrado com o apoio dos governos, por omissão, pois este bloqueio nunca foi sancionado.

O contexto já difícil devido ao bloqueamento patronal em vários sectores em que se exerceu a contratação colectiva foi agravado em 2002 na vigência do Governo PSD/PP com a política de contenção salarial e com o processo do Código de Trabalho. O Código do Trabalho teve na contratação colectiva um dos seus aspectos mais gravosos porque mais desequilibradores da actual relação de forças. Esta gravidade persiste mesmo depois das alterações introduzidas na sequência das inconstitucionalidades declaradas pelo Tribunal Constitucional, decisão a que não foi alheia a luta dos trabalhadores nomeadamente a greve geral de 10 de Dezembro de 2002. A Conferência de 1.10.03 teve como objectivo definir as orientações gerais do movimento sindical na resposta a dar, no novo quadro jurídico-laboral, resultantes do Código do Trabalho.

Foi melhorada a capacidade de coordenação da contratação colectiva através da definição e aprovação pelo Conselho Nacional em Setembro de cada ano, da Política Reivindicativa da CGTP-IN para o ano seguinte a qual incluiu, de um modo autónomo, a política contratual.

Os resultados da contratação colectiva foram globalmente positivos ainda que aquém das nossas reivindicações. Os salários contratuais (tabelas salariais) não acompanharam a inflação em 2002 (devido ao disparo da inflação) e em 2003 (devido à política de contenção salarial), mas foram em muitos casos compensados noutras componentes salariais, como subsídios. Por outro lado, foram negociados em muitas empresas Cadernos Reivindicativos que melhoraram os mínimos fixados nas convenções de sector. E apesar do contexto difícil da contratação colectiva houve melhoria nos clausulados em matérias como carreiras profissionais, formação profissional, higiene e segurança no trabalho, igualdade no trabalho, duração do período de férias e redução da duração do trabalho.

Evolução dos salários contratuais (tabelas salariais)

	2000	2001	2002	2003
Salários contratuais	3.4%	4,0%	3.8%	2.9%
Administração Pública	2.5%	3.8%	2.8%	1.5%*
Inflação	2.9%	4.4%	3.6%	3.3%

* Até 1008 euros; a inflação de 2003 é estimada

Fonte: CGTP-IN

Na sequência do Acordo sobre Política de Emprego, Mercado de Trabalho, Educação e Formação, a CGTP-IN definiu em 2001 um documento orientador, sob a forma de clausulado-tipo, para facilitar a concretização dos compromissos assumidos pelo patronato. Apesar disso, o patronato recusou negociar estas matérias, não havendo progressos significativos a registar. Uma situação idêntica ocorreu quanto ao Acordo sobre Condições de Trabalho, Higiene e Segurança no Trabalho e Combate à Sinistralidade.

A negociação foi ainda mais difícil na Administração Pública onde houve quebras do poder de compra dos salários contratuais durante todos estes anos, o que se relacionou com o pacto de estabilidade e de crescimento e com a política de condicionar os aumentos gerais de salários através de menores aumentos no sector público. Em 2003, os salários de 1008 euros e superiores foram mesmo congelados, acontecendo o mesmo nalgumas empresas do sector público empresarial.

Apesar de todos os ataques que foram movidos pelo patronato e governos, a negociação colectiva em geral e a contratação colectiva em particular, desempenhou um papel de importante instrumento dos trabalhadores, utilizado pelas organizações de classe – os sindicatos, ao serviço da defesa dos direitos sociais, da melhoria dos salários, da democratização das relações de trabalho, só possíveis pela participação dos trabalhadores nas empresas e locais de trabalho e das acções de luta desenvolvidas.

4.2. A negociação colectiva europeia

A CGTP-IN acompanhou, no âmbito da CES, os processos relativos à negociação europeia e à coordenação das negociações colectivas. Houve, em 2000, um debate profundo com vista à coordenação das negociações colectivas a nível europeu, particularmente no que respeita aos salários, tendo sido aprovada uma resolução no Comité Executivo de Dezembro. Foi aprovada uma fórmula de coordenação salarial que estabelece reivindicações salariais cujo valor é igual à soma da inflação com a produtividade e com outros factores (por ex. a aproximação salarial nos países com salários mais baixos). A CGTP-IN tem informado a CES dos desenvolvimentos da negociação colectiva em Portugal.

Também a nível sectorial se desenvolveram esforços com vista a criar condições para a coordenação das negociações colectivas. Nalguns sectores decorreram negociações sobre temas específicos, como por exemplo o acordo sobre o teletrabalho nas comunicações.

Em termos de negociação europeia confederal, decorreu em 2000/1 um processo sobre o trabalho temporário. Esta negociação terminou sem acordo dada a recusa patronal em aceitar que a empresa utilizadora seja a primeira referência na comparabilidade sobre as condições de salário e de emprego. Efectuou-se um acordo sobre teletrabalho (2002) e compromissos sobre o desenvolvimento das competências e da formação ao longo da vida (2002) e sobre as reestruturações de empresas (2003). Estes textos têm uma natureza voluntária o que significa que são aplicados pelas organizações subscritoras segundo as regras por elas próprias estabelecidas.

A CES e as confederações europeias aprovaram um programa de trabalho para o período 2003-2005. Segundo a CES, trata-se do equilíbrio possível entre as suas reivindicações com vista a obter normas reguladoras dos mercados de trabalho e as posições do patronato que pretende limitar ao máximo quer as directivas quer os resultados negociais juridicamente constrangedores.

4.3. Diálogo social, concertação e participação institucional

A participação no Conselho Económico e Social foi relevante já que o CES constitui um órgão de consulta e de concertação nos domínios das políticas económicas e sociais e que participa na elaboração de planos de desenvolvimento económico. As suas funções mais importantes têm a ver com o planeamento económico, cabendo-lhe pronunciar-se sobre as grandes opções dos planos de desenvolvimento económico e social, antes de aprovadas pelo Governo, e acompanhar a sua execução. A CGTP-IN teve uma participação activa nas actividades do Conselho Económico e Social, particularmente no que se refere a:

- discussão dos pareceres sobre as Grandes Opções do Plano;
- acompanhamento das actividades relacionadas com os Quadros Comunitários de Apoio;
- aprovação de pareceres sobre questões de carácter económico e social, salientando-se: alteração da legislação sobre o rendimento mínimo garantido (2000); política de defesa do consumidor (2001); responsabilidade social da empresa (2002);
- acompanhamento da situação económica, sendo de referir reuniões no âmbito do estudo da OCDE sobre a economia portuguesa;
- realização de seminários e mesas redondas, como: produtividade (2000); competitividade da economia portuguesa (2001), formação profissional contínua (2001).

A actividade do CES foi positiva, mas persistem problemas na eficácia da função consultiva, que, muitas das vezes, apenas permite uma participação meramente formal, mas sem consequências no plano da acção governativa.

Em 2000, abriu-se uma nova fase da concertação social, ao abrigo da qual têm decorrido processos de negociação referentes a matérias específicas. A contestação da CGTP-IN ao conteúdo dos acordos anteriores e aos procedimentos de concertação, limitou a sua aplicação, o que agudizou a crise da concertação social. No início de 2000 foi discutida e aprovada uma nova metodologia de concertação social em que o Governo procurou responder às críticas feitas pela CGTP-IN. Segundo as novas regras: os acordos não podem colidir com as matérias que sejam da competência reservada da Assembleia da República; o direito de contratação colectiva tem de ser respeitado; deve-se procurar estabelecer deliberações por consenso; a negociação incidirá sobre matérias específicas, afastando-se os acordos globais tipo acordo de concertação estratégica.

Iniciaram-se negociações das quais resultaram em 2001 três acordos: sobre emprego, educação e formação; higiene e segurança no trabalho; e sobre a segurança social (20.11). O patronato inviabilizou a negociação sobre o tema da organização do trabalho, produtividade e política de rendimentos, com a pretensão da revisão da legislação de trabalho, sendo constatado um desacordo no final de 2001.

A negociação sobre a segurança social foi muito difícil devido ao ataque da CIP à nova Lei de Bases, tendo esta organização abandonado a negociação durante a maioria do tempo em que estas decorreram; e à aceitação pelo Governo da instituição de um tecto contributivo, que foi uma das condições da CIP para retomar a negociação. No final, houve dois textos: um sobre a modernização da protecção social, que foi subscrito pela CGTP-IN e recusado pela CIP; e um outro sobre a instituição do tecto contributivo que a CGTP-IN não assinou.

As melhorias obtidas neste período regrediram depois. Primeiro, porque os acordos não foram em aspectos essenciais concretizados, no que tiveram responsabilidades o patronato e os Governo do PS e do PSD/PP. Segundo, porque com o Governo PSD/PP a concertação social retomou as características anteriores a 2000 nos seus piores aspectos, como evidenciaram os processos relativos à revisão da Lei de Bases da Segurança Social (2002) e à revisão da legislação de trabalho (2002/2003), com realce para o acordo à margem da CPCS entre o patronato e a UGT (Jan. 2003) sobre o Código de

Trabalho. Terceiro, porque uma política de diálogo social em 2000 e 2001 foi substituída por uma acção governativa de natureza essencialmente autoritária.

No que respeita à participação institucional, as experiências foram diferentes de acordo com as instâncias específicas. Nalguns casos, funcionou com maior ou menor regularidade. Noutros, esta participação foi inefectiva por responsabilidade dos Governos com destaque para a segurança social, o que levou a uma acção de denúncia pela CGTP-IN.

4.4 A acção sindical transfronteiriça

Existem vários conselhos sindicais inter-regionais, ou transfronteiriços, (CSI's) ao nível dos vários estados membros. No caso português, há 4 CSI's: Norte-Galiza; Beiras-Castilha Leon; Alentejo-Estremadura; Algarve-Andaluzia. Nestes conselhos participam representantes sindicais das confederações de Portugal e de Espanha, tratando-se, no caso da CGTP-IN, de dirigentes indicados pelas Uniões.

O objectivo dos CSI's é o de apoiar os trabalhadores transfronteiriços – os que diariamente ou semanalmente, passam a fronteira para exercerem actividade profissional no outro lado da fronteira - ajudando a remover os obstáculos à livre circulação, garantindo todos os direitos contratuais, sociais e fiscais. As acções e iniciativas globais e sectoriais dos CSI's (é reconhecido a nível internacional o empenho da CGTP-IN nesta frente de trabalho) têm sido relevantes na protecção e informação dos direitos destes trabalhadores, bem como na troca de informação sindical e direitos contratuais entre as estruturas sindicais sectoriais e mesmo ao nível das mesmas empresas existentes num e noutro lado da fronteira. A CGTP-IN deve continuar a dar a devida atenção e participação empenhada nos CSI's, garantindo a efectiva divulgação e promoção dos direitos junto destes trabalhadores.

5. ACTIVIDADES SINDICAIS INTERNACIONAIS, ASSUNTOS COMUNITÁRIOS, MIGRAÇÕES

5.1. A Confederação Europeia de Sindicatos, o Movimento Sindical Europeu e as Questões Comunitárias

5.1.1. Na sequência do 9.º congresso desenvolveu-se e aprofundou-se a intervenção da CGTP-IN nas estruturas da Confederação Europeia de Sindicatos – ao longo dos 4 anos no seu Comité Executivo, Comités e Grupos de Trabalho permanentes, bem como Grupos Temáticos *ad-hoc* e outros organismos ligados à CES (Academia Sindical Europeia, Instituto Sindical Europeu, Bureau Técnico-Sindical, AFETT), bem como por nomeação da CES, no CEDEFOP, na Fundação de Dublin e na Agência de Bilbau.

Em 2001 e 2002, a CGTP-IN integrou o Comité de Direcção da CES.

As estruturas de jovens, mulheres e reformados da CGTP-IN tiveram um crescente envolvimento nos organismos específicos da CES para estas áreas.

As Federações da CGTP-IN, filiadas em estruturas sectoriais da CES, continuaram a desenvolver a sua acção nesse quadro. Outras ainda não filiadas mantiveram contactos e trocas de informações.

Algumas Uniões da CGTP-IN desenvolveram trabalho nos Conselhos Sindicais Inter-regionais (transfronteiriços).

Entre o 9.º e o 10.º Congresso teve particular incremento a actividade da CGTP-IN no Grupo de Trabalho da CES para o Alargamento da U.E. e sobretudo no Fórum Sindical Euromediterrânico, cujo Comité de Coordenação a CGTP-IN integrou.

Um momento alto da actividade foi a participação da CGTP-IN no 10.º Congresso da CES, realizado em Praga, em Maio de 2003.

O ano de 2000 ficou marcado pela Presidência Portuguesa da U.E. no primeiro semestre, o que conduziu a um vasto número de actividades da CES em Portugal, tendo a CGTP-IN à sua responsabilidade a organização dessas actividades, de que se destacaram:

- a reunião do Comité Executivo da CES, em Lisboa, nos dias 21 e 22 de Março e a grande manifestação da CGTP-IN, de 23 de Março, em que participou uma delegação da CES, encabeçada pelo seu Secretário-Geral, Emilio Gabaglio;
- a grande manifestação europeia, no Porto, no dia 19 de Junho;
- reuniões temáticas diversas.

Ao longo dos 4 anos, a CGTP-IN participou nas diversas manifestações sindicais europeias que a CES promoveu por ocasião das diferentes presidências – manifestações de Nice, Bruxelas, Barcelona, Roma.

5.1.2. A CGTP-IN enviou delegações a mais de 30 congressos de Centrais Sindicais filiadas na CES, tendo recebido em Portugal cerca de uma dezena de delegações destas centrais.

Em 2000, realizou-se em Lisboa uma Cimeira Sindical das Centrais Sindicais da Península Ibérica.

A CGTP-IN manteve ainda contactos e intercâmbio de delegações com algumas Centrais Sindicais europeias não filiadas na CES, destacando-se visitas à Rússia, Ucrânia, Polónia e Chipre.

5.1.3. Continuou a desenvolver-se a actividade dos nossos representantes no Comité Económico e Social Europeu, bem como em diversos Comités Consultivos Temáticos da União Europeia.

5.2. A Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa (CSPLP)

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa encontra-se num estado de quase paralisia, que umas poucas (ainda que meritórias) iniciativas não conseguem esconder. A CSPLP acaba naturalmente por sofrer o contágio de tal letargia, desde logo a partir da ausência de fundos, mas também de iniciativa, correndo-se o risco de, progressivamente, ir perdendo sentido.

A CGTP-IN empenhou-se até onde foi possível na dinamização deste espaço, que considera muito importante, mas alguns obstáculos revelaram-se muito difíceis de ultrapassar.

Realizaram-se durante este período, com a participação da CGTP-IN, duas Cimeiras Plenárias da CSPLP, em Moçambique e no Brasil.

A CGTP-IN participou também em vários congressos e iniciativas temáticas e sectoriais de diversas Centrais Sindicais que integram esta comunidade.

5.3. O Espaço Euromediterrânico

A CGTP-IN participou em inúmeras iniciativas, realizadas no âmbito do Fórum Sindical EUROMED, em países das duas margens do Mediterrâneo.

A CGTP-IN dedicou uma importância acrescida a esta área, tendo em conta os desafios que a situação neste espaço e, em particular, no Médio Oriente, colocam aos trabalhadores e aos povos.

A CGTP-IN efectuou várias visitas a países árabes, incluindo a Palestina, Síria, Jordânia, Tunísia e Argélia, e recebeu em Portugal uma delegação da Confederação Internacional dos Sindicatos Árabes (CISA).

5.4. O Espaço Iberoamericano

Neste contexto, e tendo em consideração os processos de integração regional, de que são exemplo a criação do MERCOSUL e o projecto norte-americano da ALCA, a CGTP-IN priorizou o aprofundamento do relacionamento bilateral e multilateral com Centrais Sindicais desta região, particularmente com as do Brasil, Uruguai e Argentina. Efectuaram-se ainda contactos com outras centrais sindicais da América Latina, como em Cuba e na Colômbia.

5.5. Movimento Sindical Mundial

A CGTP-IN manteve o seu relacionamento com as três Confederações Sindicais Mundiais (CISL, FSM e CMT), tendo participado nos seus respectivos congressos e noutras actividades sectoriais ou regionais destas três organizações.

5.6. Organização Internacional do Trabalho

A CGTP-IN atribui uma crescente importância a esta agência especializada da ONU, quer pela interligação que a mesma tem com o processo de globalização, nomeadamente pela necessidade de introdução das suas principais normas na regulação do comércio internacional, quer ainda pela actualidade e impactos da sua actividade normativa regular.

No seguimento deste posicionamento, associámo-nos com entusiasmo à implantação do escritório da OIT em Lisboa, cientes de que a sua actividade em muito contribuirá para uma maior visibilidade desta organização em Portugal.,

A CGTP-IN participou anualmente na Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra.

5.7. Fóruns Sociais

A CGTP-IN participou nos três Fóruns Sociais Mundiais, em Porto Alegre, Brasil, bem como nos dois Fóruns Sociais Europeus, de Florença e Paris, e no Fórum Social Português, num quadro de formas de cooperação e acção convergentes com os movimentos sociais, nomeadamente na luta contra a guerra e pela paz e no combate à globalização neoliberal capitalista.

5.8. Solidariedade, Paz e Cooperação

Num contexto internacional mais instável e perigoso – agressões dos EUA contra o Afeganistão (2001) e o Iraque (2003), e a continuada e brutal ocupação da Palestina -, bem como do aumento de conflitos e guerras em vários continentes, a CGTP-IN reforçou a sua intervenção nesta área: envolvimento crescente na solidariedade para com a luta dos trabalhadores e povo palestinianos, nomeadamente com uma visita aos territórios ocupados (2002), uma Conferência Internacional de Solidariedade, em Lisboa (2003) e co-organização de manifestações; envio de uma missão ao Iraque e co-organização das grandes manifestações contra a guerra e pela paz (2003); co-organização de manifestação contra a guerra no Afeganistão (2001); continuação de acções de solidariedade com os trabalhadores e o povo cubano vítimas do bloqueio dos EUA; continuação de actividades de solidariedade com os trabalhadores e os povos do Sahara Ocidental, Colômbia e Timor-Leste.

A CGTP-IN interveio também em complementaridade e coordenação com várias organizações que, em Portugal, na Europa e no mundo, lutam pela paz, a solidariedade e a cooperação.

5.9. Migrações

5.9.1. Todo o período em análise foi marcado pela intervenção da CGTP-IN e das suas estruturas na luta pela aplicação, sem discriminações, aos imigrantes dos direitos laborais e sociais e, a partir de Janeiro de 2001, pela promoção de activistas sindicais imigrantes no acompanhamento ao processo de implementação da nova legislação sobre os trabalhadores estrangeiros em Portugal e no apoio directo a dezenas de milhar de imigrantes, sobretudo originários do Leste europeu, nomeadamente na luta pela sua regularização. A partir de Julho de 2002, a CGTP-IN agiu contra a proposta de nova lei de imigração do governo PSD/CDS-PP. Para além de diversas iniciativas, como manifestações, vigílias e concentrações, realizaram-se vários encontros nacionais de dirigentes, delegados e activistas e distribuíram-se massivamente cartazes, folhetos e guias para a acção sindical nesta área.

A CGTP-IN manteve a sua participação nos organismos nacionais de participação e consultivos do governo e da Assembleia da República para os assuntos da imigração, respectivamente o COCAI e a CICDR.

5.9.2. Mantiveram-se os contactos com as comunidades portuguesas emigradas em todo o mundo, particularmente na Europa. Firmaram-se protocolos de cooperação com as Centrais Sindicais TUC e OGB-L, do Reino Unido e Luxemburgo, tendo-se realizado

o V Encontro de Migrações, subordinado ao tema “As Comunidades Portuguesas da Europa”, no Luxemburgo, e dois encontros/festas da comunidade portuguesa no Reino Unido.

A CGTP-IN prosseguiu a sua participação nos Comités Consultivos da U.E. sobre Segurança Social e Livre Circulação dos Trabalhadores e no Grupo de Trabalho “Migrantes e Minorias Étnicas” da CES.

A CGTP-IN participou como convidada em diversas actividades do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP).

6. A ORGANIZAÇÃO SINDICAL

6.1. Estado e Evolução da Organização Sindical

Nos quatro anos de mandato entre o 9º e o 10º Congresso os Sindicatos continuaram sob a pressão do neoliberalismo desregulamentador e precarizante, verificando-se a sua chegada em força à Administração Pública, particularmente através das privatizações e da individualização dos vínculos laborais.

O expoente máximo deste ataque ao direito ao trabalho, a trabalho com direitos e aos direitos colectivos dos trabalhadores, verificou-se com a aprovação do código de trabalho pelo governo de direita, PSD/PP.

O código põe em causa e precariza todos os direitos individuais dos trabalhadores e enfraquece os direitos à negociação colectiva, à greve e de organização sindical.

Neste quadro difícil podemos afirmar que os trabalhadores e os seus sindicatos deram uma resposta em conformidade com as circunstâncias destacando-se no plano organizativo:

- O cumprimento dos objectivos de sindicalização e de eleição de delegados sindicais estabelecidos pelo 9º Congresso.
- A continuidade e consolidação dos processos de reestruturação.
- A filiação na CGTP-IN dos quatro sindicatos dos professores da FENPROF no continente.
- O aumento significativo do património do movimento sindical, particularmente através da aquisição de casas sindicais.
- Uma maior atenção à modernização tecnológica do aparelho sindical e à sua gestão coordenada e integrada.
- A melhoria da situação económico-financeira da CGTP-IN.
- O encerramento da Campanha Nacional de Fundos e a valorização da Sede da CGTP-IN, através de obras de beneficiação do edifício.

6.2. Organização de Base

Confirmou-se como muito importante para o trabalho de reforço da organização de base, a fixação pelo congresso das metas quantificadas de 200 mil novas sindicalizações e da eleição de 4 mil novos delegados sindicais durante o mandato.

Não só as metas foram cumpridas com 222615 novas sindicalizações e o surpreendente número de 14934 eleição e reeleição de delegados sindicais, como se foram implantando e alargando nos sindicatos, por influência deste compromisso do 9º Congresso, métodos de planificação e balanço do trabalho de organização no local de trabalho, que importa consolidar e aprofundar.

Da análise destes resultados salienta-se o facto de 122332 sindicalizações serem mulheres (55 %) e 71682 sindicalizações (32,2 %) serem de jovens até 30 anos.

De entre os 14934 delegados sindicais eleitos ou reeleitos, 8109 são mulheres (54,3%), 6825 são homens (45,7%) e 2494 são jovens até 30 anos (16,7%).

Estes dados confirmam uma maior adesão das mulheres aos sindicatos e a eleição de mais mulheres do que homens como delegados sindicais (*ver resultados por sindicato e sector no anexo 1*).

6.2.1. Receitas de quotização de sindicatos filiados

Receitas de Quotização de Sindicatos filiados na CGTP-IN

Un: Euros

Anos	Sindicatos Inventariados	Quotização Nominal	Taxa de crescimento Nominal Acum.	Quotização Real deflacionada	Taxa de crescimento Real Acum.
1998	95	25.649.330		25.649.330	
1999	92	26.834.324	4,62%	26.231.011	2,27%
2000	86	27.145.589	5,83%	25.787.442	0,54%
2001	82	28.513.313	11,17%	25.945.149	1,15%
2002	82	29.954.747	16,79%	26.309.309	2,57%
Sindicatos dos Professores do Continente					
2002	4	9.371.098	-	8.231.046	-
Total 2002 incluindo Prof.		39.325.845	4,20%	34.540.355	0,65%

Taxa média anual de crescimento

- A diminuição do número de Sindicatos inventariados deve-se às fusões realizadas e aos processos de reestruturação sindical verificados em vários sectores de actividade;
- O número de Sindicatos inventariados reporta-se àqueles dos quais temos indicação da quotização (real ou estimada).

Como se pode constatar pelo quadro apresentado e tomando por base o ano de 1998, excluindo os Sindicatos dos Professores do Continente cuja filiação ocorreu em 2003, a quotização nominal dos sindicatos cresceu, nos últimos 4 anos, cerca de 16,8 %, ou seja, a uma taxa média anual de crescimento de cerca de 4,2 %.

Por sua vez a quotização real (deflacionada) cresceu no mesmo período cerca de 2,6 %, isto é, cresceu a uma taxa média anual de cerca de 0,65 %.

6.2.2. Contratos-programa

A figura do contrato-programa, consagrada nos Estatutos pelo 8º Congresso, conjugada com a obrigatoriedade do envio por parte da CGTP – IN aos sindicatos filiados de um ponto de situação semestral sobre o cumprimento da quotização e dos compromissos assumidos nos contratos-programa continuaram, no actual mandato, a revelar-se medidas transparentes e responsabilizadoras dos sindicatos, relativamente à definição e concretização de objectivos de reforço de organização e reestruturação bem como ao dever de quotização, continuando a ser fundamentais dois aspectos já referidos no relatório de actividades do 9º Congresso:

- A discussão dos contratos-programa e dos compromissos neles assumidos, aumentou o número de sindicatos a estabelecer metas concretas quanto à sindicalização, eleição de delegados e medidas de contenção de despesas e de reestruturação administrativa e financeira, bem como na área da reestruturação sindical.
- Aumentou o número de sindicatos a participar financeiramente para a CGTP –IN, com efeitos positivos no aumento das receitas de quotização.

Durante o mandato foram celebrados 59 contratos-programa, dos quais resultaram cerca de 647.500 euros em acréscimos de quotização para a CGTP – IN.

Em 1999 constatava-se que 47 sindicatos não contribuía, ou contribuía muito pouco, em termos de quotização. Nesse ano foram estabelecidos contratos-programa com 20 sindicatos o que corresponde a 194.620 euros representando cerca de 10,6 % do total da quotização do ano.

No ano de 2000 foram realizados 18 contratos-programa, que representaram um acréscimo de quotização de 8,4 %, equivalentes a 156.210 euros.

Os contratos-programa efectuados em 2001 foram 7, o que correspondeu a um aumento da receita de quotização para a CGTP-IN de 117.930 euros, ou seja, 6,1 % em relação à quotização total.

Em 2002 efectivaram-se 8 contratos-programa que contribuía com um valor de 43.650 euros, e representaram 2 % do total da quotização do ano.

Até à data, em 2003 foram estabelecidos 6 contratos-programa, correspondentes a um acréscimo de quotização de 135.000 euros, ou seja, 9,6 % da quotização total.

De notar que dos Sindicatos que em 1999 cumpriam com a quotização estatutariamente estabelecida, nenhum baixou a sua percentagem no pagamento à CGTP-IN.

Grande parte dos Sindicatos com quem em 1999 se estabeleceram contratos-programa tem aumentado progressivamente a sua participação para a CGTP-IN, sendo que, só um pequeno número de sindicatos não cumpriu os compromissos assumidos.

Existe ainda um pequeno número de sindicatos que, por razões diversas, não cumprem as normas estatutárias.

Salienta-se ainda o facto de desde 1999 e até 2003 terem sido recebidos 86.448 euros de quotização recuperada de sindicatos que tinham quotização em atraso.

6.2.3. Evolução da situação económica e financeira da CGTP-Intersindical Nacional

A evolução da situação económica e financeira no decurso do mandato continuou a evoluir positivamente. Com efeito:

As quotizações recebidas em 2002 atingiram 2.201.578 euros, quando em 1999 se cifraram em 1.831.348, o que representa um crescimento nominal médio de cerca de 6,7 % ao ano, estimando-se para 2003 uma receita da ordem dos 2.300.000 euros.

Por outro lado enquanto em 1999 as receitas de quotização representavam cerca de 79,8 % das receitas totais em 2002 já representavam cerca de 83,7 % estimando-se que em 2003 ultrapassassem essa percentagem.

No que se refere às despesas, elas têm acompanhado a evolução das receitas, evidenciando no entanto uma significativa melhoria estrutural. De facto, no ano de 1999 as despesas de funcionamento da Central (fornecimentos e serviços externos + remunerações de pessoal e dirigentes), representavam cerca de 80,1 % do total da quotização recebida.

Em 2002, os mesmos custos representavam cerca de 78,5 % das receitas de quotização, o que reflecte uma acentuada melhoria.

Para 2003 estima-se a continuação da evolução positiva deste conjunto de indicadores.

É ainda de salientar que os custos com actividade sindical têm registado um aumento crescente ao longo dos últimos anos, com especial destaque para as transferências para as Uniãoes Distritais que em 1999 eram de 399.038 euros e em 2003 de 540.000 euros, o que equivale a um acréscimo nominal médio de cerca de 8,5 % ao ano.

Quanto ao Património da Central, da análise comparada das principais rubricas dos balanços de 1999 a 2002, são de realçar os seguintes aspectos:

- Diminuição do Activo Líquido de cerca de 404.618 euros. Com efeito, o Activo Líquido era de 5.282.392 euros em 1999, sendo de 4.877.774 no final de 2002. Contribuíram para esta diminuição em especial a venda de algum património Imobiliário.
- Os Capitais Próprios aumentaram no mesmo período cerca de 563.78 euros, tendo passado de um valor de 3.186.191 euros em 1999, que representava cerca de 60,3 % do total do Activo, para 3.749.976 euros em 2002, o que representa cerca de 76,9 % do Activo.
- O Passivo por seu lado registou, no mesmo período, uma diminuição de 968.403 euros e representava em 1999 à volta de 39,7 % do Activo Líquido, enquanto no final de 2002 esta relação passou para 23,1 %, o que evidencia a continuação de uma evolução bastante favorável que se tem vindo a registar desde 1995.

6.2.4. Fundo Central de Reestruturação e Solidariedade

Em Junho de 2000 foi constituído no âmbito da CGTP-IN o Fundo Central de Solidariedade e Reestruturação, aos quais as associações sindicais filiadas, nos termos regulamentares, poderão recorrer nos casos de insuficiência económica, para adoptarem processos de reestruturação sindical, administrativa e financeira.

Desde a sua criação foram recebidos no Fundo cerca de 376.000 euros provenientes de dotações da CGTP-IN e outros, bem como de receitas oriundas das entregas dos representantes da Central em diversos organismos.

No âmbito do respectivo regulamento foram assinados vários protocolos que se traduziram em transferências a fundo perdido no montante de cerca de 57.055 euros para os seguintes Sindicatos;

- Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte;
- Sindicato Nacional dos Trabalhadores e Técnicos da Agricultura, Florestas e Pecuária;
- Sindicato Livre dos Pescadores e Profissões Afins;
- Sindicato dos Profissionais das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Similares dos Açores
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos, Construção, Madeiras Mármore e Similares da Região Centro

Foram também efectuadas participações da CGTP-IN na aquisição de Instalações na Horta e Bragança que atingiram no seu conjunto cerca de 26.127 euros.

A Central procedeu à realização da parte restante do Capital Social da LIBERINTER no valor de 7.500 euros.

Foram ainda transferidos para o Sindicato dos Trab. da Cerâmica, Cimentos, Constr. M.M. e Similares da R. Centro, no âmbito do respectivo protocolo, 15.157 euros reembolsáveis.

Finalmente note-se que o saldo do Fundo é até à data de 270.000 euros.

6.2.5. Representantes dos Trabalhadores para a Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho

Confirma-se através de algumas experiências que esta forma de representação específica pode ser, pela natureza particularmente sensível da intervenção a que se destina, factor acrescido para o recrutamento de activistas e propiciadora de uma entrada e implantação mais fácil dos sindicatos nas empresas.

Mas, a atenção dos sindicatos a esta frente de trabalho está longe de ser a desejável e necessária. Quer pelo baixo número de eleições realizadas quer porque mesmo onde estas eleições foram feitas os representantes ficam entregues a si próprios, sem o devido acompanhamento, que deve ser igual ao que é prestado aos delegados sindicais.

Esta situação faz com que os representantes fiquem à mercê das entidades patronais ou acabem por desistir da função para que foram eleitos por falta de condições e de orientação para o seu exercício.

Impõe-se uma alteração radical dos sindicatos na forma de encarar este trabalho organizativo, cuja atenção deve ser equiparada à que se dá à eleição de delegados sindicais.

6.2.6. Conselhos de Empresa Europeus

No plano europeu, foram criados comités de empresa europeus em mais de um terço das empresas abrangidas e que empregam cerca de 70% do total dos respectivos trabalhadores. A CES reclama a revisão da directiva com vista a reforçar os direitos

de informação e de consulta; a estabelecer sanções eficazes; a desenvolver a formação dos representantes dos trabalhadores.

Para além dos Conselhos de Empresa Europeus, surgiram entretanto novas etapas na representação colectiva dos trabalhadores, nomeadamente através da Directiva que complementa o regulamento que veio instituir a Sociedade Anónima Europeia, na qual se atribui o direito de participação dos representantes dos trabalhadores na definição dos níveis de participação, informação ou consulta e sobre qual o modelo adoptado.

Durante o mandato, há a destacar a elaboração de um projecto de Acordo-tipo para a institucionalização de Conselhos de Empresa Europeus (CEE). Prioritariamente destinado a empresas com sede em Portugal, o Acordo-tipo tinha ainda como objectivo orientar, na medida do possível, os representantes portugueses na revisão de acordos voluntários em vigor em outros países. Foi, ainda, definido um projecto de módulos de formação sindical para representantes dos trabalhadores e constituído um grupo de trabalho composto por quadros sindicais dos sectores de actividade com empresas abrangidas pela Directiva europeia e por responsáveis dos Departamentos de Acção Reivindicativa e Internacional da CGTP-IN.

Em 20 e 21 de Novembro de 2000, participámos num Seminário, em Paris, promovido pela CES. Em 28 de Novembro, em Aveiro, e em 5 de Dezembro de 2001, em Lisboa, realizámos sessões de debate e formação, em que participaram 61 membros portugueses de CEE e responsáveis sindicais pela respectiva área de trabalho em organizações sindicais de sector.

Até meados de 2002, altura em que ocorreu a mudança de responsável na CGTP-IN, verificavam-se alguns avanços ao nível da qualidade da participação dos representantes portugueses em CEE instituídos noutros países e atrasos no que se refere à institucionalização, em Portugal, de CEE nas empresas abrangidas pela Directiva. Um acompanhamento mais regular e qualificado, a nível sectorial, bem como o desenvolvimento de acções de formação adequadas, eram as necessidades mais sentidas por esses representantes.

6.3. A Estrutura e a Reestruturação Sindical

A reestruturação sindical teve continuidade através de algumas fusões de sindicatos e do aprofundamento e consolidação de processos iniciados em mandatos anteriores.

Com efeito dessa reestruturação passámos de 171 sindicatos activos, 107 filiados, 28 a cooperar regularmente com a CGTP-IN e 35 irregularmente, contabilizados no 9º Congresso, para 155 sindicatos activos, 97 filiados 25 a cooperar regularmente e 35 irregularmente.

Não foi contabilizado o Sindicato Nacional dos Profissionais de Armazéns do Funchal, por o mesmo se encontrar desactivado.

Também não foi contabilizado o Sindicato dos Trabalhadores da Portugal Telecom e Empresas Participadas, por o mesmo ter solicitado a sua exclusão da lista de sindicatos do MSU.

6.3.1. Sindicatos

As alterações estruturais nos Sindicatos foram as seguintes:

O Sindicato dos Trabalhadores da Cerâmica, Construção e Madeiras de Aveiro integrou-se no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos, Construção, Madeiras, Mármore e Similares da Região Centro, através de Assembleia-geral realizada nos dias 29 e 30 de Novembro de 2001.

Desde o último congresso, extinguiram-se 16 Sindicatos, dos quais 15 eram filiados e 1 não filiados:

- Os Sindicatos dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras e Mármore do Distrito de Setúbal; dos Trabalhadores da Construção, Madeiras e Mármore do Distrito de Santarém; dos Trabalhadores das Indústrias de Construção Civil, Mármore e Madeiras do Sul (Alentejo); dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras e Mármore do Distrito de Faro; dos Trabalhadores da Indústria Corticeira do Sul, dissolveram-se e integraram-se no Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore e Madeiras e Materiais de Construção do Sul.
- Os Sindicatos dos Metalúrgicos do Distrito de Castelo Branco; dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Lisboa; dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Santarém, fundiram-se entre si e constituíram o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica dos Distritos de Lisboa, Santarém e Castelo Branco.
- Os Sindicatos dos Trabalhadores da Cerâmica, Construção e Madeiras de Aveiro; dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Mármore e Afins do Distrito de Coimbra; dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Cerâmica, Cimentos e Similares do Distrito de Castelo Branco (integração de facto sem publicação); dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Mármore e Pedreiras do Distrito de Leiria (integração de facto sem publicação), integraram-se no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos, Construção, Madeiras, Mármore e Similares da Região Centro, que alterou a denominação (ex- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares da região Centro), que alargou o âmbito pessoal ao sector da Construção, Madeiras e Mármore e o regional aos distritos de Aveiro e Guarda.
- O Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos de Viseu e Guarda que se integrou no Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro – STTRUC;
- O Sindicato da Actividade Cinematográfica, Televisão e Vídeo – SACTV que se integrou no Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual (SINTTAV);
- O Sindicato Nacional dos Operários Confeiteiros e Ofícios Correlativos do Distrito do Porto com a integração dos sócios nos sindicatos filiados na FESAHT – Federação dos Sindicatos de Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal, com âmbito nos Distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra, Guarda, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu, nomeadamente Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria, Turismo e Similares do Norte, Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Norte e Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro;
- O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação e Bebidas da Madeira que procedeu à sua dissolução e integração no Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares da Região da Madeira, que passou a denominar-se

Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Alimentação, Serviços e Similares da RAM.

Constituíram-se ao longo deste mandato 2 sindicatos:

- O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica dos Distritos de Lisboa, Santarém e Castelo Branco.
- O Sindicato dos Trabalhadores das Empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos – STEC.

Relativamente ao âmbito geográfico os Sindicatos do MSU repartem-se da seguinte forma:

- 53 Sindicatos têm âmbito Nacional;
- 54 Sindicatos têm âmbito Pluridistrital;
- 28 Sindicatos têm âmbito distrital;
- 14 Sindicatos têm âmbito regional;
- 2 Sindicatos têm âmbito ao(s) Concelho (s);
- 2 Sindicatos têm âmbito ao estrangeiro;
- 2 Sindicato tem âmbito às ilhas de São Miguel e Santa Maria.

Quanto ao âmbito pessoal:

- 45 Sindicatos têm âmbito profissional,
- 103 têm âmbito vertical;
- 4 têm simultaneamente âmbitos de actividade vertical e profissional;
- 3 têm âmbito profissional numa parte e vertical na outra.

Alteraram estatutos 75 Sindicatos, 16 Uniões Distritais e 6 Federações, do MSU. Constituíram-se 22 Sindicatos de identidade indefinida.

(ver anexo 2)

6.3.2. Federações e Uniões

Foram iniciados processos de activação do Sindicato dos Profissionais das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Similares dos Açores e das Uniões de Sindicatos de Bragança e de Angra do heroísmo, tendo-se para o efeito, entre outras medidas, promovido eleições nestas organizações.

6.3.3. Filiações e desfiliações

De 107 sindicatos filiados no 9º Congresso, passou-se para 97 filiados.

Não se verificaram desfiliações entre o 9º e o 10º Congresso, a redução do número de sindicatos filiados resulta de processos de fusão e integração atrás referidos.

Registaram-se, sim, as filiações do Sindicato dos Professores da Região Centro - SPRC, Sindicato dos Professores da Grande Lisboa – SPGL, Sindicato dos Professores da Zona Sul – SPZS e Sindicato dos Professores do Norte - SPN. Tendo estas filiações sido objecto de amplo debate no seio dos professores e deliberadas por voto directo e secreto com os resultados que se seguem.

Filiaram-se o Sindicato dos Professores da Região Centro – SPRC, em votação realizada a 7 de Fevereiro de 2003 e cujos resultados foram os seguintes:

Eleitores	Nº de votantes	Concordo	Não concordo	Votos brancos	Votos nulos
12.700	3.446	2.428	877	134	8
	27.13%	70.46%	25.45%	0.38%	0.023%

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa – SPGL, em votação realizada a 18 de Abril de 2002 e cujos resultados foram os seguintes:

Eleitores	Nº de Votantes	Votos SIM	Votos Não	Votos Brancos	Votos Nulos
22.167	6.371	3.433	2.627	280	31
	28.74%	53.88%	41.23%	0.44%	0,05%

O Sindicato dos Professores da Zona Sul – SPZS, em votação realizada a 19 de Março de 2003 e cujos resultados foram os seguintes:

Eleitores	Nº de Votantes	Votos SIM	Votos Não	Votos Brancos	Votos Nulos
6972	1.580	1.135	383	59	3
	22.7%	71.8%	24.2%	3.7%	0.19%

O Sindicato dos Professores do Norte - SPN, em votação realizada a 14 de Março de 2003 e cujos resultados foram os seguintes:

Eleitores	Nº de Votantes	Votos Válidos	Votos A Favor	Votos Contra	Votos Brancos	Votos Nulos
17636	4470	4278	3298	875	102	3
	25,35%	95,7%	77,09%	20,45%	0,24%	0,007%

Estas filiações constituem um importante reforço orgânico da CGTP-IN, e significam a entrada de corpo inteiro da influente classe profissional dos professores na central dos trabalhadores portugueses. Fortalecendo-se assim a solidariedade entre todos os trabalhadores. Com estas filiações, são poucos os sindicatos de classe a continuar na situação de não filiados na CGTP-IN, parecendo o MSU estar próximo do fecho de um ciclo no que respeita à sua evolução orgânica.

6.3.4. Eleições em Sindicatos

De Junho de 1999 até esta data, registaram-se 166 actos eleitorais de Sindicatos do MSU, tendo sido recolhidos dados relativos às eleições de 80 Sindicatos.

Nos 80 actos eleitorais considerados, votaram 205.434 trabalhadores, 39,1% do total de 525.150 inscritos. Tendo votado nas listas da CGTP-IN 195.621, que corresponde a 95,2% dos votantes.

Nos 166 actos eleitorais foram eleitos 5834 dirigentes, dos quais 1722 são mulheres 29,5% do total. Num estudo efectuado verificou-se que em 3313 dirigentes, 936 são mulheres. A média etária geral é de 43,8 anos, sendo a dos homens de 44,7 e a das mulheres de 41,7. Tendo sido eleitos 217 jovens, com a média etária de 27,3 anos.

Realizaram-se ainda 189 eleições para Direcções / Delegações / Secretariados – Regionais, Locais ou Distritais, em 27 Sindicatos do MSU.

Para estas Direcções regionais foram eleitos num total de 2.393 dirigentes, sendo 1057 – 44,17% mulheres e 96 Jovens.

Assim, no universo de Sindicatos do MSU existe um total de 6.562 dirigentes, sendo 2194 – 33,40% mulheres e 263 – 4.0% jovens até 30 anos.

6.4. Comissões de Trabalhadores

Actualmente estão registados os estatutos de 1323 Comissões de Trabalhadores. Foram publicados durante o mandato 79 estatutos e 16 são alterações de estatutos.

Foram publicadas nestes quatro anos a identificação dos elementos de 411 Comissões de Trabalhadores, representando 3132 dos quais 486 (15,5%) são mulheres.

Num levantamento relativo à eleição de CT's entre o 4º trimestre de 1999 e até à presente data, em 35 empresas representando 86.134 trabalhadores, 32.408 (37,6%) votaram para as suas comissões de trabalhadores.

Dos votantes 25.280 (78,0%) votaram em listas unitárias identificadas com a CGTP-IN e 12.381 (48,9%) votaram noutras listas.

6.5. Bancários e Seguros

Ocorreram nos últimos anos alterações profundas na evolução sindical do sector dos bancários, traduzidas na orientação das actuais direcções para a contratação colectiva, de negociar ACT's por grupos financeiros, já concretizada no BCP e CGD, destruindo assim o contrato colectivo nacional.

No plano organizativo foi constituída uma federação de sindicatos e houve alterações estatutárias que restringiram a organização de base e diminuíram as possibilidades de participação dos trabalhadores.

Estas opções, e a crescente degradação da imagem e do comportamento da UGT onde os sindicatos do sector financeiro continuam filiados, geraram grande descontentamento nos trabalhadores bancários, dando fôlego ao crescimento muito significativo do sindicato dos quadros técnicos.

Mais recentemente desenvolveu-se um movimento na Caixa Geral de Depósitos que levou à constituição do STEC (Sindicato dos Trabalhadores das Empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos) à beira de se tornar no primeiro sindicato neste grupo financeiro.

No sector dos Seguros desenvolveu-se também há alguns anos um processo de afastamento da UGT com início no sindicato do Norte que alargou o âmbito a todo o território nacional constituindo o SINAPSA.

Esta evolução significa a eliminação de todos os pressupostos que no Congresso de Todos os Sindicatos levaram a CGTP-IN a abdicar de representação orgânica no sector

financeiro, para preservar a unidade orgânica dos sindicatos dos bancários e dos seguros, enquanto neles fosse possível continuar a defender os direitos e interesses dos bancários.

6.6. Campanha Nacional de Fundos

Lançada em 1 de Outubro de 1998, com o objectivo de angariar 200 mil contos, a Campanha Nacional de Fundos para a compra da sede histórica da CGTP-IN foi encerrada oficialmente com a apresentação do seu balanço na reunião do Conselho Nacional de 28 de Junho, do ano dois mil.

Posteriormente ao seu encerramento oficial, a prestação de contas por parte de organizações que ainda o não tinham feito, elevou, até hoje, o resultado para os 198.583.183\$00 / 990.528, 74 euros.

Terão sido mais de cem mil trabalhadores os que através dos seus sindicatos quiseram contribuir para a compra da sede da sua central sindical. Este acto voluntário e militante tem um significado que ultrapassa em muito o simples facto de terem contribuído com mil, dois mil escudos ou mais.

A campanha levou os sindicatos a contactar de forma organizada os trabalhadores, nos casos de maior êxito, incluindo a realização de plenários, e uma acção prolongada dos dirigentes e delegados sindicais junto dos trabalhadores.

A própria contribuição de cada trabalhador, ao ser assumida por este, transformou-se num acto solidário e militante que decerto reforçou o seu sentido de pertença ao sindicato e à sua central sindical.

6.7. Campanha para a Efectivação dos Direitos

No último trimestre de 2001, foi aprovada a realização da Campanha para a Efectivação dos Direitos, com os seguintes objectivos:

- Divulgar amplamente os direitos laborais colectivos e individuais dos trabalhadores, por entre os dirigentes, delegados, activistas sindicais e trabalhadores, como primeiro passo para o seu exercício e a acção e intervenção para a sua efectivação e defesa.
- Elaborar levantamentos de violação e não cumprimento de direitos (por empresa, sector e região) de modo a poder-se denunciar as situações e a intervir para as eliminar.
- Valorizar a conquista e o conteúdo dos direitos e a importância da luta pela sua manutenção, defesa e melhoria.
- Definir e aperfeiçoar formas de intervenção sindical, privilegiando a acção para a efectivação dos direitos, e através da melhoria da organização e utilização dos instrumentos complementares da luta sindical para a efectivação dos direitos (Pré-Contenciosos e Contenciosos dos Sindicatos; Inspecção Geral de Trabalho e outras inspecções; Tribunais; Contra-Ordenações Laborais; Ministério Público; CITE; etc.).

Neste período, procedeu-se ao trabalho de planificação da campanha à concepção de materiais para o seu desenvolvimento e à realização de reuniões de dinamização com as federações e uniões.

Esta campanha, embora correspondendo a uma necessidade de acção fundamental dado a grande ofensiva em curso contra os direitos dos trabalhadores e o grau de desconhecimento desses mesmos direitos por parte destes, desenvolveu-se de forma irregular, ao longo de 2002 e não obstante os aspectos positivos da iniciativa, não teve a dimensão e a profundidade exigidas pela situação.

6.8. As mulheres Trabalhadoras

A actividade desenvolvida no mandato centrou-se, essencialmente, em acções e iniciativas de divulgação e melhoria dos direitos e de sensibilização para o combate às discriminações que afectam as mulheres nos locais de trabalho. O aumento da sua participação a todos os níveis da estrutura sindical foi outro objectivo perseguido no quadriénio.

Pela sua abrangência, diversidade e dimensão crescente, destaca-se as comemorações do *Dia Internacional da Mulher* que, em cada ano, procuraram articular as reivindicações específicas com as mais gerais – pelos direitos, pelo emprego, contra a precariedade, por políticas sociais e salariais justas, etc. Dirigidos às/aos trabalhadoras/es e à opinião pública, realizaram-se plenários, visitas e contactos em empresas e serviços, debates, colóquios, tribunas públicas, concentrações, espectáculos, exposições e foram editados panfletos informativos e de divulgação dos direitos.

Em 2001, a *Comissão Nacional de Mulheres (CNM/CGTP-IN)* reuniu com o Inspector-Geral do Trabalho e elaborou, apresentou e discutiu com todos os grupos parlamentares e com a Presidente da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) propostas de alteração à legislação de protecção da maternidade e da paternidade. Essas propostas, se bem que globalmente bem acolhidas e genericamente incluídas em projecto apresentado pelo PCP no Parlamento, acabaram por não ser aprovadas por força da posterior queda do Governo.

Em 14 de Maio de 2001, a CNM/CGTP-IN colaborou na realização de um Seminário, integrado num *projecto da CES sobre igualdade salarial*, dirigido à participação de dirigentes sindicais (mulheres e homens) com responsabilidades na negociação colectiva.

Entre 22 e 26 de Outubro de 2001, na sequência de um levantamento das infracções à legislação e aos IRCT, desenrolou-se uma *Campanha pela Efectivação dos Direitos de Maternidade e Paternidade*. A Campanha teve grande impacto junto dos trabalhadores e da opinião pública e mereceu atenção importante por parte da comunicação social em geral, permitindo, ainda, que os quadros sindicais adquirissem um conhecimento mais aprofundado da realidade, com resultados positivos ao nível da acção sindical.

Com início em 2002 e ao longo de 2003, é de salientar a acção de combate ao *Pacote laboral*, em particular no que se refere aos conteúdos sobre igualdade, não discriminação e direitos de maternidade e paternidade. A denúncia pública promovida pela CNM/CGTP-IN levou a que o Governo recuasse pontualmente e, ainda em sede de

Concertação Social, acrescentasse, ao texto do seu Anteprojecto, direitos que tinha inicialmente omitido.

Regularmente, durante o mandato, foi sendo actualizado o estudo existente sobre a participação das mulheres nos órgãos de direcção central e regional dos sindicatos e nas direcções das federações e uniões. Este estudo, exceptuando as federações, comprova a tendência de aumento da participação das mulheres nos órgãos de direcção das organizações sindicais, nomeadamente por comparação com os dados disponíveis aquando da realização do IX Congresso da CGTP-IN, em 1999. Assim, entre 1999 e 2003, a participação das mulheres passou: nos órgãos de direcção central dos sindicatos, de 26,7% para 27%; nas uniões, de 20% para 28%. Já nas federações, verificou-se um retrocesso no mesmo período, passando de 25,7% para 24,8%. Este indicador contraria outros de grande relevância: a *crescente sindicalização de mulheres* e a sua *eleição como delegadas sindicais*, campos em que, em 2002 e 2003, ultrapassaram significativamente os homens.

A CNM/CGTP-IN fez-se representar em inúmeras iniciativas promovidas por organizações e entidades diversas e emitiu contributos e pareceres vários, tendo reunido 9 vezes a Comissão e 25 vezes o seu Secretariado, ao longo do mandato.

6.9. Os jovens trabalhadores

A acção da Interjovem/CGTP-IN nos últimos 4 anos foi voltada, essencialmente, para o reforço da organização nacional, distrital e sectorial da Interjovem e para um aumento do número de acções de sensibilização, informação e mobilização dos jovens trabalhadores.

Neste quadro salientamos a realização, em Março de 2001, da campanha nacional “Precariedade – A Vergonha Nacional” que denunciou junto dos trabalhadores e da opinião pública, a realidade vivida e provocada pela precariedade. Esta campanha relançou o debate sobre os contratos a termo, que se finalizou com a alteração à lei dos contratos a termo, em Julho de 2001, agora alterada, para pior, com o Código do Trabalho.

Em 12 e 13 de Outubro de 2001 realizamos a 4ª Conferência Nacional da Interjovem/CGTP-IN – “Pelo Emprego de Qualidade, Alterar o Presente, Construir o Futuro” – que trouxe nova dinâmica à actividade da Interjovem/CGTP-IN junto dos jovens trabalhadores.

Em Fevereiro e Março de 2003 realizamos o Projecto Apoiar – “Percurso socialmente inclusivos para a Juventude Portuguesa” que nos proporcionou o contacto com jovens em idade de finalização da escolaridade obrigatória, residentes em zonas consideradas problemáticas, e permitiu troca de opiniões sobre o abandono escolar precoce, sobre a importância da formação e educação e também alguns esclarecimentos sobre o mercado de trabalho e as suas leis.

De Outubro de 2003 a Janeiro de 2004, realizamos a campanha nacional “Contratação Colectiva, Garantia de Salários e Direitos”, com o objectivo de esclarecer e mobilizar os trabalhadores para a importância de defender os contratos colectivos de trabalho após a entrada em vigor do código do trabalho.

Em suma, nestes 4 anos cumprimos com os objectivos traçados de reforço da nossa estrutura juvenil e estivemos em contacto com um maior número de jovens trabalhadores nos seus locais de trabalho, acções que tiveram como resultado positivo o aumento da taxa de sindicalização dos jovens trabalhadores e o aumento do número de delegados sindicais jovens eleitos, por parte de toda a estrutura do movimento sindical unitário.

Consideramos, portanto, ter, ao longo deste mandato, criado as condições para, no futuro, contribuir na formação e no envolvimento sindical destes jovens nos respectivos sindicatos, federações e uniões.

6.10. Os Reformados

A Inter-Reformados (IR), dentro das orientações da CGTP-IN, lutou todos estes os anos por uma melhoria das pensões de reforma e de sobrevivência, dentro dos princípios fundamentais de compensação da inflação, de valorização da duração da carreira contributiva e de melhoria relativa das pensões mais baixas.

Foi dado destaque à exigência da melhoria dos subsídios de dependência e do apoio mais intenso aos idosos, pelo alargamento da rede de lares articulados ou subsidiados pela segurança social e pela intensificação dos apoios domiciliários.

A IR tem denunciado a inexistência de uma política consistente para a Terceira Idade, que defina com clareza as obrigações do Estado para com esta faixa etária, que apoie as famílias e que estimule a participação do sector da economia social e que fomente adequada integração dos reformados e idosos na sociedade.

A IR participou no Fórum Mundial de ONG's, realizado em Madrid, em Abril de 2002, por ocasião da Assembleia-geral das Nações Unidas sobre Envelhecimento.

Quanto à saúde, a IR tem apoiado as lutas em defesa do SNS e em particular tem reclamado atendimento prioritário e menos burocrático para idosos, aumento das comparticipações nos medicamentos destinados a reformados com rendimentos mais baixos, alargamento da lista de doenças crónicas e gratuidade dos medicamentos correspondentes, actualização dos valores das comparticipações para próteses, alargamento da gama de genéricos e incremento da sua prescrição, criação de serviços de geriatria nos centros de saúde e nos hospitais centrais e distritais.

No plano da sua acção externa a IR está filiada na FERPA – Federação Europeia de Reformados e Idosos e nesse contexto participam regularmente nas reuniões do Comité Executivo. Interveio no Congresso da FERPA em Roma, em Maio de 2003, tem concretizado em Portugal as “semanas de luta” (anuais) de iniciativa da FERPA e tem fomentado intervenções desta junto das autoridades portuguesas em apoio de reivindicações dos reformados portugueses.

A IR esteve presente na manifestação europeia de reformados de Madrid (2002) e tem acompanhado os encontros de federações sindicais de reformados da Bacia Mediterrânica.

Os reformados provenientes do MSU estão organizados na Inter Reformados, organização autónoma da CGTP-IN.

A IR, que realiza a sua Conferência de três em três anos, tem uma Direcção Nacional de 32 membros, a qual reúne trimestralmente e que enquadra uma Comissão Executiva de 12 elementos, que tem reuniões mensais.

A IR tem Conselhos Distritais em Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Castelo Branco, Lisboa e Setúbal. Procura dinamizar órgãos equivalentes noutros distritos, tendo entretanto dado prioridade a Beja, Leiria e Santarém.

A organização da IR assenta em Comissões Sindicais e Comissões de Sector de Actividade. É incipiente o seu “sindicalismo de proximidade”, o que é parcialmente superado por uma estreita cooperação com a Confederação do MURPI e suas Federações e pela frequente aproximação a associações locais de idosos e reformados.

O sindicalismo de reformados para o seu desenvolvimento depende do apoio e do interesse que lhe sejam prestados pelas estruturas correspondentes do MSU, como de resto sucede nos outros países da União Europeia.

7. A FORMAÇÃO SINDICAL

Na esteira do princípio “a formação sindical é um instrumento fundamental para o exercício e desenvolvimento da intervenção sindical”, a actividade do departamento conheceu, neste triénio, novas dinâmicas orientadas para três grandes linhas de trabalho

- Desenvolvimento do sistema modular de formação sindical.
- Formação de novos formadores e reciclagem dos formadores existentes, aprofundando os conteúdos teóricos e as metodologias e técnicas pedagógicas.
- Participação em projectos transnacionais, nomeadamente, NOW-LUNA; DELFIM; EURIDICE; EQUAL; DIALOG-ON. Permitindo, a análise das necessidades de formação, a realização de acções dirigidas a quadros sindicais - dirigentes e delegados sindicais, a produção de manuais para módulos em novas áreas temáticas para a quase totalidade das áreas previstas no Sistema.

A participação nestes projectos, além de possibilitar uma maior oferta de formação, colocou o desafio de abordar novas temáticas, como as questões da igualdade no trabalho e na sociedade, uma experiência piloto de ensino à distância inserido no Projecto Dialog-on, a prevenção da toxicoddependência no local de trabalho (Projecto Euridice), entre outras.

Foi durante este mandato que, cumprindo a decisão do 9º Congresso, realizámos o 2001 – Ano da Formação Sindical, dando destaque à formação sindical, aprofundando o debate e aumentando o número e a qualidade das acções e a consciência da sua importância estratégica.

7.1. Acções de Formação

Realizaram-se por responsabilidade directa do Departamento:

- 72 acções de formação (Deptº / INOVINTER/DIALOG-ON – sem contabilizar as acções do IBJC e dos demais projectos transnacionais).

- Participaram no total, cerca de 1070 quadros sindicais

Este número reflecte apenas uma parcela da formação realizada no conjunto do movimento sindical, mas, continuando a ser manifestamente insuficiente para as necessidades da estrutura, representa um enorme esforço, nomeadamente na introdução de novos temas, assumido com entusiasmo por um quadro de colaboradores extremamente reduzido.

A Formação Sindical, mesmo quando realizada em parceria, continua a ser fortemente afectada pela intensa luta laboral e pela sobrecarga dos quadros, por um lado, e pela acção patronal mais ou menos repressiva, por outro.

7.2. Actividade integrada na Academia Sindical Europeia e outra internacional

Durante este mandato, a CGTP-IN reforçou consideravelmente a sua participação nas actividades executivas e decisivas da Academia Sindical Europeia (ASE).

Com efeito, para além de algumas acções que organizámos e em que colaborámos, passámos a integrar o Conselho Consultivo da ASE, a pertencer a equipas de concepção de novas acções de formação, a poder aprovar a sua estrutura e conteúdos e, já no final do mandato, a integrar o grupo de desenvolvimento estratégico.

Integrámos o principal projecto europeu de formação sindical.

Organizámos em Lisboa uma reunião do Conselho Consultivo da ASE.

Vários quadros sindicais participaram em acções promovidas pela ASE – e mais não o puderam fazer, quer por limitações financeiras, quer por falta de domínio de idiomas para comunicação; formámos 4 euroformadores e fornecemos algumas vezes os nossos especialistas para acções transnacionais diversas.

Mantemos contactos e colaboração assídua com a CUT Brasil.

Pela primeira vez foi possível a formação de quadros brasileiros em Portugal, num projecto triangulado com a OIT-Turim.

7.3. Outras actividades realizadas

- Destacamos formadores para ministrar o módulo “Sindicalismo” nos cursos promovidos pelo INOVINTER.
- Apresentamos anualmente proposta de acções de formação sindical que desenvolvemos no âmbito do INOVINTER, que correspondem às necessidades identificadas pela estrutura sindical e integram o nosso sistema de formação, sendo ministradas por formadores sindicais.
- Colaboramos com o IBJC na concretização de acções de formação a distância, bem como na gestão de vários projectos e este iniciou acções de formação sindical que, no entanto e entretanto, têm de ser sistematizadas e aprovadas pela Comissão Específica.
- No âmbito do Projecto Dialog-on, realizado em parceria com a ASE, foi produzido o texto de apoio ao tema “Os Sindicatos e os Desafios da Nova Economia”, uma

formadora do Departamento frequentou um curso transnacional de formadores a distância e foram organizados 2 cursos de formação a distância (modelo misto), um nacional e outro transnacional em colaboração com a UGT-E.

Projecto Euridice

O Projecto Euridice decorre desde 1999. Teve desde o início dificuldades de entrar nas empresas privadas, devido ao posicionamento patronal.

Em Abril de 2000 foi implementado na Câmara Municipal do Seixal,

Funciona com base num grupo de trabalho que a CGTP-IN acompanha, com o envolvimento de vários departamentos e com os representantes dos trabalhadores. Realizaram-se questionários, elaboraram-se folhetos.

Ocorreram acções de formação com formadores do Instituto das Drogas e Toxicodependências (IDT), da CGTP-IN e da própria autarquia.

O ano de 2002 foi decisivo para a expansão do projecto que decorre agora na Yazaki Saltano e se expande a empresas do Loures, (Robiallac Hovione, Dyrup e Transportes Luís Simões), numa triangulação com a Câmara Municipal de Loures.

Durante o mandato, organizámos uma visita de estudo dos parceiros italianos, o Seminário Europeu “Toxicodependências em Meio Laboral”, uma reunião da Comissão de Coordenação europeia, tendo participado em todas as que se realizaram e em várias outras iniciativas.

O protocolo de cooperação da CGTP com o IDT tem a sua revisão em curso.

Projecto Delfim

Elaboração do módulo “Práticas organizacionais no trabalho e no emprego: os mecanismos de discriminação”, a integrar no Manual de Formação em Igualdade de Tratamento e de Oportunidades entre Mulheres e Homens no Trabalho, enquanto parceiros da CITE.

Participámos na monitoragem do 1º curso de formação de formadores para Igualdade de Oportunidades, organizado pela CITE em colaboração com o IEFP.

Participámos também na equipa de formadores do 2º curso de formação de formadores para a Igualdade de Oportunidades organizado pela CITE já fora do âmbito deste Projecto.

Projecto Now-Luna

Em 2001 elaborámos o relatório final do projecto e iniciámos contactos com estruturas sindicais e outras instituições, a fim de estabelecermos parcerias com vista à apresentação de uma candidatura no âmbito do EQUAL. Esta candidatura teve como pressupostos a experiência do Now-Luna nas empresas e ainda, um vertente sobre a conciliação da vida profissional e a vida familiar.

Com o mesmo trabalho e sob a designação “Igualdade de Oportunidades nas Empresas” concorremos ao Prémio Manuel Lopes 2002, instituído pelo Ministério da Segurança Social e do Trabalho, tendo-nos sido atribuído o 1º Prémio na categoria de “Boas-Práticas”

Participação na Mostra de Projectos Emprego/ADAPT, realizada a 9 e 10 de Janeiro de 2001, na FIL. Responsáveis, neste evento, por um pavilhão de apresentação dos produtos do Projecto Now-Luna.

"A Acção 1 do Projecto "EQUAL - Agir para a Igualdade"

De Outubro 2001 a Março de 2002 foi constituída a Parceria nacional pelas seguintes organizações: CGTP-IN, AEBJC, CESIS, CITE, INOVINTER, IDICT e IEFP e associa 19 empresas/serviços, abrangendo cerca de 17.000 trabalhadores/as de vários sectores de actividade e tem como objectivos:

- desenvolvimento de acções positivas nas empresas e serviços, que contrariem e combatam todas as formas de discriminação no trabalho, designadamente no recrutamento, selecção, acesso à formação contínua, promoção e progressão na carreira, remuneração e precariedade do vínculo laboral;
- promover a inserção de mulheres e homens em sectores e profissões onde estejam sub-representados/as;
- integração da igualdade e direitos da maternidade e paternidade como conteúdos importantes na negociação colectiva;
- estudar as condições de trabalho, a sua dimensão e implicação nas doenças profissionais
- promover a introdução da temática da igualdade no meio laboral;
- informar e formar sobre a igualdade de oportunidades

O Projecto tem como característica principal, a acção directa nas empresas e serviços, onde temos sido confrontados com dificuldades relacionadas com a conjuntura política actual e com a ausência na cultura empresarial de abertura e participação bem como com a resistência das empresas em considerarem como prioridade a temática da igualdade de oportunidades no mundo do trabalho.

Há também um défice de envolvimento das entidades públicas que abrisse caminho para o aprofundar do *mainstreaming* da Igualdade de Oportunidades nas práticas e políticas organizacionais.

Contudo, consideramos como factores positivos e possíveis de disseminação os seguintes:

- A promoção da uma cultura de diálogo entre organizações com culturas organizacionais diferentes;
- A experiência na negociação e implementação de acções positivas nas empresas e serviços que eliminem as discriminações existentes em função do sexo;
- Diversidade de acções e produtos para públicos distintos (recursos humanos, formadores/as, sindicalistas e jovens)

8. A INFORMAÇÃO E PROPAGANDA SINDICAL

Nos últimos quatro anos, confirmou-se a importância crescente que os grupos económicos atribuem à informação e aos meios para a produzir.

A verdade é que os detentores do capital e dos poderes estabelecidos não deixam fugir das suas mãos o controlo dos meios de comunicação social e da informação que produzem ou veiculam, antes procuram ter em seu poder cada vez mais meios e centros de informação. Quem ganha a guerra da concorrência fica em melhor posição para influenciar as escolhas políticas e as decisões dos poderes.

É este o caminho para transformar em “notícia” aquilo que é do interesse exclusivo de quem controla os *media*. É assim que um qualquer filme de puro entretenimento ou qualquer outro produto sem qualquer interesse cultural ou sem relevância social passa a ser manchete, por exemplo, num jornal considerado de referência, num dia e num contexto histórico marcado por graves conflitos e choques de interesses, tanto no plano externo como interno, logo cheio de notícias relevantes e palpitantes. Só porque a empresa distribuidora desse filme pertence ao mesmo grupo económico que comprou o jornal!

A fronteira entre informação e publicidade deixa de existir.

As regras deontológicas dos jornalistas não resistem, muitas vezes, às pressões patronais, pois cada vez menos os detentores dos meios de comunicação se coíbem de fazer constar do que gostam e do que não gostam de ver publicado. Claro que esta pressão não é feita directamente sobre o jornalista mas diluída através duma cadeia hierárquica edificada segundo critérios muitos bem definidos, tendo em conta o fim desejado (impressionante foi a “dança” de directores e editores após a entrada do Governo de direita nas últimas eleições!). Não há a censura do lápis azul, mas há auto-censura de quem sabe que, ao escrever ou noticiar algo que a sua entidade patronal não apreciará, estará a colocar o seu emprego em perigo e poderá não encontrar facilmente outro dentro do mesmo ramo de actividade, onde campeia a precariedade mais absoluta e os estágios não remunerados.

Esta situação anti-democrática agravou-se, em Portugal, com a passagem dos principais media para as mãos de um cada vez mais restrito número de grandes grupos económico-financeiros. Neste momento há apenas três grandes grupos de comunicação social e um ou outro de pequenas dimensões.

A degradação da democracia e deterioração da vida política passam por aqui. Parece visível que a chegada ao poder dos partidos da direita se fez acompanhar por uma diligente e sistemática campanha contra os órgãos de informação públicos, mormente contra a RTP e a RDP, prestadores dos serviços públicos de televisão e de rádio. Mais do que aliená-los, o objectivo do Governo é transformar esses dois importantes órgãos, pagos pelo dinheiro dos contribuintes, em meras caixas de ressonância das suas políticas e dos interesses que lhes subjazem. O efeito desta política de informação pode revelar-se desastroso para o regime e para as liberdades democráticas. Não nos podemos esquecer que foi com um mentira descarada que G. Bush e os seus falcões “venderam” a inevitabilidade da invasão do Iraque. Foi com a sua campanha de intoxicação acerca da existência de armas de destruição maciça no Iraque que levaram a alinhar com os seus

objectivos um número significativo de Governos, entre os quais o de Portugal. E, infelizmente, este é apenas mais um caso de mentira que, de tão repetida, passa a ser “verdade”. O perigo de forjar realidades virtuais e de armar cabalas é, de facto, cada vez mais real.

Foi tendo em conta este quadro e a necessidade de contrariar um processo de liquidação da liberdade de informar e do direito de ser informado que se desenvolveram as actividades de informação, propaganda e relações públicas da CGTP-IN.

A feroz ofensiva contra os direitos e interesses dos trabalhadores, após a tomada de posse do Governo PSD/PP, obrigou a mobilizar meios financeiros extraordinários e o melhor das capacidades e energias dos dirigentes, trabalhadores e colaboradores desta área. Apesar da desproporção de meios, em múltiplas ocasiões, a CGTP-IN conseguiu desmontar os argumentos falaciosos e as encenações patronais e governamentais e ganhar a opinião pública para as causas e os pontos de vista dos trabalhadores. Merecem referência a luta pelas 40 horas, contra pacote laboral e a Greve Geral de 10 de Dezembro de 2002.

8.1. Imprensa e propaganda sindical

A resposta sindical ao pacote laboral, à Lei de Bases da Segurança Social, à Lei relativa aos Cuidados Primários de Saúde, à dita reforma da Administração Pública, à nova e mais restritiva legislação sobre imigração e à continuada política de diminuição salarial dos Governos e dos patrões, as reivindicações dos Jovens e dos reformados, entre outras frentes de luta, foi suportada por documentos e materiais de informação e propaganda abundantes, cuidados e geralmente fornecidos às estruturas para reprodução.

O esclarecimento e a mobilização para a Greve Geral de 10 de Dezembro de 2002 obrigaram, naturalmente, à mobilização de meios e recursos suplementares.

São de referir também os contributos do departamento para diferentes campanhas promovidas pela Confederação, tais como “Trabalho com Direitos”, pelas 40 horas com pausas, por legalização justa dos imigrantes, de solidariedade para com os povos oprimidos de Timor-Leste, da Palestina, do Iraque, do Afeganistão, entre outros. O mesmo se diga relativamente à campanha de sindicalização.

Através dos meios de que dispõe - cartazes, folhetos, desdobráveis, tarjas, cassetes áudio para sonoras, tempos de antena de rádio e televisão e “CGTP-Ação” especiais, correio electrónico e Internet – o departamento procurou fornecer aos trabalhadores a informação e as directivas de luta que, em cada momento, se revelaram essenciais e influenciar a opinião pública, visando obter a sua compreensão e apoio .

Durante o mandato as pretensões de sindicatos não filiados em centrais foram sempre a de retirar tempo à CGTP-IN, chegando a impugnar o rateio à AACS. A CGTP-IN considera ter um tempo inferior à sua representatividade, que aceita sem qualquer alteração enquanto não houver alteração na aferição da representatividade sindical.

Os tempos de antena de Rádio e TV foram sempre usados e com aperfeiçoamento e inovação, tendo em televisão conseguindo audiências elevadas e crescentes do início ao fim dos programas que, várias vezes, entraram no TOP dos 10 mais vistos.

O departamento garantiu a execução e organizou o conteúdo de diversas exposições documentais, designadamente uma sobre segurança, higiene e saúde no local de trabalho e outra sobre a história da CGTP-IN, inserida esta nas comemorações do aniversário da Voz do Operário no ano em que a CGTP foi a entidade homenageada

Os meios informáticos e telemáticos registaram uma utilização e uma eficácia que surpreendeu quem antes os olhava com desconfiança, o que permitiu melhorar e acelerar o fluxo informativo e a interactividade sindical. Aumentou o número de visitas a página da CGTP-IN e o correio electrónico e a mailing list passaram a ser crescentemente usados.

A página web permitiu fornecer os modelos de propaganda, os logos e documentação com enormes ganhos de tempo e considerável economia de custos na difusão.

Com a página web conseguiu-se também uma considerável poupança de recursos financeiros. A página especial criada para a Greve Geral teve milhares de consultas acima do que é normal.

Foi realizado uma página do centenário do nascimento de Bento de Jesus Caraça; e feita a ligação aos nossos institutos; em média tivemos cerca de 1000 acessos embora o web site careça de evolução técnica e de crescente interactiva.

8.2. Comunicação Social e Relações Públicas

As grandes batalhas sindicais travadas ao longo do quadriénio, em especial após a vitória da direita coligada após as eleições legislativas de Março de 2002, implicaram uma atenção continuada e cuidada às relações com os órgãos de Comunicação Social e com os seus profissionais.

Revelou-se fundamental, por exemplo, o trabalho de contacto directo e de elucidação dos jornalistas em tempo oportuno acerca do conteúdo do pacote laboral, bem como a desmontagem dos argumentos dos seus defensores. O mesmo se havia verificado em relação a outros projectos legislativos retrógrados e em relação às propostas, em cada momento, apresentadas e defendidas pela CGTP-IN.

Desse trabalho resultou também a esclarecida e esclarecedora participação de dirigentes da CGTP-IN em programas de grande informação e debate das televisões e estações de rádio de âmbito nacional, bem como uma maior solicitação para entrevistas por parte de órgãos de imprensa escrita.

No contexto de uma grande investida contra os meios de comunicação públicos, em particular da RTP, a CGTP-IN teve intervenção dedicada nos conselhos de Opinião da rádio e da televisão públicas, bem como noutras instâncias.

A contratualização de um serviço diário de clipping televisivo e de rádio visou permitir uma análise e uma resposta mais rápidas às notícias e declarações veiculadas pelos diversos canais nacionais.

Dirigentes e colaboradores do DIF frequentaram uma acção de formação específica sobre como “Comunicar com os Media”, promovida pelo departamento de formação da nossa central, acção que entretanto tem continuado para outros quadros sindicais.

Com vista a tornar mais eficaz a acção da CGTP-IN na sua relação com os média, realizou-se, em 15.07.03, uma reunião com os responsáveis pela comunicação social das uniões e federações.

As relações públicas ganharam qualidade e rapidez de resposta com a afectação a esta área de jovens quadros, habilitados a trabalhar com os modernos meios de comunicação, o que se traduziu em mais e melhores respostas a investigadores estudantes, e a trabalhadores individualmente considerados.

9. OS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS E O CUMPRIMENTO DO MANDATO

9.1. Plenário de Sindicatos

O Plenário de Sindicatos reuniu regularmente, quer em sessão ordinária para aprovação dos orçamentos e planos gerais de actividade, bem como das contas e relatórios de actividade, quer em sessão extraordinária (nestes casos sempre por iniciativa do conselho nacional), perfazendo um total de 11 reuniões.

Nas reuniões realizadas, registou-se, em média, a presença de 65 sindicatos, contando-se entres estes os sindicatos não filiados que, nos termos estatutários, apenas não participaram nas deliberações sobre as contas e relatórios, assim como os orçamentos e planos gerais de actividade. As reuniões do Plenário de Sindicatos tiveram, em média, a presença de 314 delegados.

O Plenário de Sindicatos aprovou o seu Regulamento de Funcionamento, na sessão de 04.02.00 e elegeu a Mesa do Plenário de Sindicatos e o Conselho Fiscalizador na sua sessão 06.04.00. Na sua reunião de 04.02.00 aprovou a composição da Comissão Nacional de Mulheres e o respectivo Regulamento de Funcionamento.

No decurso do mandato, o Plenário de Sindicatos analisou com regularidade a situação político-sindical e aprovou importantes resoluções e moções que permitiram definir, em cada momento, os objectivos reivindicativos da central e as acções de luta a desenvolver.

O Plenário de Sindicatos continuou a desempenhar um importante papel para o conhecimento da realidade sócio-laboral dos sectores e regiões e na dinamização das acções de luta do movimento sindical.

Da mesma forma, constitui um espaço privilegiado do debate sindical e um elemento aglutinador da especificidade dos problemas sócio-laborais dos diferentes ramos e sectores económicos, contribuindo decisivamente para o reforço e coesão do movimento sindical.

O Plenário de Sindicatos cumpriu, assim, plenamente, o papel de órgão máximo da CGTP-IN, entre Congressos.

9.1.1. Mesa do Plenário de Sindicatos

Mesa do Plenário de Sindicatos eleita, nos termos estatutários, na reunião de 06.04.00, ficou constituída pelos dirigentes Luís Pereira Garra, Maria Luísa Monteiro Ramos, João Fernando Lourenço, Diamantino da Silva Elias, como membros efectivos e por

António Américo da Silva Leal, Maria de Fátima M. Messias, Manuel Coelho Alves e Maria da Conceição R. S. Sousa, como suplentes.

A Mesa do Plenário de Sindicatos assegurou formalmente as competências estatutárias que lhe foram atribuídas.

9.1.2. Conselho Fiscalizador

O Conselho Fiscalizador, eleito pelo Plenário de Sindicatos na sua reunião de 06.04.00, ficou constituído por Maria Isabel R. Sanchez (E) e António Manuel Couceiro Barros (S) do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses; Manuel Bernardino Ramos (E) e Maria Manuela P. D. Pereira (S) do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores; José R. Carvalho Osório (E) e Mário Gomes Portal (S) do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul; Ernesto António M G. Silva (E) e Joaquim de Jesus Silva (S) do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa; Germano Moreira Gonçalves (E) e José Bastos Ribeiro (S) do Sindicato dos Operários Corticeiros do Norte; João António D. Prezado (E) e Manuel da Silva Neto (S) do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira; Maria Odete R. Silva (E) e Júlia Maria P. Carvalhas do Sindicato dos Trabalhadores da Química, F., P. e Gás, do Centro, Sul e Ilhas.

O Conselho Fiscalizador exerceu com regularidade as suas competências estatutárias.

9.2. Conselho Nacional

O Conselho Nacional eleito pelo 9º Congresso, tomou posse no dia 16.12.99. Nesse mesmo dia, realizou a sua primeira reunião, na qual elegeu a Comissão Executiva do Conselho Nacional, o Secretário-Geral e o Secretariado do Conselho Nacional. Na sua reunião 03.02.00, aprovou o Regulamento de Funcionamento.

Na sua reunião de 31.03.00, o Conselho Nacional aprovou a criação e composição das seguintes comissões específicas permanentes: organização sindical; formação sindical; segurança, higiene e saúde. Funcionou, também, com regularidade, a comissão de saúde.

Ao longo do exercício, o Conselho Nacional reuniu regularmente, perfazendo um total de 29 reuniões.

Durante o exercício, perderam o mandato os membros do Conselho Nacional: António Oliveira Leite, Celeste F. Lameira, Fernando António Gonçalves da Silva (falecido), Fernando José C. Paulino, José Carlos Lopes Vieira, Manuel Joaquim P. Lopes, Maria Filomena H. Ramos.

O Conselho Nacional desempenhou com empenho as suas competências estatutárias, assegurando uma eficaz acção de direcção sindical.

O Conselho Nacional procedeu com regularidade à análise da situação político-sindical, definindo em conformidade as acções a desenvolver, deliberou sobre a actuação e posições a assumir pela CGTP-IN face às principais questões sindicais, elaborou as propostas a apresentar ao Plenário de Sindicatos e deu andamento às decisões tomadas por este órgão estatutário.

No decorrer do mandato, o Conselho Nacional organizou as comemorações do 1º de Maio e dos aniversários da CGTP-IN, tendo ainda uma importante participação, a nível das suas estruturas regionais, nas comemorações do 25 de Abril.

O Conselho Nacional promoveu um importante conjunto de iniciativas para debate de

questões temáticas com interesse relevante para a acção sindical, em regra com significativa projecção na sociedade.

Muitas destas realizações, pela sua natureza e objectivos, contaram com a participação de diversas personalidades e organizações sociais e cívicas que deram uma contribuição valiosa àquelas iniciativas e cuja presença muito prestigiou a CGTP-IN.

O Conselho Nacional manifesta o seu mais profundo agradecimento a todas as entidades que se dignaram participar naquelas iniciativas e, por essa via, muito contribuíram para melhorar a qualidade técnica da intervenção da CGTP-IN.

Neste quadro, assumiu particular relevo o Programa das Comemorações do Centenário do Nascimento de Bento de Jesus Caraça, iniciativa promovida conjuntamente pela CGTP-IN, IBJC e AEBJC, cuja divulgação pública ocorreu em 06.04.2001 com o anúncio, em simultâneo, da composição da respectiva Comissão de Honra, presidida pelo Presidente da República. Constituíram pontos altos das iniciativas programadas, a sessão solene comemorativa do centenário do nascimento de Bento de Jesus Caraça, em 18 de Abril desse ano, presidida pelo Presidente da República, com comunicações do Prof. Doutores José Barata Moura e José Manuel Tengarrinha e intervenção do Secretário-Geral do CGTP-IN; o Colóquio Internacional e a Conferência subordinadas ao tema “Trabalho e Sociedade”, em 28 de Junho do mesmo ano, tendo como oradores, no primeiro caso, o Prémio Nobel da Economia Professor Amartya Sen, e o Prof. Doutores João Ferreira do Amaral e Manuel Carlos Silva e, no segundo, o Prof. Doutor Jorge Leite o Padre Jardim Gonçalves, ambas com intervenções do Secretário-Geral do CGTP-IN.

Assinala-se igualmente, o anúncio público da instituição pelo Ministro do Trabalho e de Solidariedade, em 15.05.01, do Prémio Manuel Lopes, bem como a cerimónia de descerramento, em 7 de Novembro desse ano, da placa toponímica da Rua Manuel Lopes, por iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, acontecimento que constitui uma justa e merecida homenagem à memória deste nosso prestigiado ex-dirigente, traduzindo também o reconhecimento da validade do sindicalismo na nossa sociedade.

De todas as iniciativas então realizadas, dá-se nota no anexo “Iniciativas Temáticas”.

9.3. Secretariado do Conselho Nacional

O Secretariado do Conselho Nacional, eleito pelo Conselho Nacional na reunião de 16.12.99 ficou constituído pelo Secretário-geral Manuel Carvalho da Silva, pelos membros da Comissão Executiva Américo Nunes, Deolinda Carvalho Machado, Ernesto Ribeiro da Silva, João António T. Paulo e pelo membro do Conselho Nacional Joaquim Filipe C. Dionísio.

O Secretariado do Conselho Nacional aprovou o seu Regulamento de Funcionamento em 04.01.00, definindo as tarefas de cada um dos seus membros face às áreas de actuação da sua responsabilidade.

O Secretariado respondeu às diversas tarefas que lhe estão atribuídas e revelou-se um instrumento valioso na execução da gestão corrente da CGTP-IN, particularmente no que se refere ao processo de aquisição do imóvel sede e no reequilíbrio da situação financeira da Central.

Com regular eficácia, o secretariado deu andamento às muitas solicitações provenientes de organismos oficiais e privados no sentido de assegurar a representação e participação da CGTP-IN em diversos eventos de natureza diversa.

O Secretariado reuniu, em regra, semanalmente e extraordinariamente sempre que as circunstâncias o exigiram, cumprindo cabalmente as funções que lhe foram cometidas pelo Conselho Nacional.

9.4. Comissão Executiva do Conselho Nacional

A Comissão Executiva do Conselho Nacional, eleita pelo Conselho Nacional na sua reunião de 16.12.99, ficou constituída pelos seguintes dirigentes: Adão R. Mendes; Amável José Alves; Américo Nunes; Arménio H. A. Carlos; Armindo A. de Carvalho; Carlos Manuel A. Trindade; Cristina Maria F. G. Araújo; Deolinda Carvalho Machado; Eduardo Manuel N. Chagas; Ernesto Ribeiro da Silva; Florival R. Lança; Francisco José S. Braz; João António T. Paulo; João Fernando F. Torres; Joaquim Almeida da Silva; José Carlos C. Martins; José Ernesto R. Cartaxo; José Maria A. Ferreira; Manuel António T. Freitas; Manuel Carvalho da Silva; Manuel Francisco Guerreiro; Maria do Carmo C.T. Ramos; Maria Emília R. Castro; Maria Filomena H. Ramos; Maria Graciete M. Cruz; Paulo Jorge A. Trindade; Paulo Oliveira Sucena; Rui Manuel N. Paixão; Ulisses Maria M. S. Garrido.

No decurso do mandato, ocorreram as vagas de Eduardo Manuel N. Chagas e Maria Filomena H. Ramos, que foram preenchidas pelos membros do Conselho Nacional Fernando José M. Gomes e Maria Conceição Rodrigues S. Sousa.

Na sua reunião de 17.01.00, a Comissão Executiva aprovou o seu regulamento de funcionamento e definiu as áreas de actividade da direcção sindical e a estrutura de acompanhamento da actividade, a nível das regiões e sectores, designando os respectivos responsáveis.

Ao longo do seu mandato, a comissão executiva reuniu com regularidade, perfazendo um total de 105 reuniões.

A Comissão Executiva garantiu o cumprimento e execução das tarefas cometidas, em cada momento, pelo Conselho Nacional e pelo Plenário de Sindicatos, assegurou a direcção político-sindical da Confederação, a coordenação da acção sindical nas diversas regiões e sectores e a direcção das áreas e frentes de trabalho constituídas.

No quadro das suas funções, garantiu a representação da CGTP-IN nos múltiplos contactos institucionais decorrentes da actividade sindical.

Assegurou igualmente a intervenção da CGTP-IN nos diversos órgãos e organismos nacionais e internacionais em que a Confederação está representada, acompanhando a actividade dos respectivos representantes.

Por intermédio dos seus membros, e, também, de membros do Conselho Nacional, a CGTP-IN participou em inúmeras iniciativas (debates, colóquios, seminários e conferências), promovidas, quer por organizações sindicais e de trabalhadores, quer por entidades oficiais e privadas, para as quais foi convidada.

A actividade da Comissão Executiva processou-se com normalidade e eficácia no tratamento e resolução dos problemas inerentes à sua actividade.

O exercício da direcção político-sindical e de coordenação da actividade da estrutura sindical, atribuído estatutariamente à Comissão Executiva, revelou-se eficaz e satisfatório, em termos gerais.

9.5. Secretário-Geral

O Secretário-Geral, eleito pelo Conselho Nacional, na sua reunião de 16.12.99, exerceu as competências regulamentares que lhe foram atribuídas, assegurando a coordenação e articulação de actividade dos órgãos de direcção da CGTP-IN, promovendo a representação da Central, garantindo a execução das orientações e decisões tomadas e o andamento de assuntos carecidos de resolução imediata.

No quadro das suas funções e em representação da Direcção da Central, integrou múltiplas acções de protesto e luta dos trabalhadores, a nível de empresas e sectores de actividades, promovidas pelas respectivas organizações sindicais.

As inúmeras solicitações dirigidas ao Secretário-Geral para participar nas mais variadas iniciativas (conferências, colóquios, debates, etc.) promovidas por entidades oficiais, organizações cívicas, sociais e profissionais, universidades e associações de estudantes, bem como os convites da comunicação social para intervir em debates ou produzir artigos de opinião, comprovam o prestígio da CGTP-IN e o reconhecimento da importância da actividade da Central na sociedade.

9.6. Apreciação Geral

Em termos globais, os órgãos da central cumpriram com empenho e eficácia as funções que lhes foram cometidas.

Para tal, muito contribuiu o apoio valioso e a inestimável colaboração de todos aqueles que, de alguma forma, participaram na actividade da CGTP-IN.

Às personalidades e organizações não sindicais que quiseram partilhar com a CGTP-IN as suas estimulantes reflexões, aos representantes sindicais nos órgãos e organismos de participação tripartida nacionais e internacionais, aos técnicos que com a sua reconhecida competência habitualmente colaboram com a Central e as suas estruturas, aos técnicos do Gabinete de Estudos e aos funcionários, a CGTP-IN agradece, muito reconhecida, a disponibilidades, o empenho e a elevada qualidade das contribuições dadas por todos ao movimento sindical.

No termo do seu mandato, a Direcção da CGTP-IN está convicta que a acção global de toda a sua estrutura foi o elemento determinante na defesa dos direitos dos trabalhadores portugueses e na promoção dos seus interesses sócio-laborais.

A acção desenvolvida pela CGTP-IN mostrou a validade e perenidade do sindicalismo, reforçou, a sua implantação no seio dos trabalhadores e consolidou o seu prestígio na sociedade.

Lisboa, 08,01,04

NOVAS SINDICALIZAÇÕES – 1999/2003

222615 NOVAS SINDICALIZAÇÕES e 12949 NOVOS DELEGADOS SINDICAIS ATÉ 2003

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	TOTAL ANUAL	TOTAL ANUAL	SINDICALIZAÇÃO			DELEGADOS SINDICAIS		
	SIND.	D.S.	HOM	MULH	Até 30 anos	HOM	MULH	Até 30 anos
SIND. FUNÇÃO PÚBLICA CENTRO	5029	919	772	4257	1331	293	636	151
SIND. FUNÇÃO PÚBLICA NORTE	7148	1036	1180	5968	1842	376	432	161
SIND. FUNÇÃO PÚBLICA SUL E AÇORES	13750	859	2292	11458	5246	213	570	254
SIND. TRAB. MUNICÍPIO LISBOA - STML	739	182	457	282	239	153	29	18
SIND. TRAB. ADMINISTRAÇÃO LOCAL -STAL	18548	857	11841	6707	5693	719	138	70
TOTAIS	45214	3853	16542	28672	14351	1754	1805	654

ALIMENTAÇÃO, HOTELARIA, BEBIDAS E TABACOS	TOTAL ANUAL	TOTAL ANUAL	SINDICALIZAÇÃO			DELEGADOS SINDICAIS		
	SIND.	D.S.	HOM	MULH	Até 30 anos	HOM	MULH	Até 30 anos
SIND. TRAB. AGRICULTURA	473	0	193	133	71	0	0	0
SIND. ALIMENTAÇÃO NORTE	1559	89	202	473		22	65	34
SIND. ALIMENTAÇÃO BEIRA INTERIOR	193	6	29	61	27	3	3	2
SIND. ALIMENTAÇÃO CENTRO, SUL E ILHAS	1320	38	320	629	173	20	18	19
SIND. ALIMENTAÇÃO SUL E TABACOS	1618	76	641	977	686	45	31	25
SIND. NACIONAL BEBIDAS	429	56	327	102	157	49	6	14
SIND. TRAB. IND. CONSERVAS DE FARO	6	3	0	6	0	0	3	0
SIND. HOTELARIA ALGARVE	2105	14	927	1178	388	10	4	0
SIND. HOTELARIA CENTRO	2629	117	257	940		45	58	7
SIND. HOTELARIA E ALIMENTAÇÃO RAM	1789	100	393	1010	37	52	48	7
SIND. HOTELARIA NORTE	3491	255	1041	2450	432	105	92	54
SINDICATO HOTELARIA SUL	6300	276	1243	3163	2013	126	150	66
TOTAIS	21912	1030	5573	11122	3984	477	478	228

CELULOSE	TOTAL ANUAL	TOTAL ANUAL	SINDICALIZAÇÃO			DELEGADOS SINDICAIS		
	SIND.	D.S.	HOM	MULH	Até 30 anos	HOM	MULH	Até 30 anos
SIND. TRAB. CELULOSE, PAP, GRAFICA	2273	81	1587	686	942	74	7	12
TOTAIS	2273	81	1587	686	942	74	7	12

CERÂMICA, CIMENTOS E VIDRO	TOTAL ANUAL	TOTAL ANUAL	SINDICALIZAÇÃO			DELEGADOS SINDICAIS		
	SIND.	D.S.	HOM	MULH	Até 30 anos	HOM	MULH	Até 30 anos
SIND. CERÂMICA E CONSTRUÇÃO DO CENTRO	1118	26	490	387	208	10	5	1
SIND. CERÂMICA DA REGIÃO NORTE	276	7	191	85	78	5	2	2
SIND. CERÂMICA SUL	692	48	535	157	240	39	9	0
SIND. IND. VIDREIRA	1132	67	834	298	552	63	3	10
TOTAIS	3218	148	2050	927	1078	117	19	13

COMÉRCIO, ESCRITÓRIOS E SERVIÇOS	TOTAL ANUAL	TOTAL ANUAL	SINDICALIZAÇÃO			DELEGADOS SINDICAIS		
	SIND.	D.S.	HOM	MULH	Até 30 anos	HOM	MULH	Até 30 anos
SIND. COMÉRCIO, ESCRITÓRIOS E SERVIÇOS NORTE -CESNORTE	6072	151	1398	4674	3118	41	110	61
SIND. COMÉRCIO, ESCRITÓRIOS E SERVIÇOS DE PORTUGAL -CESP	15398	294	2963	9071	6016	55	108	69
SIND. PORTARIA, VIGILÂNCIA, LIMPEZA, DOM.ACT. SIMILARES	11066	132						
TOTAIS	32536	577	4361	13745	9134	96	218	130

COMUNICAÇÕES E TELECOMUNICAÇÕES	TOTAL ANUAL	TOTAL ANUAL	SINDICALIZAÇÃO			DELEGADOS SINDICAIS		
	SIND.	D.S.	HOM	MULH	Até 30 anos	HOM	MULH	Até 30 anos
SIND. TRAB. TELECOMUNICAÇÕES E COM. AUDIOVISUAL - STT	299	18	204	95	128	14	4	0
SIND. TRAB. CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES - SNTCT	4643	860	2627	1522	1180	360	50	55
SIND. NAC. TRAB. TELECOMUNICAÇÕES E AUDIOVISUAL-SINTTAV	1980	474	887	915	0	420	54	30
TOTAIS	6922	1352	3718	2532	1308	794	108	85

CONSTRUÇÃO CIVIL	TOTAL ANUAL	TOTAL ANUAL	SINDICALIZAÇÃO			DELEGADOS SINDICAIS		
	SIND.	D.S.	HOM	MULH	Até 30 anos	HOM	MULH	Até 30 anos
SIND. CONSTRUÇÃO BRAGA	1278	14	1045	41	0	14	0	5
SIND. CONSTRUÇÃO MADEIRA	296	0	135	4	43			
SIND. CONSTRUÇÃO SUL	9436	19	7873	1563	3945	19	0	9
SIND. CONSTRUÇÃO NORTE E VISEU	7352	17						
SIND. CONSTRUÇÃO VIANA CASTELO	276	1	222	54	84	0	0	1
SIND. CORTICEIROS PORTALEGRE	91	4	77	14	6	4	0	1
SIND. CORTICEIROS NORTE	719	12	320	288	5	7	3	3
TOTAIS	19448	67	9672	1964	4083	44	3	19

DIVERSOS	TOTAL ANUAL	TOTAL ANUAL	SINDICALIZAÇÃO			DELEGADOS SINDICAIS		
	SIND.	D.S.	HOM	MULH	Até 30 anos	HOM	MULH	Até 30 anos
STEFFA'S	901	45	151	82	0	23	3	0
SIND. TRAB. ESPECTÁCULOS	76	3	42	23	17	3	0	1
SIND. MÚSICOS	260	0						
TOTAIS	1237	48	193	105	17	26	3	1

INDÚSTRIAS ELÉCTRICAS	TOTAL ANUAL	TOTAL ANUAL	SINDICALIZAÇÃO			DELEGADOS SINDICAIS		
	SIND.	D.S.	HOM	MULH	Até 30 anos	HOM	MULH	Até 30 anos
SIEC - IND.ELÉCTRICAS CENTRO	1043	29	571	472	449	18	11	6
STIEN -IND.ELÉCTRICAS NORTE	3430	83	1950	1480	1617	59	24	25
SIESI - IND. ELÉCTRICAS SUL E ILHAS	3222	187	1992	1230	1546	136	35	43
TOTAIS	7695	299	4513	3182	3612	213	70	74

MAR	TOTAL ANUAL	TOTAL ANUAL	SINDICALIZAÇÃO			DELEGADOS SINDICAIS		
	SIND.	D.S.	HOM	MULH	Até 30 anos	HOM	MULH	Até 30 anos
SIND. CAPITÃES OF.PIL. M.M.	43	4	42	1	3	4	0	1
SIND. TRANSP.FLUVIAIS COSTEIROS M.MERCANTE	101	2	92	9	23	2	0	1
SIND. MARINHEIROS MERCANTES DE PORTUGAL	3		3					
SIND.TRAB.MARINHA MERCANTE, AGÊNCIAS VIAGENS, TRANS. PESCA-SIMAMEVIP	590	28	411	179	233	23	5	2
TOTAIS	737	34	548	189	259	29	5	4

METALURGIA, MINAS, QUÍMICA	TOTAL ANUAL	TOTAL ANUAL	SINDICALIZAÇÃO			DELEGADOS SINDICAIS		
	SIND.	D.S.	HOM	MULH	Até 30 anos	HOM	MULH	Até 30 anos
SIND. METALURGICOS AVEIRO/WISEU/GUARDA	3741	62	1907	1057	935	33	14	21
SIND. METALURGICOS BRAGA	875	11	533	33	0	3	0	1
SIND. METALURGICOS COIMBRA E LEIRIA	596	36	513	83	213	23	6	12
SIND. MET. LISBOA, C. BRANCO E SANTARÉM	4568	184	3678	890	1439	156	25	41
SIND. METALÚRGICOS DA MADEIRA	50	0	50	0	36	0	0	0
SIND. METALURGICOS NORTE	2445	181	2001	444	877	166	33	32
SIND. METALURGICOS SUL	3619	238	2868	751	1353	206	32	69
SIND. METALURGICOS VIANA CASTELO	558	22	411	147	153	6	3	4
SIND. MINEIROS	55							
SINQUIFA	2626	203	1821	805	863	151	33	35
SINORQUIFA	2315	85	1821	494	473	77	8	9
TOTAIS	21448	1022	15603	4704	6342	821	154	224

PESCA	TOTAL ANUAL	TOTAL ANUAL	SINDICALIZAÇÃO			DELEGADOS SINDICAIS		
	SIND.	D.S.	HOM	MULH	Até 30 anos	HOM	MULH	Até 30 anos
SIND. PESCA CENTRO	43	0	24	1	0	0	0	0
SIND. PESCA NORTE	269	0	58	0	0	0	0	0
SIND. PESCA SUL	294	0	153	2	13	0	0	0
TOTAIS	606	0	235	3	13	0	0	0

PROFESSORES	TOTAL ANUAL	TOTAL ANUAL	SINDICALIZAÇÃO			DELEGADOS SINDICAIS		
	SIND.	D.S.	HOM	MULH	Até 30 anos	HOM	MULH	Até 30 anos
SIND.PROFESSORES CENTRO	5393	3267	904	2003	866	665	1960	467
SIND. PROFESSORES GRANDE LISBOA	5838	671	923	4445	2356	91	374	68
SIND. PROFESSORES NORTE	6197	814	796	3890	3128	151	351	72
SIND. PROFESSORES ZONA SUL	762	24	205	557	334	10	14	5
TOTAIS	18190	4776	2828	10895	6684	917	2699	612

QUADROS E TÉCNICOS	TOTAL ANUAL	TOTAL ANUAL	SINDICALIZAÇÃO			DELEGADOS SINDICAIS		
	SIND.	D.S.	HOM	MULH	Até 30 anos	HOM	MULH	Até 30 anos
SIND. QUAD. E TÉCNICOS DESENHO	144	5	115	29	73	5	0	0
SIND. NAC. PSICÓLOGOS	209	0	36	173	87	0	0	0
TOTAIS	353	5	151	202	160	5	0	0

SAÚDE	TOTAL ANUAL	TOTAL ANUAL	SINDICALIZAÇÃO			DELEGADOS SINDICAIS		
	SIND.	D.S.	HOM	MULH	Até 30 anos	HOM	MULH	Até 30 anos
SIND.NAC.PROF.FARMÁCIA - SIFAP	361	2	120	241	110	1	1	0
SIND. ENFERMEIROS PORTUGUESES	4302	415	761	3541	3466	176	239	136
SIND.ENFERMEIROS MADEIRA	169	18	35	84	105	5	13	18
TOTAIS	4832	435	916	3866	3681	182	253	154

TÊXTIL E VESTUÁRIO	TOTAL ANUAL	TOTAL ANUAL	SINDICALIZAÇÃO			DELEGADOS SINDICAIS		
	SIND.	D.S.	HOM	MULH	Até 30 anos	HOM	MULH	Até 30 anos
SIND.VESTUÁRIO PORTO	2913	64	15	2898	1093	1	63	24
SIND. TRAB. IND. BORDADOS MADEIRA								
SIND. TÊXTIL AVEIRO	1272	18	197	903	241	0	9	2
SIND. TÊXTIL BEIRA ALTA	1266	45	152	692	262	24	21	9
SIND. TÊXTIL BEIRA BAIXA	1371	133	256	1115	498	51	72	34
SIND. TÊXTIL, VEST. CENTRO	498	19	145	353	242	6	13	6
SIND. TÊXTIL DO MINHO E TRÁS-OS-MONTES	7347	38				23	15	6
SIND. TÊXTEIS,VEST.,CALÇADO PORTO	1876	22	113	193	74	6	2	3
SIND. TÊXTIL VESTUÁRIO SUL	1377	30	26	201	35	1	29	3
SIND. CALÇADO AVEIRO /COIMBRA	3812	246	481	1196		113	141	78
SIND. CALÇADO MINHO/T.MONTES	1075	14	307	768	635	3	11	7
SIND. CALÇADO PORTO	542	3	23	55		1	0	0
SIND. CURTUMES SANTARÉM	129	0	42	15	10	0	0	0
SIND. CURTUMES PORTO								
TOTAIS	23478	632	1757	8389	3090	229	376	172

TRANSPORTES	TOTAL ANUAL	TOTAL ANUAL	SINDICALIZAÇÃO			DELEGADOS SINDICAIS		
	SIND.	D.S.	HOM	MULH	Até 30 anos	HOM	MULH	Até 30 anos
SIND. NAC. SECTOR FERROVIÁRIO	1059	62	842	217	89	60	2	0
SITAVA	1917	75	1485	432	1017	52	10	17
SIND. RODOVIÁRIOS AVEIRO	297	5	279	18	37	5	0	0
SIND. RODOVIÁRIOS BRAGA	313	9	298	15	50	9	0	2
SIND. RODOVIÁRIOS FARO	172	0	131	20	44	0	0	0
SIND. RODOVIÁRIOS CENTRO	5809	110	0	0	0	50	0	0
SIND. RODOVIÁRIOS MADEIRA	369	13	206	29	30	3	0	0
SIND. RODOVIÁRIOS NORTE	1240	166	1207	33	289	160	0	3
SIND. RODOVIÁRIOS SUL	699	48	349	18	108	25	5	2
SIND. RODOVIÁRIOS V. CASTELO	94	0	92	2	31	0	0	0
SIND. RODOVIÁRIOS VILA REAL	188	3	175	13	69	3	0	2
SIND. TRANSPORTES URBANOS LISBOA -TUL	208	81	73	30	8	71	9	6
SIND. TRANSPORTES COLECTIVOS PORTO	151	3	72	4	0	3	0	0
TOTAIS	12516	575	5209	831	1772	441	26	32

TOTAL GERAL	222615	14934	75456	92014	60510	6219	6224	2414
--------------------	---------------	--------------	--------------	--------------	--------------	-------------	-------------	-------------

Nota: Os números fornecidos pelos sindicatos relativos à sindicalização por distrito, às mulheres e aos jovens, somados, não correspondem aos totais gerais, por haver casos em que a destrição não é feita. O acerto final destas especificações e as respectivas percentagens são encontradas por projecção a partir dos números reais obtidos.

A prova real da evolução positiva da sindicalização, é confirmada pelo facto de as receitas de quotização dos sindicatos, terem subido em termos reais no período em apreciação, conforme demonstra o quadro que se segue:

**EVOLUÇÃO FORMAL ESTATUTÁRIA DAS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS
FILIADAS E NÃO FILIADAS NA CGTP-IN**

SECTOR ACTIVIDADE	ORGANIZAÇÃO SINDICAL	EVOLUÇÃO VERIFICADA
Alimentação, Bebidas e Tabacos	Sindicato Nacional dos Operários Confeiteiros do Distrito do Porto	Cancelamento do Sindicato por deliberação da Assembleia Geral a 16.10.2002 e integração dos sócios nos sindicatos filiados na FESAHT com âmbito nos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra, Guarda, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu, nomeadamente Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria, Turismo e Similares do Norte, Hotelaria, Turismo e Similares do Centro (publ. 2003).
Banca	Sindicato dos Trabalhadores das Empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos - STEC	Constituição:...representa todos os trabalhadores com vínculo contratual às empresas do Grupo CGD, nomeadamente as relacionadas com a actividade financeira, tais como as de intermediação financeira, seguros e fundos de pensão, outras actividades complementares de Segurança Social e Saúde, Acção Social e outras actividades recreativas culturais e desportivas, actividades auxiliares de seguros e fundos (publ. 2001).
Cerâmica, Cimento e Vidro	Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos, Construção, Madeiras, Mármore e Similares da Região Centro	Altera a denominação ex-Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares da Região Centro. Alarga o âmbito geográfico ao Distrito de Aveiro e o âmbito pessoal aos sectores da Construção, Madeiras e Mármore (publ. 2001).
	Sindicato dos Trabalhadores da Cerâmica, Construção e Madeira de Aveiro	Cancelamento do Sindicato decidido em Assembleia Geral de 29 e 30 de Novembro de 2001 e integração no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos, Construção, Madeiras, Mármore e Similares da Região Centro (publ.2002)
	Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares da Região Norte	Altera a denominação Ex- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares do Distrito do Porto. Alarga a sua actividade ao distrito de Viana do Castelo (publ. 2001).

Comércio, Escritórios e Serviços	Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Minho	Alteração aos órgãos. Acrescenta a Assembleia Geral (publ. 2001).
	Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Norte-CESNORTE	O Sindicato deixa de exercer actividade em Aveiro (publ. 2002).
Construção, Madeiras e Mármore	Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Mármore e Afins da Distrito de Coimbra	Cancelamento do Sindicato decidido em Assembleia Geral de 29 e 30 de Novembro de 2001 e integração no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos, Construção, Madeiras, Mármore e Similares da Região Centro (publ. 2002).
	Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras e Mármore do Distrito de Faro	Cancelamento decidido em Assembleia Geral Extraordinária em 22 e 23/10/1999 e integração no Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore e Madeiras e Materiais de Construção do Sul (publ. 2000).
	Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore e Madeiras e Materiais de Construção do Sul	Altera os órgãos. Altera o âmbito pessoal. (publ. 2000)
	Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção Civil, Mármore e Madeiras do Sul (Alentejo)	Cancelamento decidido em Assembleia Geral de 27 e 28 de Janeiro de 2000 e integração no Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore e Madeiras e Materiais de Construção do Sul (publ. 2000).
	Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras e Mármore do Distrito de Santarém	Cancelamento decidido em Assembleia Geral de 30.11.99 e integração no Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore e Madeiras e Materiais de Construção do Sul (publ. 2000).
	Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras e Mármore do Distrito de Setúbal	Cancelamento deliberado em Assembleia Geral realizada a 29.10.99 e integração no Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore e Madeiras e Materiais de Construção do Sul (publ. 1999).
	Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Corticeira do Sul	Cancelamento deliberado em Assembleia Geral, em 2 e 3/12/99, e integração no Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore, Madeiras e Materiais de Construção do Sul (publ. 2000).

Cultura	Sindicato da Actividade Cinematográfica, Televisão e Vídeo - SACTV	Cancelamento para dissolução deliberação em Assembleia Geral Extraordinária realizada a 28/02/2000, e, consequência da sua integração no SINTTAV, para o qual transitaram o respectivo património e os seus sócios (publ. 2000).
	Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculo - STE	Alarga o âmbito pessoal aos técnicos de espectáculo, artes de representar, teatro lírico. Alarga os órgãos – d) Comissão Executiva; f) Conselho Fiscalizador; c) acrescenta central à Direcção (publ. 2000).
Ensino	Sindicato dos Professores da Região dos Açores	Âmbito pessoal. (publ. 2000).
	Sindicato dos Professores da Grande Lisboa	Pequena alteração aos órgãos (publ. 2000)
	Sindicato dos Professores da Madeira	Alteração ao âmbito pessoal (publ. 2002)
	Sindicato dos Professores do Norte	Pequena alteração ao âmbito pessoal (publ. 2002).
Função Pública	Sindicato dos Trabalhadores Consulares e Missões Diplomáticas no Estrangeiros - STCDE	Alteração aos órgãos (publ. 2000).
	Sindicato dos Trabalhadores Consulares e Missões Diplomáticas no Estrangeiros - STCDE	Altera o valor da quota . (publ. 2001).
	Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Centro	Alarga e especifica o âmbito pessoal, altera o mandato para 4 anos (publ. 2001).
	Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte	Altera o mandato para 4 anos (publ. 1999).
	Sindicato dos Funcionários Judiciais - SFJ	Altera o mandato para 4 anos. Passa a inserir a quota dos aposentados que pagam 50% dos sócios no activo (publ. 2000).
	Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos - STI	Altera o âmbito pessoal .(publ. 2000).
	Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos - STI	Alteração formal ao âmbito pessoal e aos órgãos (publ. 2001).
	Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa	Altera o âmbito pessoal .(publ. 2001).
	Associação Sindical dos Juizes Portugueses - ASPJ	Altera a denominação ex-Associação Sindical dos Magistrados Judiciais Portugueses. Altera os órgãos (publ. 2001).
Sindicato dos Magistrados do Ministério Público	Alteração global ao âmbito pessoal. (publ. 2002).	

Hotelaria e Turismo	Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Alimentação, Serviços e Similares da RAM	O Sindicato da Alimentação e Bebidas da RAM integrou-se de facto no Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria, Restaurantes e Similares da RAM. O Sindicato passou a chamar-se Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria, Turismo, Alimentação, Serviços e Similares da RAM (sem publicação).
Mar	Sindicato dos Fogueiros, Energia e Indústrias Transformadoras - SIFOMATE	Altera a denominação ex-Sindicato dos Fogueiros do Mar e Terra. Do âmbito pessoal retira o que se reporta a mar e terra (publ.1999).
Metalurgia, Metalomecânica e Minas	Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânica do Distrito de Lisboa	Cancelamento dos estatutos decidido em Assembleia Geral descentralizada realizada a 18 e 19/10/2000 em consequência da fusão com o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânica do Distrito de Santarém e o Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Castelo Branco tendo-se constituído o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica dos Distritos de Lisboa, Santarém e Castelo Branco para o qual transitou o respectivo património e os seus sócios (publ. 2000).
	Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Santarém	Cancelamento dos estatutos decidido em Assembleia Geral de 19/10/2000, por fusão com o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Lisboa e o Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Castelo Branco, tendo-se constituído o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica dos Distritos de Lisboa, Santarém e Castelo Branco (publ. 2000).
	Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Castelo Branco	Dissolução do Sindicato decidida em Assembleia Geral Extraordinária de 18 e 19 de Outubro de 2000 em consequência da fusão com o Sind. Met. de Lisboa e Met. Santarém, tendo-se constituído o Sindicato da Ind. Metalúrgica e Metalomecânica dos Distritos de Lisboa, Santarém, e Castelo Branco (publ. 2000).
	Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica dos Distritos de Lisboa, Santarém e Castelo Branco	Constituição do Sindicato. Publicação de Estatutos (publ. 2000).

	Sindicato da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Viana do Castelo	Altera o mandato para 4 anos. (publ. 2003).
Pesca	Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte	Especifica melhor o âmbito geográfico. Altera artigos. Artº 41º acrescenta ponto 3. artº. 49º e artº 65º (publ. 2000).
	Sindicato Livre dos Pescadores, Marítimos e Profissões Afins de São Miguel e Santa Maria	Pequena alteração ao âmbito pessoal. (publ.2003)
Quadros Técnicos	Sindicato dos Quadros e Técnicos de Desenho - SQTD	Altera o âmbito pessoal. (publ. 1999).
Saúde	Sindicato dos Médicos da Zona Centro - SMZC	Altera o mandato. Menciona que a quota é determinada pela Assembleia Geral (publ. 2000).
	Sindicato das Ciências e Tecnologias da Saúde	Altera a denominação ex-Sindicato dos Técnicos paramédicos. Alarga o âmbito pessoal. (publ. 2000).
	Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social	Altera a denominação ex-Sindicato dos Trabalhadores da Saúde e Segurança Social. Alarga o âmbito aos consultórios médicos, clínicas, hospitais privados e ordens particulares (publ. 2000).
Transportes	Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário	Estatutos aprovados em Assembleias constituintes realizada a 9 de Julho de 1999 (publ. 1999).
	Sindicato dos Ferroviários do Norte de Portugal	Cancelamento decidido em Assembleia Geral extraordinária por dissolução em consequência da fusão com o Sindicato dos Ferroviários do Sul e Sindicato dos Ferroviários do Centro constituindo um novo Sindicato (publ. 1999).
	Sindicato dos Ferroviários do Sul	Cancelamento decidido em Assembleia Geral extraordinária por dissolução em consequência da fusão com o Sindicato dos Ferroviários do Centro e Sindicato dos Ferroviários do Norte constituindo um novo Sindicato (publ. 1999).
	Sindicato dos Ferroviários do Centro de Portugal	Cancelamento decidido em Assembleia Geral extraordinária realizada em 09/07/99 para dissolução em consequência da sua fusão com o Sindicato dos Ferroviários do Norte e o Sindicato dos Ferroviários do Sul constituindo um novo Sindicato (publ. 1999).

	Sindicato dos Profissionais dos Transportes e Turismo e outros Serviços de S. Miguel e Stª Maria	Altera o valor da quota (publ. 2002).
	Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários e Urbanos de Viana do Castelo	Altera o mandato. Altera os órgãos (publ. 2000).
	Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários e Urbanos de Viseu e Guarda	Cancelamento deliberado em Assembleia Geral realizada em 10 e 11.11.99 em consequência da sua integração no Sindicato dos Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro – STTRUC, para o qual transitaram os seus sócios e o respectivo património (publ. 1999).
	Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes da Área Metropolitana do Porto	Alteração da denominação Ex. Sindicato do Pessoal do Serviço de Transportes Colectivos do Porto (publ. 2003).
Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles	Sindicato do Calçado, Malas e Afins, Componentes, Formas e Curtumes do Minho e Trás-os-Montes	Altera ao mandato para 4 anos (publ. 2001).
	Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa	Acrescenta aos Órgãos a Comissão Executiva e retira a Mesa da Assembleia de Delegados (publ. 2003).
	Sindicato dos Trabalhadores dos Sectores Têxteis, Vestuário, Calçado e Curtumes do Distrito do Porto	Altera a denominação ex- Sindicato dos Trabalhadores Têxteis dos Distritos do Porto e Aveiro. Alarga o âmbito pessoal à cordoaria e redes, do vestuário e confecção, de tinturarias e lavandarias, de chapelaria, do calçado, malas e componentes, do couro e peles e restantes afins (publ. 1999).
Diversos	Sindicato dos Trabalhadores Civis das Forças Armadas, Estabelecimentos Fabris e Empresas de Defesa - STEFFAs	Altera a denominação ex-Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas – STEFFA's (publ. 2000).

	<p>Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal da Polícia Judiciária – ASFIC/PJ</p>	<p>Retira do âmbito pessoal: no activo ou na aposentação (inspectores, sub-inspectores, agentes e agentes de motorista). Passa a ser: qualquer funcionário de investigação criminal ou de perícia criminalista da área de lofoscopia. Retira do órgãos: Assembleia Geral; Assembleias Regionais, Direcções Regionais, Delegados Sindicais. Acrescenta aos órgãos: o Congresso Nacional; o Conselho Nacional; o Conselho Fiscal e Disciplina (publ. 2000).</p>
	<p>Associação Sindical dos Profissionais da Polícia ASPP-PSP</p>	<p>Publicação dos Estatutos (publ. 2002).</p>

ANEXO A

Iniciativas Temáticas

INICIATIVAS TEMÁTICAS

27.01.00	Debate “Que fazer após o ano internacional das pessoas idosas?”
19.02.00	Fórum da Saúde
24.02.00	Debate sobre a justiça do trabalho e a efectivação das leis do trabalho
25.02.00	Debate sobre o Código do Processo de Trabalho, o Regime de Sanções Laborais e o Regime dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais (Porto)
26.02.00	Debate sobre o Código do Processo de Trabalho (Coimbra)
28.02.00	Debate sobre o Código do Processo de Trabalho (Lisboa)
18.03.00	Encontro Nacional sobre a situação do trabalho imigrante
02.06.00	Seminário sobre a reforma fiscal (Setúbal)
03.06.00	Reunião alargada de quadros “pela qualidade do emprego, contra a precariedade”
16.06.00	Seminário sobre a aplicação do IRC às associações sindicais (Coimbra)
21.06.00	Seminário sobre a aplicação do IRC às associações sindicais (Lisboa e Porto)
29.06.00	Seminário “a lei, a igualdade e a sua efectivação”
09.11.00	Reunião sobre programas operacionais do III QCA
16.11.00	Sessão encerramento do Projecto Now-Luna
17.11.00	Debate sobre o financiamento da segurança social à luz da nova lei de bases
17.01.01	Encontro Nacional de formação sindical
15.02.01	Encontro Nacional de dirigentes sobre o novo quadro legal dos trabalhadores imigrantes
23.02.01	Debate sobre a situação financeira da segurança social e do fundo de capitalização
03.03.01	Debate sobre segurança, higiene e saúde no trabalho
05.03.01	Debate sobre o MSU e o apoio judiciário
07 e 08.04.01	V Encontro de migrações (Luxemburgo)
18.04.01	Encontro Nacional sobre trabalho por turnos
18.04.01	Sessão solene comemorativa do centenário do nascimento de Bento de Jesus Caraça.
18.05.01	Reunião sobre redes regionais para o emprego
23.05.01	Seminário “Mudanças na organização do trabalho, precariedade e acção sindical” (ano da formação sindical)
26.05.01	Encontro sobre emprego e formação
28.06.01	Colóquio e Conferência “Trabalho e Sociedade”
20.09.01	Conferência Nac. sobre conteúdos reivindicativos e estratégia de acção 2001-2002
12 e 13.10.01	4ª Conferência da Interjovem
18.01.02	Encontro de Quadros Sindicais
15.02.02	Seminário Descentralizado sobre os Conteúdos do “Acordo sobre Modernização da Segurança Social”
27.03.02	Reunião Nacional de Responsáveis pelo Trabalho da Imigração
2 e 3.05.02	Seminário Europeu “Toxicodependências em Meio Laboral”
03.06.02	Seminário sobre a Coordenação da Negociação Colectiva a Nível Europeu
28.06.02	Conferência Sindical Nacional sobre Saúde
04.10.02	Tribuna “Em defesa da Segurança Social”
09.10.02	Encontro Nac. de Dirigentes, Delegados e Activistas Sindicais sobre Imigração
17.10.02	Reunião da Comissão Nacional de Mulheres sobre o Código do Trabalho
17.01.03	Debate sobre Cuidados de Saúde Primários
18.01.03	Debate “Os trabalhadores e a nova legislação sobre a imigração em Portugal”
20.02.03	Debate sobre a Política de Medicamentos

25.03.03	Encontro Nacional de Dirigentes, Delegados e Activistas da Imigração
15.04.03	Seminário “Apreciação da inconstitucionalidade de normas do Código de Trabalho” (Porto)
16.04.03	Seminário “Apreciação da inconstitucionalidade de normas do Código de Trabalho” (Lisboa)
17.05.03	Seminário “Quadros Técnicos e Científicos em Portugal
04.07.03	Debate sobre Projecto Código da Insolvência (Lisboa)
09.07.03	Debate sobre Projecto Código da Insolvência (Porto)
01.10.03	Conferência Sindical sobre a Contratação Colectiva
23.10.03	Seminário “Por uma Política de Desenvolvimento Económico e Social – Emprego de Qualidade”
28.10.03	Seminário “Formar de Igual para Igual – As Diversas Abordagens na Formação Profissional para a Igualdade”
07.11.03	Debate “Educação, Formação e Qualificação”
05.12.03	Seminário Europeu “A Melhoria das Competências no Quadro do Diálogo Social” (Projecto Requal)
12.12.03	Debate “Igualdade de Género e não Discriminação – Caminhos para a Acção Sindical”
18 e 22.12.03	Iniciativa sobre o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência (Braga, Coimbra)

ANEXO B

ACÇÕES SINDICAIS PROMOVIDAS A NÍVEL CENTRAL

23.03.00	Acção nacional “Por Emprego de Qualidade, contra a Precariedade” (precedida por iniciativas reivindicativas a nível regional e sectorial)
01.05.00	Comemorações do 1.º de Maio (manifestações e iniciativas diversas em 60 localidades)
25.05.00	Encontro nacional de Dirigentes e Activistas Sindicais pela Defesa e Melhoria da Segurança Social (junto da AR)
19.06.00	<i>Participação</i> na Euro-manifestação da CES “Por uma Europa do Pleno Emprego” (Porto)
21.07.00	Concentração-vigília “Por uma política de imigração solidária, contra soluções desumanas e discriminatórias” (Lisboa)
30.09.00	Sessão Comemorativa do 30.º Aniversário da CGTP-IN (participação do Presidente da República e presença de numerosas individualidades e de cerca de um milhar de sindicalistas)
07.10.00	<i>Participação</i> na manifestação “Marcha Mundial contra a Pobreza e a Violência” (Lisboa)
09 a 13.10.00	Acção de esclarecimento Nacional “Exigimos Justiça Fiscal” (debates em Lisboa, Setúbal e Porto)
14.10.00	<i>Participação</i> na manifestação europeia “Marcha Mundial contra a Pobreza e a Violência” (Bruxelas)
17.10.00	<i>Participação</i> na manifestação europeia “Marcha Mundial contra a Pobreza e a Violência” (Nova Iorque)
20.10.00	Sessão de Solidariedade ao Povo Palestiniano (Lisboa)
08.11.00	Plenário Nacional de Dirigentes e Activistas (junto da AR)
20 a 25.11.00	Semana de Luta “mais salários, impostos justos” (concentrações e manifestações: Porto, Castelo Branco, Viseu, Lisboa, Braga, Leiria, Portalegre e Aveiro)
06.12.00	<i>Participação</i> na Euro-manifestação de Nice, promovida pela CES
24.03.01	Jornada Nacional de Luta “por mais salários e direitos, precariedade não” (manifestações em Lisboa e Porto)
01.05.01	Comemorações do 1.º de Maio (Manifestações e concentrações em 54 localidades)
08.05.01	Concentrações junto da Sede do IGFSS (Dia Nacional da Segurança Social)
07.06.01	Jornada de Protesto e Luta “Uma nova política para quem trabalha” (paralisações de trabalho, concentrações e manifestações)
22 a 26.10.01	Campanha pública pela efectivação dos direitos de maternidade e paternidade
30.10.01	<i>Participação</i> na Concentração e desfile contra a Guerra e o Terrorismo (lisboa)
07.11.01	Dia Nacional de Luta “Pela melhoria dos salários, qualidade do emprego e efectivação dos direitos dos trabalhadores, futuro da segurança social, combate à fraude e evasão fiscais (paralisações de trabalho, concentrações e manifestações nas principais cidades do País)
14.11.01	Plenário de Sindicatos alargado a delegados e activistas sindicais sobre a Regulamentação da LBSS (desfile do Pavilhão Carlos Lopes até ao MSST)
13.12.01	<i>Participação</i> na Euro-manifestação “Por uma Europa Social e Solidária”, organizada pela CES (Bruxelas)
18.01.02	Plenário Público em Defesa da Segurança Social (Rossio-Lisboa)
31.01.02	<i>Participação</i> da CGTP-IN no Fórum Social Mundial
27.02.02	Concentração dos trabalhadores de turnos com horários nocturnos (Praça de Londres-Lisboa)
08.03.02	Dia Internacional da Mulher (iniciativas diversas)

14.03.02	<i>Participação</i> da CGTP-IN na Euro-manifestação de Barcelona
02.04.02	<i>Participação</i> da CGTP-IN na Vigília de solidariedade ao Povo Palestino /Junto da Embaixada de Israel-Lisboa)
10.04.02	<i>Participação</i> da CGTP-IN na Concentração de solidariedade ao Povo Palestino (Lisboa, Porto, Braga)
28.04.02	Dia Nacional da Prevenção e Segurança no Trabalho (distribuição de documento à população)
01.05.02	Comemorações do 1.º de Maio (iniciativas diversas a nível nacional)
08.05.02	Plenário Nacional de Sindicatos sobre as Políticas Sociais e Laborais (junto do MSST)
15.05.02	Exposição denúncia pública dos acidentes de trabalho em Portugal (Praça da Figueira-Lisboa)
18.05.02	“Correr com o Racismo” (Interjovem)
20.06.02	Dia Nacional de Luta “Pelos direitos laborais, melhores salários, contra a injustiça fiscal e social” (concertações e manifestações em 30 locais)
10.07.02	Jornada de Luta pela Defesa do Sistema Público, Universal e Solidário da Segurança Social
11.07.902	Acção em defesa da Segurança Social (concentrações no jardim da Estrela e desfile até à AR para assistir ao debate da LBSS)
18 a 20.09.02	Plenários Distritais de Dirigentes e Activistas Sindicais contra a ofensiva do Governo aos direitos laborais e sociais
23.09.02	Concentração junto da AR (entrega de pareceres sobre a LBSS)
01.10.02	32.º Aniversário da CGTP-IN (iniciativas diversas)
01.10.02	Cordão humano pela Solidariedade e Trabalho com Direitos (em 35 localidades)
10.10.02	Encontro nacional de Dirigentes, delegados e Activistas Sindicais (desfile do Pavilhão Carlos Lopes até ao MSST)
30.10.02	Dia Nacional de Luta contra o pacote laboral, por melhores salários, pela segurança social (greves e manifestações)
30.11.02	Manifestações e concentrações contra o pacote laboral, por políticas salariais e sociais justas (17 localidades)
10.12.02	Greve geral contra o pacote laboral, por políticas salariais justas
15.01.03	Encontro Nacional de Dirigentes, Delegados e Activistas Sindicais sobre o pacote laboral; dinamização da contratação colectiva e acção reivindicativa; intervenção sindical face às políticas sociais (Pavilhão Carlos Lopes e desfile até à AR)
08.02.03	Manifestação Nacional contra o pacote laboral e o aumento do custo de vida, por melhores salários e políticas sociais justas (Lisboa)
15.02.03	<i>Participação</i> da CGTP-IN na Manifestação “Pela Paz, Contra a Guerra” (Lisboa e Porto)
08 a 21.03.03	Quinzena de luta contra o pacote laboral, o desemprego e o aumento do custo de vida; por políticas salariais e sociais justas – pela Paz, contra a Guerra
08.03.03	Dia Internacional da Mulher “Andar para trás, não. É hora de Igualdade” (Tribuna de opinião em Lisboa e iniciativas diversas a nível regional)
14.03.03	<i>Participação</i> da CGTP-IN na iniciativa da CES (paralisação simbólica de 5 minutos contra a guerra)
14.03.03	Tribuna Pública “Pela defesa dos postos de trabalho e por políticas económicas geradoras de emprego de qualidade (Lisboa)
21.03.03	Jornada de Acção Nacional e Europeia contra a regressão social, pelos direitos dos trabalhadores, integrada no Dia de Acção Sindical da CES (Lisboa)
28.03.03	Dia Nacional da Juventude (iniciativas em Lisboa, Porto e Leiria)
03.04.03	Tribuna Pública pelos direitos dos trabalhadores, contra o pacote laboral (Largo de Camões e Desfile até à AR)
01.05.03	Comemorações do 1.º de Maio (iniciativas diversas em 60 localidades)

26.06.03	Jornada de Luta pela defesa do emprego, contra o pacote laboral, melhores salários, políticas sociais justas, política de progresso e justiça social (concentração no Parque Eduardo VII e desfile até ao MSST)
15.07.03	Tribuna Pública de Denúncia do Código de Trabalho (junto da AR)
30.10.03	Dia Nacional de Luta pela defesa da contratação colectiva e do emprego; melhores salários; direitos à segurança Social, ao ensino e à saúde; por uma A.P. que garanta serviços públicos de qualidade e dignifique os seus trabalhadores; pela justiça fiscal (concentrações e manifestações em Lisboa, Porto, Aveiro, Braga e Coimbra)
13.11.03	Tribuna Pública em defesa do subsídio de doença e do desemprego (junto ao MSST)
29.11.03	Manifestações “Mudar de Rumo” pela defesa dos direitos dos trabalhadores; contra o Código de Trabalho; contra o aumento do custo de vida; pela defesa da contratação colectiva, por melhores salários e emprego com direitos; pelo direito à segurança social, ao ensino e à saúde; por uma Administração Pública que garanta serviços públicos de qualidade e dignifique os trabalhadores; pela justiça fiscal; pela defesa da democracia; por uma alternativa a esta política e a este Governo